

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO TECNOLÓGICO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DA PRODUÇÃO**

**SOLANGE ROSE ROSÁRIO DE OLIVEIRA**

**A ANÁLISE DO EMPREGO COMO CONTRIBUIÇÃO PARA O DIAGNÓSTICO  
DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA APLICAÇÃO NOS MUNICÍPIOS  
DE BLUMENAU E BRUSQUE**

**FLORIANÓPOLIS – SC**

**2002**

**SOLANGE ROSE ROSÁRIO DE OLIVEIRA**

A ANÁLISE DO EMPREGO COMO CONTRIBUIÇÃO PARA O DIAGNÓSTICO DO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA APLICAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DE  
BLUMENAU E BRUSQUE

Dissertação apresentada ao Programa de  
Mestrado em Engenharia de Produção da  
Universidade Federal de Santa Catarina –  
UFSC, como requisito parcial para a  
obtenção do título de mestre, sob orientação  
do Prof. Dr. Nelson Casarotto Filho.

**FLORIANÓPOLIS – SC**

**2002**

**SOLANGE ROSE ROSÁRIO DE OLIVEIRA**

A ANÁLISE DO EMPREGO COMO CONTRIBUIÇÃO PARA O DIAGNÓSTICO DO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA APLICAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DE  
BLUMENAU E BRUSQUE

Esta dissertação foi julgada Aprovada para a obtenção do título de **Mestre**, especialidade em Engenharia de Produção, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 30 de junho de 2003

---

**Prof. Edson Pacheco Paladini, Dr.**  
Coordenador

BANCA EXAMINADORA

---

**Prof. Nelson Casarotto Filho, Dr., UFSC - Orientador**

---

**Prof. Carlos Henrique Orssatto, Dr. – UNISUL/SC**

---

**Prof. João Zaleski Neto, Dr. – UNIVALI/SC**

À minha família. Ao dedicado e imenso carinho de meus pais, Paulo e Raimunda, à amizade e ao respeito dos meus irmãos: Paulinho, Simone, Patrícia e Juan.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Pai Celestial.

Agradeço aos meus pais, Paulo e Raimunda, pela vida, pela confiança e por toda a dedicação do amor incondicional.

Agradeço à família que construí por meio da convivência com quatro amigas: Germana Ponce de Leon, pelo incentivo, pela fortaleza em muitos momentos de incertezas e pela sua alegria contagiante; Irlene Matias, pelos esclarecimentos e conversas nos lanches da tarde, despertando-me para análises da vida social e o interesse político; Ivone pelo incentivo e pelas reflexões; e Rose Matta, pela atenção e pelo carinho.

Ao Prof. Casarotto, orientador, por ter aceitado minha proposta de trabalho e pela orientação no decorrer da pesquisa.

Aos familiares mais próximos: tia Lourdes e família, pelo carinho e pela participação indireta com pensamentos de certeza e incentivo constante, tia Nely e família, pela torcida conjunta, e ao tio Carlito e família, pelo carinho.

Aos meus avós (*in memoriam*) pelo carinho e pelos beijinhos na testa, que tanto sinto falta.

Ao Fábio, pelo apoio, principalmente na fase final deste trabalho.

Ao Prof. Célio Espíndola, pela autorização e atenção profissional na coleta de informações no IPS-FURB.

Ao Prof. Amarildo, pelo incentivo, pela leitura e pelo ânimo para a conclusão deste trabalho.

Ao Prof. Quezado, pela contribuição de idéias e pela co-orientação nesta pesquisa.

Ao Prof. Idaleto e à Profa. Bernadete, pela atenção e por terem cedido alguns minutos do seu tempo para me atender.

Aos Prof. Stênio Gonzaga de Sousa e Hélio Ferreira Filho, pelo incentivo e pelo aprendizado.

A todos os funcionários e dirigentes da Universidade Federal de Santa Catarina, pelo próprio trabalho que desempenham em cuidar deste patrimônio público e gratuito.

Aos professores da banca examinadora, por terem aceitado gentilmente o convite. Pelo caráter da avaliação ética e humana para avaliação e das contribuições neste trabalho.

## RESUMO

OLIVEIRA, Solange Rose Rosário de. A análise do emprego como contribuição para o diagnóstico do desenvolvimento regional: uma aplicação nos municípios de Blumenau e Brusque. 118 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2002.

Este trabalho analisou o comportamento do emprego formal em dois municípios do Vale do Itajaí, Blumenau e Brusque, no período de 1995 a 2000. Objetivou-se avaliar o crescimento do emprego industrial urbano, os diferentes estágios de crescimento dos setores, o nível de especialização industrial local comparado à especialização nacional e às políticas de emprego desses municípios. Foram utilizados três métodos para a análise empírica. O primeiro deles foi avaliar os diferentes estágios de crescimento dos setores, o segundo foi calcular os índices pelo modelo de quociente locacional e o terceiro foi adaptar a estratégia da utilização dos meios, para a definição do que investir, porque investir, como investir e o quanto investir em determinados setores industriais. Para se avaliar e identificar as políticas locais de emprego foram entrevistados atores sociais envolvidos com o mundo do trabalho. Identificou-se que há uma dissociação entre as políticas públicas locais e os setores da indústria, sobretudo àqueles que estão em expansão nos municípios de Blumenau e Brusque, para tanto, propõe-se estratégias que favoreçam a criação de novos postos de trabalho por meio da adaptação do modelo BCG.

Palavras-chave: emprego formal, políticas públicas, flexibilização do trabalho e análise industrial.

## ABSTRACT

The aim of this work is to analyse the behaviour of formal employment in the two towns Blumenau and Brusque which are located in Vale do Itajaí, from 1995 to 2000. The objectives are to value the growth of urban industrial employment and the different stages of the sectors growth, along with comparing the level of local industrial specialization with the national specialization and to the employment policies of those towns. Three methods were used in the empirical analyses. The first method valued the different stages of the sectors growth. The second method was carried out to calculate the indices using the locational quotient model. The third method was used to adapt the strategy of the means use, to the definition of what to invest, why invest, how invest and what amount to invest in determined industrial sectors. In order to value and identify local employment policies, interviews were carried out using social actors involved in the working world. Identified that there is a divergence between the politics public places and the sections of the industry, above all to those that are in expansion in the municipal districts of Blumenau and Brusque, for so much, intends strategies to favor the creation of new workstations through the adaptation of the model BCG.

Keywords: formal employment, public policies, work-flexibility and industrial analyses.

**LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Gráfico 1	Evolução da participação das empresas estrangeiras, nacionais e estatais no total das vendas, valores em percentual, anos de 1985-2000.	30
Gráfico 2	Comportamento do emprego no Brasil, 1986-2001.	42
Gráfico 3	A evolução do emprego na indústria de transformação, total das ocupações em alguns países, nos anos de 1970 e 1990, em %.	57
Gráfico 4	Evolução do trabalho temporário, Brasil, 1986-1999.	58
Gráfico 5	Taxa de inovação da indústria de transformação em estados selecionados, jun/ 2001(%).	63
Gráfico 6	Alternativas de ocupações dos trabalhadores dispensados da indústria têxtil de Blumenau, no período de julho de 1995 a julho de 1996, em %.	68
Figura 1	Diagrama da estratégia dos meios, adaptado da análise de portfólio.	84
Figura 2	Plotagem da indústria de transformação – Blumenau	87
Figura 3	Plotagem da indústria de transformação – Brusque	87
Quadro 1	Resultados da interpolação da tipologia setorial e o quociente locacional de Blumenau e Brusque, segundo os setores/subsetores econômicos.	86



**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1	Percentual de empregos no total e setores selecionados e segundo o tipo de vínculo, nos anos de 1990 e 1993, em %.	59
Tabela 2	Movimentação do número de admitidos e demitidos no Brasil, nos anos de 1997 a 2000.	60
Tabela 3	Percentual da força de trabalho, segundo os anos de estudo, por setor de atividade, 1989 e 2001 (%).	62
Tabela 4	As ocupações dos trabalhadores demitidos das indústrias têxteis de Blumenau, julho de 1995 a julho de 1996, em %.	70
Tabela 5	Taxa de variação do emprego, tipologia e participação setorial, segundo os setores econômicos da Microrregião de Blumenau, 1995-2000.	75
Tabela 6	Taxa de variação do emprego, tipologia e participação setorial, segundo os setores econômicos de Blumenau, 1995-2000.	77
Tabela 7	Taxa de variação do emprego, tipologia e participação setorial, segundo os setores econômicos de Brusque 199-2000.	79
Tabela 8	Quocientes locacionais em Blumenau, Brusque, Joinville, Microrregião de Blumenau e Santa Catarina, segundo os setores selecionados, 2001.	81

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ACIB	Associação Comercial e Industrial de Blumenau
APTEBLU	Associação dos Permissionários do Transporte Escolar de Blumenau
BADESC	Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
BLUSOF	Blumenau Pólo de Software
BLUSOL	Banco do Povo
BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CDDH	Centro dos Direitos Humanos de Blumenau
CESIT	Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho
C&T	Ciência e Tecnologia
CCS	Centro de Ciências da Saúde
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COOPERBLU	Cooperativa de Trabalhadores por Oficinas de Blumenau
DIEESE	Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Socioeconômicos
FDC	Fórum de Desenvolvimento Catarinense
FDRMVI	Fórum de Desenvolvimento Regional do Médio Vale do Itajaí
FIESC	Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
FURB	Fundação Universidade Regional de Blumenau
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDS	Índice de Desenvolvimento Social
IPPUB	Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Blumenau
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ORT	Organização Regional de Turismo
PEA	População Economicamente Ativa
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PROEB	Fundação Promotora de Eventos de Blumenau
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SDM	Secretaria do Estado de Desenvolvimento e Meio Ambiente
SEMAS	Secretaria da Assistência Social
SINE	Sistema Nacional de Emprego

## SUMÁRIO

### **1 INTRODUÇÃO**

1.1 IMPORTÂNCIA DO TEMA	14
1.2 MOTIVAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA PESQUISA	18
1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA	21
<b>1.3.1 Objetivo Geral</b>	21
<b>1.3.2 Objetivos específicos</b>	21
1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	22
1.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	23

### **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

2.1 ACUMULAÇÃO FORDISTA VERSUS ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL	24
2.2 COMPORTAMENTO DO EMPREGO	27
<b>2.2.1 Comportamento do emprego nacional</b>	31
2.3 DESENVOLVIMENTO LOCAL: ANÁLISE PRELIMINAR	33
2.4 ESTADO SOCIAL	34

### **3 METODOLOGIA**

3.1 INTRODUÇÃO	37
3.2 PERGUNTAS DE PESQUISA	38
3.3 DELINEAMENTO DA PESQUISA E CARACTERIZAÇÃO	39
3.4 PERÍODO DE ANÁLISE	40
3.5 ESCOLHA DOS MUNICÍPIOS	42
3.6 DEFINIÇÃO DAS SIGLAS E DAS CATEGORIAS	44

<b>3.6.1 Definição das siglas</b>	44
<b>3.6.2 Definição das categorias</b>	45
3.7 VARIÁVEL UTILIZADA	47
3.8 ENTREVISTADOS	47
3.9 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS	48
3.10 PROTOCOLO DAS ENTREVISTAS	50
3.11 CRITÉRIOS PARA ANÁLISE EMPÍRICA	51
<b>3.11.1 Classificação dos subsetores da atividade econômica</b>	51
<b>3.11.2 Efeito locacional</b>	52
<b>3.11.3 Estratégia de utilização dos meios</b>	53
<b>4 ANÁLISE EMPÍRICA DO EMPREGO</b>	
4.1 ANÁLISE DO EMPREGO NO BRASIL	55
4.2 EMPREGO FORMAL EM SANTA CATARINA	61
4.3 COMPORTAMENTO DO EMPREGO NA MICRORREGIÃO DE BLUMENAU	65
4.4 EMPREGO EM BLUMENAU E BRUSQUE	66
<b>4.4.1 Emprego formal em Blumenau</b>	67
<b>4.4.2 Emprego formal em Brusque</b>	71
4.5 TIPOLOGIA DO COMPORTAMENTO SETORIAL	72
<b>4.5.1 Comportamento setorial na Microrregião de Blumenau</b>	73
<b>4.5.2 Comportamento setorial em Blumenau</b>	75
<b>4.5.3 Comportamento setorial em Brusque</b>	78
4.6 ESPECIALIZAÇÃO INDUSTRIAL	80
4.7 ESTRATÉGIA DE UTILIZAÇÃO DOS MEIOS	82

<b>5 POLÍTICAS PÚBLICAS LOCAIS</b>	89
5.1 POLÍTICAS DE MICROCRÉDITO	91
5.2 INICIATIVAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	95
<b>5.2.1 Associativismo e cooperativismo</b>	97
5.3 FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	99
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES</b>	101
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	106
BASES DE DADOS CONSULTADAS	112
APÊNDICES	113
ANEXOS	116

# 1 INTRODUÇÃO

A parte introdutória deste trabalho trata da importância do tema, da justificativa e motivação da pesquisa, dos objetivos geral e específicos, da estrutura do trabalho e da limitação desta pesquisa.

## 1.1 IMPORTÂNCIA DO TEMA

A variável emprego é discutida por muitos pesquisadores, empresários e trabalhadores, caracterizando um tema de fácil inserção num discurso político, por exemplo, mas de complexa análise numa discussão de causas e efeitos. No Brasil, quando se estuda sobre emprego, inevitavelmente discute-se o desemprego, enumerando alternativas e políticas de curto e longo prazos para se amenizar a falta de emprego.

Nos países desenvolvidos a preocupação não é diferente: permeia o campo das Ciências Humanas, no sentido de analisar as altas taxas de desemprego, a queda da demanda agregada (investimento e consumo) e a instabilidade no crescimento dos setores econômicos, sobretudo industriais. Por outro lado, há a preocupação do empresariado em formar nichos de mercado, investindo em tecnologia e práticas de qualidade, e controle da produção, entre outras variantes que fazem parte do mercado de trabalho, a fim de obter maior produtividade. Para analisar a importância do tema é necessário fazer um breve resgate histórico. O período de crescimento, que vigorou após a II Guerra Mundial até o final dos anos 70 na Europa, resultou em uma apreciável construção social, por meio de um padrão de acumulação de capital dinamizado pelo modelo de desenvolvimento taylorista/fordista. Esse modelo se articulava na produção em massa de produtos homogêneos, em operações de máquinas de movimentos repetitivos e de simples manuseio, regido por um sistema de trabalho intensivo e de baixos salários.

Nesse sentido, o conflito social tornou-se uma ameaça ao modelo fordista, em razão de a organização dos trabalhadores exigir seus direitos por melhores salários e condições de trabalho, além da redução da carga intensiva de horas trabalhadas. Estes fatores, condicionados pelos trabalhadores, fizeram com que se criasse uma rede de segurança do trabalho, a fim de atenuar-se a insatisfação da classe operária.

O sistema de proteção incluía a segurança no emprego, no mercado de trabalho, na renda, na contratação e na organização dos trabalhadores. Tais mecanismos

usados para conter a insatisfação da massa operária iriam sustentar o emprego fordista<sup>1</sup>. Entretanto, no final da década de 60, o crescimento econômico desacelerou, e os déficits públicos aumentaram. O período de “encantamento” do capitalismo contemporâneo foi tornando-se cada vez mais desanimador, o padrão-ouro<sup>2</sup> foi rompido, e o primeiro choque do petróleo em 1973 fragilizou o processo de produção industrial fordista, sustentado por intensivo uso de energia e matérias-primas.

Esse panorama de instabilidade socioeconômica representou o esgotamento do modelo de acumulação fordista através do quadro de perda de produtividade industrial e das aglomerações de trabalhadores insatisfeitos, organizados (sindicatos) e interessados em continuar com seus direitos e garantias instituídos na rede de segurança do trabalho.

A instabilidade e o desgaste da produção fordista proporcionaram o aparecimento de um novo padrão industrial, tendo sua base no plano produtivo, tecnológico e na organização industrial, redefinindo lenta e progressivamente o conjunto da estrutura e da organização do trabalho (MATTOSO, 1996).

O modelo de produção que surgiu no mundo foi desenvolvendo-se com a proposta de flexibilizar a produção pela diferenciação dos produtos. A mudança de produção contínua para produção por encomenda permitiu a redução dos investimentos em grandes volumes de produção em série, direcionando tais recursos para produção e serviços com maior valor agregado.

O padrão de produção que passou a comandar, a partir de então, foi o realizado pelos japoneses, através de ferramentas e técnicas na esfera industrial, como o *just- in- time* e o *kanban*<sup>3</sup>. O Japão já conhecia a lógica de produtos diferenciados, por meio da microeletrônica, e, sem mero acaso, o país se tornou o precursor, dessa forma, de a produção pós-fordista.

A camada mais prejudicada da sociedade foi a dos trabalhadores, que perderam a condição de estabilidade estimulada na rede de segurança, para compor um mercado de trabalho com precárias condições de regulamentação, baixos salários e com altas taxas de desemprego.

Nos países emergentes, como o Brasil, por exemplo, os ganhos de produtividade da produção fordista, diferentes dos países centrais (distribuição dos salários de

---

<sup>1</sup> Ver DIEESE. *Emprego e desenvolvimento tecnológico*, 1999.

<sup>2</sup> O padrão-ouro foi criado por meio dos acordos de Bretton Woods, rompido em 1971.

<sup>3</sup> Foram criados com o objetivo de produzir no tempo justo, mediante a demanda preestabelecida com estocagem zero.

forma generalizada), deu-se de maneira muito heterogênea, já que possibilitava o consumo para uma pequena parcela da população que compunha a classe média dos grandes centros urbanos e a dos operários de algumas categorias, sobretudo aquelas que exigiam maior qualificação.

Houve uma expansão do assalariamento da força de trabalho, mas surgiram outros mecanismos de redução dos benefícios pelo FGTS, que passou a não considerar mais o estatuto de estabilidade de emprego, concluídos os dez anos de trabalho.

A política de salário mínimo, no Brasil, foi nitidamente, após os anos 50, desverticalizada e perdeu sua capacidade de manter a regularidade do aumento salarial. Os sindicatos não atuavam mais livremente após a ditadura, tendo sido transformados em autarquias do Ministério do Trabalho.

Nos países avançados, a década de 1980 representou o dismantelamento do emprego formal. Na Alemanha, por exemplo, a taxa de emprego temporário aumentou de 10% para 11% (1982-1989). No mesmo período, a França apresentou números bem mais representativos, o tempo de trabalho determinado evoluiu para 105%, e a contratação em estágios aumentou 257% no período<sup>4</sup>. Essa evolução representa a instabilidade do mercado de trabalho, o que resulta na ampliação da precarização das ocupações em relação à renda, à contratação e à representação trabalhista.

Dessa forma, a insegurança passou a reger o mundo do trabalho, entre outros, pelo alto índice de rotatividade do emprego, pelo não assalariamento, pelas formas de contratações temporárias e pelas altas taxas de desemprego.

Na região em estudo, especialmente em dois municípios do Vale do Itajaí (SC), Blumenau e Brusque, o emprego foi afetado de maneira significativa após o ano de 1995, devido às políticas macroeconômicas adotadas no País, a principal delas foi a abertura comercial, que já havia sido prejudicial desde o Plano Collor em 1990 e foi reforçada no Plano Real em 1994.

Esses municípios possuem uma industrialização mais direcionada para um setor de atividade, ou seja, o têxtil-vestuarista. Entretanto, esse comportamento está sendo modificado pela ascensão de outros setores, apesar de essa atividade ser a que mais emprega.

Nesse sentido, tratar-se-á do emprego formal nacional e da análise empírico-comparativa nesses dois municípios do Vale do Itajaí. As economias desses municípios são as

---

<sup>4</sup> Na França os números absolutos de estágios em 1982 e 1989 foram, respectivamente, de 90.000 e 321.000, e do tempo determinado, 298.000 e 611.000. Esses valores podem ser encontrados em Mattoso (1994, p.533).



mais representativas da região, comportando um parque industrial que compõe o pólo têxtil e de vestuário do Estado de Santa Catarina.

Nesse aspecto, parte dos empregos formais nesses municípios, dada a crise do setor industrial têxtil, ficou comprometida. Isso fez com que muitos trabalhadores, que antes se encontravam ativos no mercado de trabalho com carteira assinada, fossem excluídos, passando a compor a malha de desempregados e a fazer parte do mercado informal, com precárias condições de trabalho e baixos salários.

Quando se analisa o PIB per capita de alguns municípios da microrregião, verifica-se que Blumenau possui o mais elevado deles, sendo de R\$ 13,5 mil. Brusque apresenta um valor próximo de R\$ 12,5 mil, superior ao de Joinville, que é de R\$ 12,1 mil, parâmetros esses que indicam que eles se destacam na economia do Estado. Contudo, pode-se inferir que, com a marginalização do trabalho, essa vantagem distributiva da renda por pessoa poderá configurar-se em mais uma pendência a ser resolvida.

Os municípios em questão destacaram-se na lista das cidades que apresentaram melhor qualidade de vida no ano 2000 pelo Índice de Desenvolvimento Social - IDS, elaborado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Meio Ambiente (SDM), com base em indicadores como taxa da mortalidade infantil, analfabetismo e PIB per capita. Brusque e Blumenau ocuparam o segundo e o terceiro lugar, respectivamente. O indicador calculado ratificou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), realizado pela ONU, em 1999.

A vantajosa classificação desses municípios no contexto nacional indica que há a preocupação das autoridades administrativas públicas em criar políticas para a melhoria das condições de vida da população local, sendo um parâmetro de interesse da pesquisa identificar, especialmente, as políticas públicas de emprego.

Tais considerações despertam a preocupação em estudar o emprego formal nos municípios selecionados para entender o panorama social e econômico que se configurou após um período de intensas mudanças produtivas e organizacionais.

Todavia, remete-se ao fato de que o mercado de trabalho passou a exigir das pessoas maior conhecimento técnico individual, polivalência de funções e criatividade. Esse quadro de mudanças gerou a camada dos trabalhadores que não acompanharam essas exigências, o que os obriga a assumir a responsabilidade de se re-enquadrar com atributos que antes não eram considerados determinantes, como, por exemplo, a escolaridade.

## 1.2 MOTIVAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Na condição de bolsista do Projeto “Desenvolvimento tecnológico, atividades econômicas e mercado de trabalho nos espaços regionais brasileiros”, realizado por meio da parceria entre Dieese, Cesit e CNPq, foi possível conhecer a carência de informações e pesquisas em alguns municípios do Vale do Itajaí, pois não há uma Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) elaborada pelo Dieese ou uma Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE que mensure o volume de pessoas que estão fora do mercado de trabalho e em que condições estão articulando-se para ter renda, seja sob um contrato formal, seja informal de trabalho.

Essa preocupação, que permeia não somente a região citada, mas todas as regiões do País, não deve ser desconsiderada nas atuações sociais, já que o indivíduo que não está ocupado, mesmo na informalidade, isto é, desempregado, não tem renda para o consumo dos bens e serviços. Sem essa demanda, as empresas passam a investir menos, em razão da queda nas vendas. Simplificadamente, a relação entre consumo e investimento configura-se na proporção direta, refletindo no crescimento econômico da localidade e, numa análise macro, no do País.

O cuidado maior desta pesquisa é analisar o emprego formal em dois municípios do Vale do Itajaí (VI), Blumenau e Brusque, a fim de diagnosticar as políticas direcionadas para a indústria de transformação, visando a propor estratégias para o desenvolvimento regional. Para tanto, far-se-á um levantamento do emprego no Estado de Santa Catarina e no Brasil, destacando as mudanças de ordem conjuntural e estrutural que ocorreram no País, utilizando indicadores do número total de empregos dos anos de 1995 a 2000.

A proposta de estratégias para aquecer o setor industrial visa a estabelecer parâmetros de importância para direcionar políticas públicas que contribuam para a maior contratação formal e para o desenvolvimento local dos municípios que fazem parte da Microrregião de Blumenau.

Considerando que não se encontraram trabalhos que estudem o emprego numa perspectiva histórica, correlacionando-o com as políticas públicas implementadas na microrregião, esta pesquisa objetiva também contribuir para o estudo do mercado de trabalho, diante da nova ordem social trabalhista, além de colaborar para a correlação do novo papel do Estado na economia.

As informações disponíveis sobre o emprego são geradas, quase que totalmente, pelo Sistema Nacional de Emprego (SINE), cujas bases são as do Ministério do Trabalho. Tais bases fornecem números quantitativos da mão-de-obra formal, e seu sistema permite desagregar as informações por região metropolitana e municípios. A base mais utilizada neste trabalho foi a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Essa base de dados é um registro administrativo de âmbito nacional, declarada anualmente, compulsoriamente para todos os estabelecimentos<sup>5</sup>.

A escolha dos municípios do Vale do Itajaí deu-se pela importância econômica que Blumenau e Brusque representam para a região, em razão da atividade industrial desenvolvida e de maior representatividade, a têxtil-vestuarista.

O estudo das estratégias articuladas pela comunidade junto aos incentivos públicos do governo do Estado e local também foi de interesse da pesquisa com a pretensão de identificar a efetiva criação de postos de trabalho na região a partir das políticas locais de emprego.

Os dois centros urbanos delimitados podem atrair para seu eixo grandes indústrias. Esses centros apresentam vantagens locais (matéria-prima, incentivos públicos, iniciativa privada atuante, entre outras) determinantes na esfera interna da cidade, o que pode proporcionar às indústrias crescimento mais rápido do que em outras áreas urbanas do Brasil. Outro diferencial dessa região é a base tecnológica determinada por investimentos público e privado, e níveis culturais e educacionais. Esses são alguns dos aspectos que podem explicar o efeito competitivo nesses municípios.

O componente de crescimento nacional reflete a influência que os fatores exógenos estabelecem no centro urbano. Esses fatores podem ser a variação na demanda, o crescimento populacional e o progresso tecnológico ocorridos na esfera nacional.

A composição industrial de Blumenau e Brusque apresenta atividades que se classificam em setores que estão em crescimento, setores estagnados e setores em queda<sup>6</sup>. Esse método de classificação auxilia nas políticas locais de emprego, de renda e de desenvolvimento, direcionando os recursos para os setores de maior dinamismo e estudando as causas que estão retraindo ou fazendo decrescer a atividade industrial, para ação dos atores sociais.

---

<sup>5</sup> Essa obrigatoriedade inclui também as empresas sem ocorrência de vínculos empregatícios no exercício, denominada de Rais Negativa.

<sup>6</sup> Metodologia realizada pelo IPS-FURB, para os anos de 1995 a 2001.

A especialização entre a indústria regional e a nacional pode ser visualizada pelo Quociente Locacional (QL), por meio do volume de empregos totais nos municípios e na escala nacional. Esse método pode identificar, guardadas as proporções do tamanho do mercado formal, o diferencial da especialização entre diferentes municípios. Dessa forma, as regiões que se especializam em setores de crescimento lento apresentarão um QL negativo.

Nas cidades-pólo de Blumenau e Brusque alguns setores industriais sofreram fortes mudanças após a implementação de políticas macroeconômicas, alterando a dinâmica da atividade ao criar novos postos de trabalho e manter a regulamentação trabalhista.

Os trabalhadores que estavam empregados nos setores tradicionais, isto é, setores em que a região se especializou, foram direcionados para outras atividades. Entretanto, não foram totalmente absorvidos e o número médio de desempregados em 1995 foi de 9.328<sup>7</sup>, somente na microrregião de Blumenau.

A indústria têxtil-vestuarista foi responsável por 59% dos postos de trabalho fechados no período citado. Uma das alternativas encontradas pelos trabalhadores da região, especialmente nos municípios de Blumenau e Brusque, em que essa atividade é mais desenvolvida, foi o trabalho em domicílio, principalmente o da categoria de costureiras.

Passaram-se a utilizar as casas como ateliês de costura, funcionando de maneira isolada ou em cooperativas, com grande participação de costureiras na condição de subcontratada da antiga empresa, que estavam anteriormente vinculadas<sup>8</sup>.

Essa perda de dinamismo do principal setor da região gerou a preocupação dos atores sociais em criar políticas de curto prazo, direcionadas a outros setores econômicos. Isso fez com que, no período de 1995 a 2000, o quadro das atividades dinâmicas se modificasse.

Essas mudanças, que geraram a instabilidade do emprego formal na região, são retratadas neste trabalho, considerando as políticas e ações macroeconômicas e do capital estrangeiro, que não podem estar desassociadas do contexto de interesse e ações do governo local. Como já explicitado, as políticas que retratam o Plano Real são analisadas, bem como os efeitos que elas geraram no comportamento do emprego microrregional.

---

<sup>7</sup> Os setores que mais demitiram no período de 1995 a junho de 2000 (IPS-FURB) foram: a administração pública, a instituição financeira, a agricultura, as indústrias de transformação de minerais não-metálicos, a mecânica, a de alimentos e bebidas, a têxtil e a da construção civil.

<sup>8</sup> Na pesquisa sobre desemprego e sobrevivência, pode ser visualizado o trabalho em domicílio na cidade-pólo de Blumenau. Entrevistaram-se trabalhadores demitidos em 1995 do setor têxtil-vestuarista e estudou-se a condição em que eles se encontravam, no ano seguinte. Muitos deles estavam no comércio e serviços, com seu próprio negócio, na função de prestadores de serviços, assistência técnica; outros se encontravam desempregados, realizando algumas atividades temporárias, por exemplo, na função de cabeleireiro, diarista ou assistente de pedreiro. Para saber mais, veja Simão (2000).

### 1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA

#### 1.3.1 Objetivo geral

Avaliar comparativamente o comportamento do emprego formal de dois municípios do Vale do Itajaí, Blumenau e Brusque, sob o ponto de vista das políticas macroeconômicas no período de 1995-2000, analisando o processo de industrialização delas decorrente e propondo estratégias para aplicação de políticas públicas que favoreçam o desenvolvimento regional.

#### 1.3.2 Objetivos específicos

- a) Identificar os setores em expansão, estagnados e em queda, com recorte temporal que compreende os anos de 1995 a 2000, dos municípios selecionados.
- b) Conhecer os programas e projetos locais implementados pelo governo e secretarias voltados ao aspecto do emprego/desemprego.
- c) Compreender o processo de desenvolvimento e o crescimento urbano dos municípios de Blumenau e Brusque, considerando os aspectos culturais e históricos.
- d) Identificar os setores mais especializados da Microrregião de Blumenau e dos municípios selecionados do Vale do Itajaí, comparando-os à especialização nacional.

## 1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A parte introdutória deste trabalho trata da importância do tema, da justificativa, dos objetivos e das limitações da pesquisa. No segundo capítulo desenvolve-se a fundamentação teórica sobre o processo de acumulação flexível, as políticas neoliberais e políticas de emprego nacional, as ações voltadas à preocupação do desemprego, que se tornou estrutural e trata-se também da instabilidade econômica das empresas domésticas em relação à abertura comercial, implementada desde o Plano Collor.

Ainda no segundo capítulo discutem-se a situação ocupacional e a deterioração do emprego urbano no País em um novo padrão de desenvolvimento e o papel do Estado nos moldes da política neoliberal, representado pelo cenário de privatizações dos principais serviços de atendimento.

No terceiro capítulo apresenta-se e desenvolve-se a metodologia utilizada para criar os índices de especialização, participação e tipologia setorial da atividade industrial. A principal variável para construir os índices foi o número de empregos formais. Ainda nesse capítulo descrevem-se os procedimentos metodológicos das entrevistas realizadas para o estudo das políticas públicas locais de emprego.

O quarto capítulo trata da análise empírica do emprego formal, a partir dos dados da RAIS e dos indicadores calculados para avaliação do desempenho da atividade industrial, tendo como principal variável o emprego. Nessa perspectiva fez-se uma análise do emprego formal no País, no Estado de Santa Catarina e nos municípios selecionados, por meio dos índices encontrados para avaliação do emprego visando à proposição de estratégias para o desenvolvimento regional.

As políticas de emprego existentes nos municípios fazem parte do penúltimo capítulo deste trabalho, destacando-se as políticas de microcrédito, iniciativas da economia solidária e político-administrativas para criação de trabalhos autônomos. Também se teve a preocupação de analisar as práticas do Fórum de Desenvolvimento, para identificar sua importância no contexto socioeconômico regional.

O último capítulo corresponde à conclusão do trabalho, na qual se faz uma análise das políticas públicas de emprego na região, correlacionando com os setores industriais para um diagnóstico das ações feitas no âmbito do desenvolvimento local, apresentando-se algumas recomendações para futuros trabalhos.

## 1.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

As estratégias utilizadas para a inserção do Brasil no mercado mundializado provocaram mudanças na composição dos parques industriais brasileiros, sustentadas por políticas neoliberais que reduziram a participação da produção estatal no fornecimento dos serviços básicos, com as privatizações das telecomunicações e da energia, transferindo-se para o setor privado o atendimento desses serviços. Esse quadro nacional se refletiu de diferentes formas nas regiões brasileiras, sobretudo naquelas industrializadas em atividades que estão voltadas para o mercado exterior. Nessa perspectiva é que se escolheram dois municípios do Estado de Santa Catarina, que têm essa atividade desenvolvida, constituindo o pólo têxtil-vestuarista do Vale do Itajaí; são eles Blumenau e Brusque.

A pesquisa limita-se a analisar o emprego formal, pois não há indicadores que mensurem as pessoas que têm contrato informal de trabalho. Entretanto, foi possível identificar as condições de trabalho da mão-de-obra ocupada, principalmente nos últimos cinco anos, pós-implantação do Plano Real.

O modelo adotado para indicar os setores que apresentam crescimento mais rápido em relação à região e aos setores da indústria brasileira é limitado, mas é bastante utilizado para identificar a especialização de regiões e o ramo de atividade em que elas se destacam.

Os dados da RAIS são registrados anualmente, e a última versão preliminar é de 2001. Por isso, nesse ano não se está trabalhando com números definitivos; entretanto, o incremento de pessoas que entregam com atraso os formulários não é significativo no sentido de comprometer os resultados da pesquisa.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 ACUMULAÇÃO FORDISTA VERSUS ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

Neste tópico a preocupação é abordar a visão de alguns estudiosos que tratam do mundo do trabalho, para discutir questões sobre o processo de acumulação taylorista/fordista, o processo de acumulação flexível, o toyotismo, a reestruturação produtiva, a terceirização, a subcontratação e a precarização do mercado de trabalho.

O modelo de acumulação fordista predominou até meados dos anos 1970. Era um processo produtivo centralizado, seqüencial, em que a estrutura predominante era a hierárquica, com funções específicas. O uso de insumos, principalmente o de energia, era ilimitado, contribuindo para o fortalecimento da indústria. Nessa perspectiva, Antunes (1998, p.17) explica:

[...] entendemos o fordismo fundamentalmente como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro fordista e produção em série taylorista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões.

A produção em série e os processos automatizados resultaram em índices elevados de produtividade e na abertura de novos postos de trabalho, em razão do crescimento econômico proporcionado pela indústria e que, de certa forma, criava uma rede de seguridade ao trabalhador. Assim explica Standing, quando classifica a rede de proteção em:

- a) a segurança no emprego pela estabilidade do contrato formal de trabalho, ao contrário de hoje, em razão da elevada proporção de trabalho temporário;
- b) a segurança no mercado de trabalho, instituída pelo pleno emprego, quando havia desemprego era opcional, por vezes sustentado pelo seguro-desemprego;
- c) a segurança na renda, por meio de salário fixo e crescente, em razão dos ganhos de produtividade incorporados;
- d) a segurança de contratação, devido à organização de contrato coletivo de trabalho;



e) a segurança na organização dos trabalhadores, pela livre filiação nas suas categorias de trabalho, com um sindicato atuante e participativo (STANDING citado por PRADO, 1999, p. 19).

Estava formada a rede de segurança do modelo de acumulação fordista, a qual atenuava o conflito social. Os empresários, por sua vez, tinham a proteção de seus mercados e a autonomia para políticas econômicas que favorecessem seus negócios, visando à produtividade (direcionavam a produção pela oferta) e ao consumo em massa, para obter seus ganhos reais.

Sustentado em grande parte pelo gasto público, o padrão de acumulação fordista, no final da década de 60, passou a ter retornos decrescentes de produtividade, e os déficits públicos se elevaram. Outros fatores predominantes foram a quebra do padrão dólar-ouro (criado pelo acordo de Bretton Woods) e o choque do petróleo, impossibilitando o uso ilimitado de energia e matérias-primas, favorecendo grandemente a instabilidade do sistema capitalista.

Essa instabilidade econômica mundial provocou a insegurança e o fechamento de muitos postos de trabalho, resultando num grande número de desempregados e empregos precários. No auge da crise do sistema capitalista surgiu um outro modelo de acumulação.

O modelo de acumulação flexível surgiu em meados dos anos de 1970, no Japão, denominado de toyotismo, avançando posteriormente para outros países desenvolvidos e em desenvolvimento, como proposta de produção flexível por meio de técnicas (Círculos de Controle de Qualidade – CCQ, método *kanban*, técnicas de gestão, método *just-in-time*) introduzidas primeiramente, na indústria automobilística e no ramo têxtil.

Preza-se pela agilidade na adaptação do maquinário e dos instrumentos para criar novos produtos em tempo hábil para atender à demanda de um pequeno nicho de mercado. Reduz-se a produção da montadora pela horizontalização do processo produtivo, que se estende às subcontratadas, à produção de produtos básicos. Diferencia-se do modelo fordista, que direcionava este atributo para as montadoras.

O trabalhador passa a conhecer e operar várias máquinas, executando tarefas mais simplificadas. Este comportamento rompe com a dinâmica da relação um homem/uma máquina encontrada no fordismo, assim esclarece Antunes (1998, p. 26): “É a chamada polivalência do trabalhador japonês, que mais do que a expressão e exemplo de uma maior qualificação, estampa a capacidade do trabalhador em operar com várias máquinas”.

Nesse contexto a exploração do trabalho humano é intensiva, em razão do ritmo de produção, que exige a operação de várias máquinas ao mesmo tempo, o número reduzido de operários e a extensão da jornada de trabalho pelas horas extras.

A organização dos trabalhadores e seus direitos se tornaram flexíveis, enfraquecidos, fortalecendo as condições precárias de trabalho, a redução salarial, a instabilidade no emprego, o crescimento das relações informais e a extinção de funções.

Ramalho (1997, p. 104) acrescenta que “há o aumento do recurso da subcontratação do trabalho, com participação da força de trabalho em domicílio”. As funções desempenhadas em domicílio são realizadas pelos próprios membros da família, em que há uma jornada extensa de trabalho, pois não há uma separação entre o ambiente familiar e o de trabalho, principalmente em relação à mulher, que, em muitos casos, assume a renda familiar nessas tarefas por conta própria.

Estas ocupações exemplificam a nova condição do trabalhador identificada na prestação de serviços ou na comercialização de produtos sem qualquer contrato, além da transação pontual. Singer (1998) esclarece que são transferidos aos trabalhadores os encargos sociais e os custos produtivos. Geralmente são atividades de baixa qualificação, em precárias estruturas de trabalho, sem a possibilidade de carreira ou promoção.

A terceirização<sup>9</sup> é outro processo que se ramificou no novo modelo. Pochmann (2001) a identifica em dois cenários: a) nos processos de subcontratação da produção, cujas inovações tecnológicas empregadas nas empresas são transferidas para as subcontratadas; b) na terceirização por contingência, caracterizada por uma dependência do contratado em relação ao que e quanto produzir, transferindo-se ao trabalhador os custos dos insumos, máquinas, equipamentos e espaço físico.

Na terceirização por contingência o trabalhador atua como autônomo do seu negócio, com livre distribuição do tempo, sem o controle direto da empresa contratante; são as chamadas *façõdes*. Este último tipo de trabalho é representado por uma produção familiar, por vezes envolvendo integrantes da família com idade imprópria para assumir responsabilidades na produção.

O vínculo empregatício é confundido com a dinâmica familiar, sem turno de horas estabelecido, com local inapropriado para a execução da atividade, a fim de complementar a renda familiar ou ser a própria fonte de renda, segundo Ramalho (1997).

---

<sup>9</sup> O processo de terceirização caracteriza-se quando uma determinada atividade deixa de ser desenvolvida pelos trabalhadores de uma empresa e é transferida para uma outra empresa, então chamada de “terceira”.

Neste novo cenário capitalista o mercado de trabalho exige que o trabalhador seja qualificado e interdisciplinar, associando maior qualificação profissional e habilidades elevadas para a rápida adaptação no manuseio das inovações tecnológicas.

O discurso que se adota é que o trabalhador precisa de mais conhecimento (técnico, especializado e empreendedor) para vender sua força de trabalho<sup>10</sup> (forças físicas e espirituais) no mercado e estabelecer a condição de empregado.

É transferida ao trabalhador a responsabilidade da profissionalização e do dinamismo empresarial, quando se assume a gestão de um negócio, mas a redução do número de empregos, independente da qualificação do trabalho, restringe o contrato formal de trabalho. Nesse sentido, faz-se no próximo tópico uma abordagem do comportamento do emprego na escala mundial e no País.

## 2.2 COMPORTAMENTO DO EMPREGO

Neste capítulo discute-se o comportamento do emprego num contexto de desnacionalização da economia brasileira, de políticas neoliberais e de reestruturação produtiva da atividade industrial.

Os ganhos de produtividade e competitividade expandiram-se pelas formas de gestão e inovação da tecnologia, que garantem a velocidade dos contatos e trocas de informações entre diferentes atores individuais e coletivos.

A globalização da economia e da produção ampliou o espaço da capacidade de valorização do capital, por meio das tecnologias da informação e da comunicação, as quais incorporam políticas econômicas neoliberais, com prerrogativas de promover a autorregulação do mercado.

A globalização desenvolve-se mediante a internacionalização das atividades econômicas: financeiras, comerciais e produtivas. A globalização financeira vincula-se à crescente interconexão e interdependência das atividades das bolsas de valores, bancárias e de câmbio mundiais. A comercial está relacionada com a transnacionalização de empresas e a internacionalização das nações. A internacionalização produtiva das empresas ocorre através de uma localização dispersa dos elos da cadeia de valor que conduzem à produção de bens de

---

<sup>10</sup> Segundo Marx, o valor da força de trabalho é determinado, como o de todas as outras mercadorias, pelo tempo necessário à produção e, conseqüentemente, à reprodução desse artigo específico (*O Capital*, I, Cap.VI).

consumo duráveis, sustentadas pela imposição das reformas neoliberais (DIEESE, 1999, p. 71).

O mercado dos países periféricos, inserido na nova ordem socioeconômica, política e cultural, teve de se adaptar às imposições e interferências das economias centrais, ramificadas por fluxo de capital, tecnologia, força de trabalho, lucro e mais-valia (IANNI, 1992). Nessa mesma perspectiva, Singer (1998) afirma que houve um processo de reorganização da divisão internacional do trabalho, dinamizado pelas divergências de produtividade e custos de produção entre as nações.

Este jogo de forças de mercado não opera no sentido da igualdade, resultando na desigualdade econômica internacional, repartindo o mundo em uma classe desenvolvida minoritária e uma classe menos desenvolvida majoritária. Pochmann (2001, p. 13) afirma que “[...] compreende-se que os estímulos à eficiência e à concorrência definidos pelo modelo de racionalidade econômica do capitalismo não produzem sociedades com o padrão de desenvolvimento menos desigual”.

A crescente unificação dos mercados não tem construído um espaço mais homogêneo. Ao contrário, observa-se o desenvolvimento das economias centrais, a custo das vantagens comparativas dos países exportadores de matéria-prima e importadores de produtos finais, causando a polarização de espaços nacionais e a desorganização do trabalho, como afirma Mattoso (1998).

Muitos países sofreram conseqüências estruturais no mercado de trabalho, resultando em desemprego estrutural, que é um efeito funcional de políticas de estabilização com menor capacidade de geração de empregos, a deterioração das condições de trabalho, como coloca Singer (1998, p. 23) “O desemprego estrutural, causado pela globalização, é semelhante em seus efeitos ao desemprego tecnológico: ele não aumenta necessariamente o número total de pessoas sem trabalho, mas contribui para deteriorar o mercado de trabalho para quem precisa vender sua capacidade de produzir”.

As propostas e programas neoliberais iniciaram-se na Europa, difundidos posteriormente para outros países periféricos. Esses países foram se moldando nos discursos de liberdade e bem-estar representados pela acumulação de capital privada, em que uma pequena parcela detém os meios de produção, enquanto os demais vivem subordinados, desenvolvendo o processo de desigualdade entre os indivíduos pela concorrência das suas bases produtivas, atingindo dimensões de natureza política, militar, socioeconômica e cultural.

Ianni (1992, p. 140), afirma que “a democracia suposta pelo neoliberalismo é, portanto, a que mantém e afirma as condições do livre jogo das forças de mercado”, condicionando a uma economia auto-regulável, em que “[...] a função reguladora é sistematicamente exercida pelas instituições financeiras mundiais, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), e também por bancos privados de maior envergadura”.

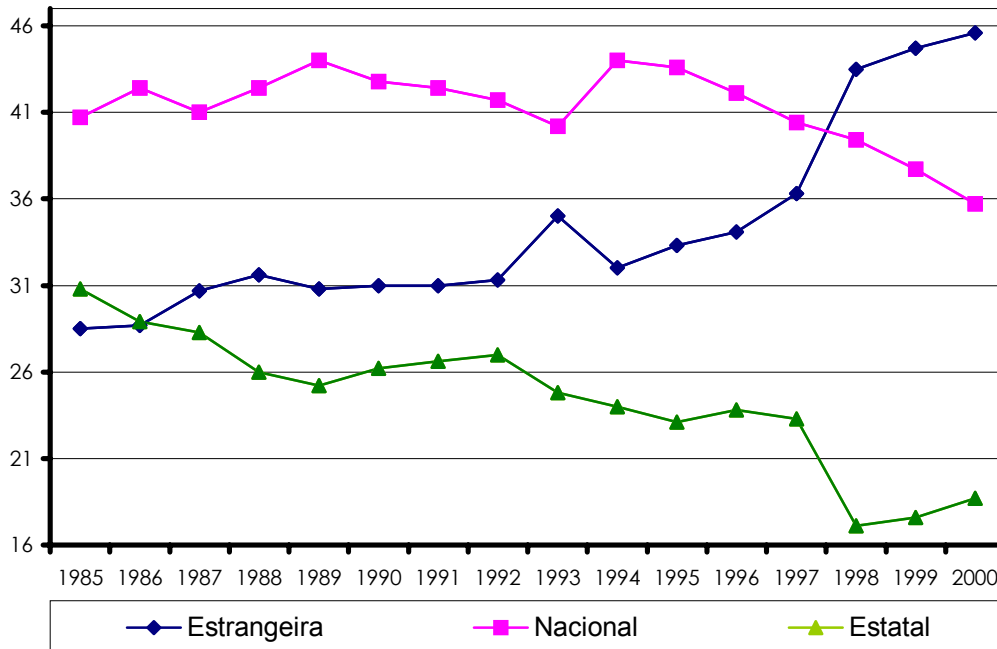
Os efeitos da política neoliberal na economia brasileira provocaram desajustes no consumo, no investimento e no volume das exportações, em razão das restrições internas e externas. As primeiras foram causadas principalmente pela oferta débil da infra-estrutura e da capacidade produtiva dos setores privatizados na oferta de insumos, enquanto as segundas foram motivadas pelo mercado internacional altamente competitivo, com produtos inovadores, sustentados pelos arranjos de políticas de desnacionalização dos países periféricos, através dos repasses de lucros e dividendos de empresas multinacionais.

O Gráfico 1 mostra que a representatividade das empresas estatais brasileiras no total das vendas retraiu-se na década de 1990. Em 1992, significavam 27% das empresas existentes, passando para 24,8% no ano seguinte e chegando a 18,7% em 2000.

O quadro se repete com as indústrias brasileiras em relação às estrangeiras, reduzindo sua participação gradativamente desde 1995, com a abertura comercial e as privatizações. Em 2000, as empresas nacionais detinham 35,7% do total das vendas, enquanto as empresas estrangeiras participaram com 45,6%, intensificando esta participação a partir de 1993 e repercutindo nos anos seguintes com percentuais crescentes. Isto identifica os reflexos da desnacionalização da economia brasileira, com um percentual próximo à metade do total das vendas realizadas pelo capital estrangeiro.

## GRÁFICO 1

Evolução da participação das empresas estrangeiras, nacionais e estatais no total das vendas\*, valores em percentual, 1985-2000



FONTE: Revista EXAME, Maiores e Melhores, 2001

\*Consideradas as 500 privadas e as 50 estatais

O desemprego e a precarização do trabalho apresentados na última década do século XX ainda se alastram na atualidade, com redução do nível hierárquico de funções e o surgimento de novas estratégias empresariais, resultantes das transformações tecnológicas e da divisão internacional do trabalho, que interferiram nas leis e garantias trabalhistas.

Essas novas formas produtivas resultam na reestruturação produtiva, que implica a reconfiguração da forma como se produzem as mercadorias numa economia capitalista, provocando mudanças no comportamento empresarial, no padrão tecnológico, nas formas de gestão, na contratação e na remuneração do trabalhador (DIEESE, 1999).

A introdução de novas tecnologias no processo produtivo, seja de capital local, seja estrangeiro, tem provocado o custo social, pela precarização do emprego e o aumento do contingente de desempregados, uma vez que muitos trabalhadores não estão preparados para o novo perfil profissional – de polivalência de funções – ou, quando preparados, inserem-se no mercado em ocupações não compatíveis com a profissão, pela falta de oportunidades equivalentes de funções e salários.

Na nova ordem econômica o desemprego atinge principalmente os trabalhadores com escolaridade baixa, ampliando a informalidade, as relações precárias de trabalho, as condições de baixos salários, enfraquecendo os sindicatos e os direitos trabalhistas.

### **2.2.1 Comportamento do emprego nacional**

Os países do Terceiro Mundo, em especial o Brasil, na década de 1970, viveram um período de apogeu, chamado de “milagre econômico”, devido à abertura de mercado das nações desenvolvidas aos produtos industrializados dos países considerados periféricos. Entretanto, nos anos 1980, o fluxo de capitais foi direcionado para a Ásia, por causa da crise do endividamento externo dos países da América Latina, resultando em um conjunto de inseguranças no mundo do trabalho. A esse respeito, Mattoso (1996) classifica vários tipos de insegurança, tais como insegurança no emprego, na renda, na contratação e na representação dos trabalhadores (sindicatos).

Esse cenário econômico, que compreende as décadas citadas acima, mostra duas realidades do mercado de trabalho. A primeira destacou-se pela criação de novas ocupações através do investimento estrangeiro. Na segunda houve a redução de emprego da força de trabalho, aumentando-se o contingente de desempregados. Conseqüentemente, ocorreram pressões para baixos salários, exclusão, desigualdade social, condições precárias de ocupações, favorecendo ao empobrecimento de cidades e regiões.

Na década de 1990, a política econômica se configurou na abertura indiscriminada do comércio, restringindo e desestruturando a atuação das empresas domésticas, em razão do limitado poder de concorrência diante dos produtos estrangeiros.

As estratégias de recuperação da economia nacional adotadas pelo Plano Real, em 1994, resultaram em um cenário de perda de coordenação e governabilidade da economia brasileira, que teve como principais medidas:

a) a estabilidade dos preços por meio da política de controle inflacionário, cujo objetivo era atrair os investimentos de longo prazo. Pode-se avaliar como um mecanismo de sucesso do Plano, sintetizado nas taxas inflacionárias ao longo deste período;

b) a abertura comercial para mobilizar e disciplinar os preços dos bens e serviços. Um dos motivos desta medida foi a insuficiente oferta interna, identificada nos

governos anteriores, que permitia a entrada de produtos para proporcionar o equilíbrio dessa oferta;

A abertura comercial apresentou os aspectos positivos de aumentar a oferta de produtos e estimular a concorrência interna para impedir a especulação dos preços. Entretanto, ocasionou crescentes déficits comerciais com as importações, refletindo problemas na balança de pagamentos;

c) as privatizações, com a participação do capital estrangeiro, que visavam a melhorar ou aumentar os investimentos e a eficiência em infra-estrutura, bem como aumentar a reserva do País em moeda estrangeira.

As privatizações significavam uma possibilidade de o governo ampliar a entrada de mercados internacionais no País e equilibrar o déficit verificado na balança comercial. A privatização e a participação do capital privado, ao mesmo tempo em que servem como mecanismo para equilibrar os déficits nas contas comerciais, tendem a promover dificuldades em longo prazo no balanço de pagamentos, já que pressupõem a remessa de lucros e dividendos ao exterior. Esta situação está comprometida até hoje e gradativamente vem se tornando um problema estrutural.

A participação tímida do setor produtivo estatal na nova conjuntura estabelecida pelas políticas macroeconômicas proporcionou efeitos negativos no investimento e na demanda agregados, na taxa de emprego e, conseqüentemente, na capacidade de crescimento e desenvolvimento econômico.

O panorama observado no pós-Real foi, em parte, de desajustes e desenganos criados pelas expectativas quanto à privatização das empresas estatais, tendo como resposta o aumento expressivo de tarifas e preços das empresas privatizadas, inviabilizando a abrangência de utilização dos serviços.

Beluzzo (2001) afirma que qualquer projeto que vise à modificação da ordem econômica e social existente no País deve partir da constatação de três constrangimentos, a *desnacionalização, desestruturação do estado e anomia social*.

Esses entraves devem ser combatidos em longo prazo por políticas organizadas por um Estado democratizado e, em curto prazo, por ações direcionadas para estratégias produtivas de crédito aos mais marginalizados da população.

Um novo modelo de desenvolvimento deve ser ancorado em uma reforma do papel do Estado na economia, com sua atuação no fortalecimento da produção de bens e



serviços públicos e na distribuição da renda, com políticas voltadas ao bem-estar social e ações que estimulem os investimentos nos setores econômicos.

### 2.3 DESENVOLVIMENTO LOCAL: ANÁLISE PRELIMINAR

O desenvolvimento de uma região depende de políticas que estejam intimamente ligadas às políticas macroeconômicas, ancoradas por ações locais que espelhem as demandas sociais.

Existem diferentes estágios de desenvolvimento entre as regiões de um país. Isto resulta em migrações do local de origem para aquelas que oferecem melhores oportunidades de emprego, maior abrangência no atendimento público à saúde, ao saneamento, à educação, à habitação e uma estrutura favorável de cultura e lazer.

As áreas periféricas da região mais desenvolvida, na sua maioria, são utilizadas para proporcionar o processo de acumulação nesta última, entretanto não se beneficiam dos resultados, uma vez que o aspecto institucional não viabiliza uma distribuição equitativa de recursos e projetos/programas de desenvolvimento às áreas mais empobrecidas.

A concentração de atividades industriais em determinadas áreas pode desencadear movimentos migratórios e desequilíbrio regional. O processo de industrialização é muitas vezes de condicionamento institucional, favorecendo uma ou duas áreas e provocando os desníveis regionais. Assim explica Myrdal:

“As regiões favorecidas não cessam de acumular vantagens e os efeitos de difusão do progresso se fazem sentir num âmbito territorial relativamente acanhado. A população das áreas desfavorecidas sofre, em conseqüência, um empobrecimento relativo: o arranjo institucional faz com que participem do processo de acumulação sem que possam beneficiar-se dos seus frutos” (MYRDAL, citado por SINGER, 1985, p. 37).

Ocorrem as migrações internas dos trabalhadores que estavam ocupados no campo e se deslocam para as áreas urbanas, por não terem a infra-estrutura mínima de sobrevivência, correspondendo à categoria marxista chamada de exército industrial de reserva<sup>11</sup> da metrópole, uma vez que ultrapassa a demanda por trabalho.

---

<sup>11</sup> É uma categoria marxista que significa a existência de uma reserva de força de trabalho desempregada e parcialmente empregada, uma característica inerente à sociedade capitalista, criada e reproduzida diretamente pela própria acumulação do capital.

A acumulação do capital favorece a demanda de trabalho, mas a mecanização substitui mão-de-obra, aumentando a parcela de desempregados. Este processo de produção de reservas de trabalho é um efeito sustentado pelo sistema capitalista justificado pelo lucro do empregador.

Grande parte dos trabalhadores empregados está numa condição de pseudo-emprego, uma vez que os seus direitos trabalhistas não estão assegurados, e a estabilidade empregatícia é temporária. Nesse particular, Aued (2002, p. 9) esclarece que: “Na questão sobre quem é o desempregado, uma primeira ordem de questões diz respeito ao processo de reconhecimento deste personagem socialmente, e isto implica em apreender o movimento da própria sociedade que engendra o desemprego. E este repercute no tecido social: estas pessoas invalidadas e desfiladas pela conjuntura social provocam uma hemorragia que ameaça deixar exangue todo o corpo social”.

Direcionando o foco para o papel do Estado na economia, verifica-se que o modelo de desenvolvimento obedece às necessidades do capital, as quais ultrapassam o interesse da camada menos favorecida e que não participa da acumulação desse capital.

O processo de crescimento industrial brasileiro nos últimos cinco anos apresentou setores que estão em declínio e recuperação. Nesse sentido, é preciso entender os fatores que determinam o novo modelo de desenvolvimento capitalista, para explicar o crescimento das cidades, considerando como setor dinâmico a indústria de transformação.

As políticas macroeconômicas implementadas em 1994 (Plano Real) aconteceram sob o “olhar” de um mundo globalizado. A liberalização cambial, a abertura comercial, as privatizações, a estabilização dos preços foram medidas realizadas no Brasil, seguindo o ritmo das mudanças internacionais de desnacionalização dos mercados nacionais.

## 2.4 ESTADO SOCIAL

O Estado social nos países capitalistas desenvolvidos, após a Segunda Guerra Mundial, tinha o propósito de atuar em duas vertentes: a) propiciar a assistência e o apoio aos cidadãos, sobretudo aos mais necessitados; b) reconhecer o papel formal dos sindicatos, em relação às negociações e à determinação política. Essas formas de atuação objetivavam o abrandamento do conflito de classe, devido às contradições inerentes ao Estado do capitalismo liberal, como disse Offe (1991, p.122): “a contradição consiste em que o capitalismo não pode coexistir com o Estado social nem continuar existindo sem ele”.

Tal função do Estado não perdurou por um tempo muito longo, precisamente foi até metade dos anos 70, em que se verifica o desmonte do Estado social, suas propostas e ações, deixando as incertezas, críticas e divergências políticas quanto ao seu novo papel.

A recessão econômica dos anos 1970 provocou o surgimento de pensadores coligados às doutrinas neoclássicas, portanto uma visão mais conservadora, que consideravam o Estado social uma doença, principalmente por dois pontos:

- 1) por ele impor uma carga de impostos e regulamentos que detêm a disposição de investir;
- 2) por conceder aos sindicatos e trabalhadores reivindicações, direitos e posições de poder que detêm a vontade de trabalhar.

Essas formas de atuação do Estado de Bem-Estar conduzem à dinâmica do desenvolvimento decrescente e das expectativas crescentes resultando, em ingovernabilidade e inoperância da máquina estatal. Segundo Offe (1991, p. 117):

“Ninguém certamente negaria que há causas para a queda nas taxas de crescimento e para a retração do investimento de capital que nada têm a ver com a ação do Estado social sobre a economia, mas que devem ser procuradas, de preferência, nas tendências a crises inerentes à economia capitalista, tais como acumulação excessiva, ciclo conjuntural, nível de juros e mudança técnica incontrolável”.

Apesar de se ter conseguido um quadro progressivo das condições de vida dos trabalhadores, a estrutura do Estado social não tem contribuído, ou, se tem, de maneira ainda tímida, com a melhor distribuição de renda entre as classes constituintes do capitalismo. Outro aspecto de incoerência é que esse Estado não elimina as causas das carências e necessidades proporcionadas pela má administração da organização das cidades, das doenças profissionais, e do desemprego, entre outros. Ao contrário, ele compensa as conseqüências dessas ocorrências com ações imediatistas como subvenções habitacionais, auxílio-desemprego, e serviços de saúde e seguros.

No caso das economias desenvolvidas, segundo Offe (1991) há um certo consenso do lado mais conservador de que o Estado social poderia ser abolido, visto que não realiza tarefas essenciais e indispensáveis tanto para o processo de acumulação do capital quanto para o bem-estar social e econômico da classe trabalhadora.

Muitos modelos defendem a atuação mínima do Estado ou a sua própria abolição como o “neolaissez-faire”, para que a sociedade de mercado possa atuar sem interferências e limitações na livre atuação do acúmulo de capital.

São esses os meandros que percorrem os interesses do Estado social que abranja os menos favorecidos e constitua uma certa margem de distribuição de renda igualitária e responsável, harmonizando-se com os interesses do capital, para que as desigualdades sejam amenizadas e a sociedade seja organizada em um sistema mais justo. Entretanto, esse contexto social mais igualitário é supostamente uma utopia até que se prove o contrário; essa sociedade mais justa depende de uma consciência social que queira abranger a maior parte da população nos direitos dispostos pelo Estado e não uma classe minoritária, como a dominadora desses direitos sociais.

No próximo capítulo será tratada a metodologia adotada para analisar o comportamento do emprego formal e os métodos utilizados para diagnosticar as políticas de emprego locais no contexto de crescimento, estagnação e queda dos setores industriais.

### 3 METODOLOGIA

Neste capítulo a parte introdutória trata dos procedimentos metodológicos, organizados em tópicos relacionados às perguntas e ao delineamento da pesquisa, ao recorte temporal, à escolha dos municípios, à definição das siglas e das categorias utilizadas, às variáveis utilizadas, aos entrevistados, aos procedimentos de coleta e análise dos dados, ao protocolo das entrevistas e aos critérios utilizados para fazer o diagnóstico do desenvolvimento regional, tendo como objetos de estudo os municípios de Blumenau e Brusque.

#### 3.1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho caracteriza-se como um estudo longitudinal, por analisar a evolução do emprego formal no período de 1995 a 2000, analítico-descritivo do emprego e das políticas públicas nos municípios de Blumenau e Brusque, situados no Vale do Itajaí.

O método analítico visa a conhecer os fenômenos que seriam as causas de problemas mais gerais, ou que os expliquem. O estudo descritivo, por sua vez, visa ao conhecimento do comportamento, sem se deter necessariamente nas causas e nos efeitos do objeto de estudo. Este estudo se preocupa com a constatação, que provém muitas vezes do cruzamento de informações, de maneira que amplie o campo de observação (MUNHOZ, 1989, p. 32).

Lakatos (1992, p. 109) destaca quatro principais medidas da estatística descritiva: as medidas de posição (média, mediana, moda, etc.), a comparação de frequências (razão, proporção, percentagem, taxas), a apresentação de dados (série estatística, tabelas, gráficos, etc.) e a medida de dispersão (amplitude, desvio-padrão). Para o tratamento estatístico, exceto a última medida, todas as outras foram utilizadas neste trabalho.

Para Munhoz (1989, p. 20), “diferentes critérios podem ser adotados para orientar o processo de investigação”. Cada pesquisador decide o método que ofereça os melhores resultados de pesquisa. A diversidade dos métodos pode ser ajustada para obter os resultados científicos das diferentes áreas do conhecimento.

O cálculo utilizado para analisar o efeito locacional da indústria foi o Quociente Locacional (QL), por meio de índices que explicam quantitativamente o grau de

especialização dos setores da indústria de transformação. Esse indicador auxilia na identificação das regiões que possuem um crescimento lento ou mais rápido de acordo com o grau de especialização de suas atividades.

A pesquisa baseia-se numa análise comparativa entre as cidades de Blumenau e Brusque, a partir de indicadores estatísticos, que são também utilizados para comparar a indústria local com a composição industrial nacional.

Para conhecer as políticas de emprego e renda das cidades fizeram-se entrevistas com o prefeito de Blumenau, com o secretário municipal de Brusque, com pesquisadores do Instituto de Pesquisas Sociais (IPS-FURB), do Instituto de Pesquisas de Planejamento Urbano de Blumenau (IPPUB) e da Secretaria de Trabalho, Renda, Emprego e Desenvolvimento (Setrede).

A partir de dados da RAIS-MTE, foram organizados os índices para analisar os efeitos de competitividade e locacional dos municípios selecionadas, e foi feita a classificação dos subsetores por ordem de crescimento, identificando os que mais se destacam como geradores de emprego.

### 3.2 PERGUNTAS DE PESQUISA

Em qualquer trabalho, as perguntas de pesquisa devem estar relacionadas com o objeto de estudo, conforme Alves (1991). Por meio delas, o foco do trabalho é levantado, priorizando-se os aspectos mais importantes da pesquisa. Beaud (1997, p. 46) reforça que a problemática é o conjunto construído em torno de uma questão principal, pelas hipóteses de pesquisa e pelas linhas de análise, e é tão importante para o trabalho quanto o sistema nervoso para o ser humano. Portanto, uma boa pesquisa requer uma boa problemática a fim de elucidar suas questões-chave.

Nesse contexto, o problema deve ser empírico, de suscetível solução e delimitado a uma dimensão compatível com os recursos disponíveis (FRANÇA, 1998, p. 64). Com base na fundamentação teórica e no problema, foram formuladas as seguintes:

a) quais as políticas públicas locais de emprego implementadas no município de Blumenau e Brusque?;

b) quais os setores situados nos dois municípios selecionados que mais cresceram nos últimos cinco anos?;

c) em que setores podem ser observadas vantagens locacionais a partir do grau de especialização industrial nos dois municípios?;

d) qual o comportamento do emprego formal na esfera municipal, sobretudo após a crise da indústria têxtil e do vestuário?.

As questões levantadas foram respondidas, as quais estão desenvolvidas no corpo do trabalho.

### 3.3 DELINEAMENTO DA PESQUISA E CARACTERIZAÇÃO

A partir do problema proposto e das teorias delimitadas para a orientação do trabalho, pode-se visualizar o método adequado para operacionalizar os objetivos da pesquisa. Tendo em vista que a pesquisa é de natureza qualitativa e quantitativa, baseou-se nos estudos de Richardson (1999), Triviños (1987) e Beaud (1998).

Beaud (1998, p. 61) diz que o conhecimento é um processo interativo entre o real (objeto de estudo) e a representação desse real (pensamento concreto, construção teórica), portanto não há “conhecimento absoluto”, mas o que a mente capta dessa representação que espelha a realidade. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa apresenta algumas características básicas, segundo Bogdon, citado por Triviños (1987), que são:

a) o ambiente natural no qual o fenômeno é estudado é visto como fonte direta dos dados da pesquisa. O pesquisador é tido como elemento-chave no momento em que toma para si a responsabilidade de criar um elo entre o fenômeno estudado com o ambiente real e complexo;

b) é uma pesquisa descritiva;

c) na pesquisa qualitativa há a preocupação em estudar o processo; não se limita, portanto, aos resultados e ao produto deles provenientes;

d) a análise das informações se dá indutivamente, por não se fazer a pré-definição de hipóteses, isto é, os significados e a interpretação são resultados da percepção que o pesquisador incorporou sobre o fenômeno observado num contexto;

e) a preocupação central, principalmente nos trabalhos de teor fenomenológico, é com o significado que os fenômenos pesquisados retornam às pessoas.

A pesquisa qualitativa se difere da quantitativa, além dos elementos listados acima, pelo fato de ser mais flexível, de modo que as etapas de coleta e de análise dos dados não são rigorosamente separadas, e as perguntas pré-definidas podem ser alteradas no decorrer do processo da pesquisa. Outra diferença é que a primeira pesquisa não utiliza dados estatísticos para a análise de um problema, nem mede unidades ou categorias homogêneas. Há autores que não distinguem as duas pesquisas por considerarem que a quantitativa é, na sua essência, qualitativa; é o que esclarecem Goode e Hatt, citados por Richardson (1999, p. 79): “a pesquisa moderna deve rejeitar como falsa dicotomia a separação entre estudos qualitativos e quantitativos, ou entre ponto de vista estatístico e não estatístico. Além disso, não importa quão precisas sejam as medidas, o que é medido continua a ser uma qualidade”.

Para Richardson (1999), o método quantitativo é amplamente utilizado e representa, sobretudo, a intenção de confirmar os resultados, evitar os equívocos de análise e interpretação, assegurando, dessa forma, uma margem de segurança ao pesquisador em relação às inferências. Esse método é utilizado, geralmente, nas pesquisas de conteúdo descritivo, em que se relacionam duas ou mais variáveis.

O presente trabalho foi desenvolvido a partir de dados secundários através de pesquisa bibliográfica recente, análise documental obtida por meio dos órgãos públicos, institutos de pesquisas e universidades local e federal, bem como de dados primários coletados através de entrevistas.

A pesquisa é de caráter exploratório por estudar as políticas públicas de emprego de dois municípios do Vale do Itajaí, Blumenau e Brusque. Foram utilizadas informações de natureza quantitativa para mensurar e analisar o comportamento do emprego formal nos municípios selecionados.

A pesquisa tem enfoque longitudinal para maior compreensão do fenômeno estudado, com o recorte temporal de 1995 a 2000.

### 3.4 PERÍODO DE ANÁLISE

O período de 1986 a 2001 nos permitiu analisar os Planos de Governo que adotaram políticas de abertura comercial, as quais comprometeram as empresas domésticas e proporcionaram um quadro de desajuste na balança comercial, representado pelos saldos



negativos em vários anos. Além do fato de acompanharem os Planos Collor e Real, é importante destacar que nesse período a fase de crescimento passa por um tempo decorrido de 10 anos para se recuperar, após um período de queda e estagnação da economia (ver Gráfico 2).

Efetuiu-se pesquisa de campo para coletar informações sobre políticas públicas locais de emprego e utilizaram-se bases de dados e documentos (dados secundários) para análise do emprego formal. Devido a isso, a delimitação do tempo se deve aos critérios de Munhoz (1989, p. 44):

- a) a disponibilidade de informações estatísticas; e
- b) o grau de compatibilidade das informações ao longo do tempo.

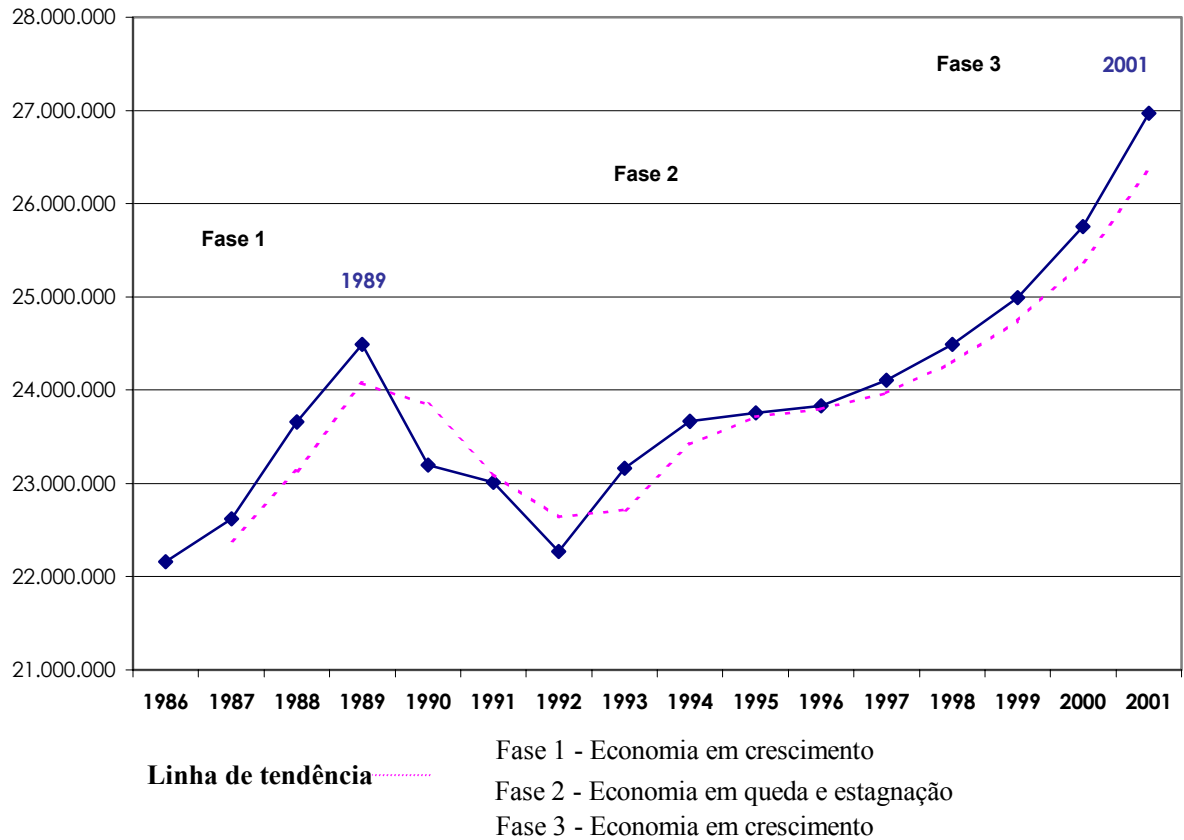
Essas limitações se baseiam na análise de séries estatísticas, uma vez que, em pesquisas que englobam dados primários (pesquisa de campo), tais dificuldades existiriam caso houvesse a necessidade de comparação com informações obtidas anteriormente.

Para tanto, fez-se uma análise do subperíodo, compreendido pelo intervalo de tempo dos anos de 1995 a 2000, com um corte de cinco anos para se classificar os setores por ordem de crescimento, utilizando a metodologia do IPS.

Esses setores não se referem apenas à indústria, mas às outras oito atividades, segundo classificação do IBGE: Extrativa Mineral, Serviço de Utilidade Pública, Construção Civil, Comércio, Serviços, Administração Pública e Agropecuária, construindo-se um quadro comparativo entre Blumenau e Brusque.

## GRÁFICO 2

Comportamento do emprego no Brasil, 1986-2001



Fonte: RAIS/MTE, 1986-2001

### 3.5 ESCOLHA DOS MUNICÍPIOS

Foram escolhidos dois municípios do Vale do Itajaí, Blumenau e Brusque por razões já apontadas, relacionadas ao potencial industrial, à estrutura similar do desenvolvimento da base produtiva e à importância dos centros urbanos em relação à dinâmica da economia em práticas de cooperativas e associações.

Para Munhoz (1989, p. 47), uma das alternativas para delimitar o espaço seria a seleção de algumas regiões de grande porte industrial, outras de porte médio, e outras de menor porte ou mesmo com setores industriais ditos “modernos” e os tradicionais. Nesta pesquisa a delimitação foi a seleção de dois municípios que mais se destacaram na atividade industrial, sobretudo naquela que mais emprega na região, com objetivo de comparar o grau de especialização dos setores, a classificação deles quanto ao comportamento do emprego e além disso, a análise das políticas públicas locais em relação ao panorama do crescimento socioeconômico dos municípios.

Teve-se a preocupação de selecionar os municípios que possuem uma atividade industrial desenvolvida, como a atividade têxtil-vestuarista para analisar a queda e a estagnação do setor, uma vez que essa atividade é tradicional e de importante peso para a geração de empregos na região.

A decomposição dos índices dos subsetores da indústria de transformação brasileira, microrregional e municipal auxiliou na delimitação das localidades, no sentido de comparar realidades regionais muito semelhantes, mas que apresentaram particularidades no emprego da força de trabalho no período de 1995 a 2000.

Blumenau exerce uma influência político-administrativa e econômica nos demais municípios da microrregião, sendo esse um dos critérios para escolhê-lo; outra razão foi a regulamentação da Região Metropolitana (RM), com base na Lei Complementar nº. 162, que distribuiu os dezesseis municípios do Vale em núcleo e área de expansão, estabelecendo como sede a cidade de Blumenau.

Brusque localiza-se na área de expansão da RM e, dessa área, é o município que mais se destaca nos setores da indústria, comércio e serviços. Apesar de ter a densidade demográfica e renda per capita bem menores que Blumenau, suas atividades estão desenvolvendo-se em ritmo mais intenso, superando o volume de vendas no comércio, que antes era liderado por este último município.

Os municípios citados fazem parte do espaço microrregional de Blumenau (situado no Vale do Itajaí) e, juntamente com outros, totalizam quinze municípios: Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Botuverá, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Luiz Alves, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó.

Desses municípios, o único que apresentou taxa negativa de crescimento foi Botuverá (1,75%), ocasionado pelo êxodo rural, identificado pelo aumento de 15,28% (1996) para 21,37% (2000) de pessoas que se mudaram do campo para o centro urbano.

As taxas de crescimento populacional das áreas delimitadas, comparados os anos de 1996 e 2000, foram de 3,14 % (Blumenau) e 3,30% (Brusque). Este último município apresentou a segunda maior taxa, depois de Gaspar (3,39%), representando a migração das pessoas para áreas que possuem um atrativo em relação à renda, ao emprego e a melhores condições de vida (IBGE, 2000).

A participação setorial da indústria em Brusque diminuiu em 2001 (61,8%), comparada ao ano de 1995 (62,8%); essa redução foi mais significativa se comparada a 1998 (56,8%). Por outro lado, a atividade comercial cresceu em ritmo acelerado, passando de 14,8% para 19,3% (1995 e 2001). Esse fato foi similar em Blumenau, que apresentou uma redução na participação industrial de 61,6%, em 1995, para 57,2%, em 2001, e no comércio aumentou de 13,2% (1995) para 15,7% (2001).

A evolução e o declínio do emprego formal em algumas atividades dos municípios selecionados foram mensurados para analisar o grau de comprometimento da economia em relação às atividades nacionais e também na escala produtiva de outros países.

### 3.6 DEFINIÇÃO DAS SIGLAS E DAS CATEGORIAS

Os termos merecem ser devidamente conceituados para não gerar entendimento dúbio. Assim, esclarece Lakatos (1992, p.111), para que o estudo do fenômeno não se registre de forma ambígua é necessário definir com precisão os termos simbólicos. Para tanto, algumas siglas foram selecionadas para maiores esclarecimentos em relação à pesquisa de campo e à metodologia. A lista completa de siglas está na parte inicial deste trabalho, junto às abreviaturas.

#### 3.6.1 Definição das Siglas

ACIB	Associação Comercial e Industrial de Blumenau.
BLUSOF	Blumenau Pólo de Software.
BLUSOL	Banco do Povo.
BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul.

CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.
FDC	Fórum de Desenvolvimento Catarinense.
FDRMVI	Fórum de Desenvolvimento Regional do Médio Vale do Itajaí.
FURB	Universidade Regional de Blumenau.
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano.
IDS	Índice de Desenvolvimento Social.
IPPUB	Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Blumenau.
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento.
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
PROEB	Fundação Promotora de Eventos de Blumenau.
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais.
SINE	Sistema Nacional de Emprego.

### 3.6.2 Definição das categorias

CONTA PRÓPRIA	Pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado.
DENSIDADE POPULACIONAL	Número de pessoas por unidade de superfície (hab/km <sup>2</sup> ).
DOMICÍLIO	Local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos. A separação caracteriza-se quando o local de moradia é limitado por paredes, muros, cercas, etc., coberto por um teto, permitindo que os moradores se isolem, arcando com parte ou todas as suas despesas de alimentação ou moradia. A independência caracteriza-se quando o local de moradia tem acesso direto, permitindo que os moradores possam entrar e sair sem passar por local de moradia de outras pessoas.
EMPREGADO	Pessoa que trabalha para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou somente em benefícios (moradia, comida, roupas, etc.), inclusive a que presta serviço militar obrigatório, sacerdote, ministro de igreja, pastor, rabino, frade, freira e outros clérigos.
EMPREGADOR	Pessoa que trabalha explorando seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado.
HORAS TRABALHADAS POR SEMANA	Número de horas que as pessoas ocupadas normalmente trabalham por semana.

MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO	Total de anos de estudo das pessoas de uma determinada idade dividido pelo número total de pessoas nesta referida idade.
PESSOA ATIVA	Pessoa de dez anos ou mais de idade.
PESSOA DESOCUPADA	Pessoa sem trabalho, mas que havia tomado alguma providência para conseguir trabalho na semana de referência.
PESSOA OCUPADA	Pessoa com trabalho durante toda ou parte da semana de referência, ainda que afastada por motivo de férias, licença, falta, greve, etc.
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA	Pessoas ocupadas e desocupadas na semana de referência.
POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	Relação de trabalho existente entre a pessoa e o empreendimento em que trabalha. Segundo a posição na ocupação, as pessoas são classificadas em: empregada, trabalhador doméstico, conta-própria, empregador, trabalhador não remunerado, trabalhador na produção para o próprio consumo e trabalhador na construção para o próprio uso.
RAMO DE ATIVIDADE	Agrupamento das classes de atividade em: agrícola – agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura; indústria de transformação; indústria da construção; outras atividades industriais – extração mineral e serviços industriais de utilidade pública; comércio de mercadorias; prestação de serviços – alojamento e alimentação, reparação e conservação, pessoais, domiciliares, diversões, radiodifusão e televisão; serviços auxiliares das atividades econômicas – técnico-profissionais e auxiliares das atividades econômicas; transporte e comunicação; social – comunitários e sociais, médicos, odontológicos, veterinários e ensino; administração pública – administração pública, defesa e segurança pública, atividades mal definidas ou não declaradas – instituições de crédito, de seguros e de capitalização, comércio e administração de imóveis e valores mobiliários, organizações internacionais e representações estrangeiras.
RENDIMENTO MENSAL	Soma do rendimento mensal de trabalho com o rendimento proveniente de outras fontes.
RENDIMENTO MENSAL DE TRABALHO	Rendimento mensal em dinheiro, produtos ou mercadorias, proveniente do trabalho principal e de outros, exceto a produção para consumo próprio.
SALÁRIO-MÍNIMO	Remuneração mínima do trabalhador, fixada por lei.
TRABALHADOR DOMÉSTICO	Pessoa que trabalha prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares.
UNIDADE DOMICILIAR	Domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo.

### 3.7 VARIÁVEL UTILIZADA

A variável emprego foi utilizada para se calcular o quociente locacional (QL) e para identificar a tipologia dos setores econômicos, em especial, o industrial, segundo a variação do número de empregos formais no período de 1995 a 2000.

O número de empregos coletados na RAIS seguiu a lógica de um levantamento da força de trabalho empregada no País, no estado de Santa Catarina e nos municípios de Blumenau e Brusque, para efeito de comparação e compreensão dos estágios de crescimento (estagnação, expansão e em queda) da indústria de transformação. Outras variáveis poderiam ser utilizadas como o PIB, a arrecadação de impostos e o valor da transformação industrial, entretanto se optou em criar índices a partir da variável emprego.

### 3.8 ENTREVISTADOS

Os sujeitos da pesquisa selecionados neste trabalho foram o Prefeito de Blumenau, o Secretário Municipal de Brusque, o Secretário e outros membros da Secretaria de Trabalho, Renda e Desenvolvimento Econômico (Setrede), pesquisadores do Instituto de Pesquisas Sociais da FURB e do IPPUB, e um representante do Sindicato da Indústria Têxtil de Blumenau. Na Setrede as pessoas foram reunidas em uma mesa redonda, composta pelo secretário, pelo economista responsável pela elaboração dos cadernos econômicos fornecidos pela secretaria e pelas pessoas responsáveis pelos projetos de pequenos empreendimentos, como o de incubadoras de empresas e o de medicamentos fisioterápicos.

As pessoas selecionadas encontram-se envolvidas direta e indiretamente com políticas e estudos sobre o emprego municipal, coletando-se dados qualitativos para a complementação dos resultados obtidos através de dados secundários.

Em razão da regulamentação das Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí e do Norte/Nordeste do Estado de Santa Catarina, pela Lei n<sup>o</sup>. 162 foi criado um conselho deliberativo para cada região metropolitana. Para tanto, os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico do Vale do Itajaí foram contactados para coletar informações sobre as ações de políticas públicas de emprego nos municípios, mas as entrevistas não foram realizadas por impedimento de algumas pessoas selecionadas.

### 3.9 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Para a coleta das informações foram utilizados dois recursos distintos, os dados primários e os dados secundários.

Dados primários são aqueles coletados pelo pesquisador de maneira pioneira. A entrevista foi o recurso para o levantamento de informações primárias. Ela foi realizada com os representantes de instituições públicas, sindicato e universidade, os quais já foram citados.

Conforme Triviños (1987, p. 138) o pesquisador que considera a “participação do sujeito como um dos elementos de seu fazer científico, apóia-se em técnicas e métodos que reúnem características *sui generis*”. Neste sentido os instrumentos que melhor contribuem para a pesquisa qualitativa são “a entrevista semi-estruturada, a entrevista aberta ou livre, o questionário aberto, a observação livre, o método clínico e o método de análise do conteúdo”. A pesquisa semi-estruturada foi o método utilizado para fazer a coleta das informações. Esse método possibilita a elaboração de novas abordagens e indagações pelo pesquisador que complementem a pesquisa, na medida em que os questionamentos vão sendo feitos. As perguntas formuladas na entrevista semi-estruturada surgem com base na teoria que serviu de suporte para o pesquisador e de toda a informação que ele coletou de dados primários do fenômeno social estudado.

Quivy (1992, p. 193) assinala que “os métodos de entrevista distinguem-se pela aplicação dos processos fundamentais de comunicação e de interação humana”, esses métodos cuidadosamente valorizados permitem ao pesquisador obter informações e elementos de reflexão muito ricos. Ao contrário do inquérito por questionário fechado, a entrevista possibilita um contato direto e interpessoal, além de poder se valer da percepção e da sensibilidade do entrevistador para obter a autenticidade das informações.

O roteiro de entrevistas foi dividido em três partes, relacionadas a temas de interesse da pesquisa (ver Apêndice 9):

a) parte 1: o entrevistado foi abordado sobre os impactos da terceirização no mercado formal e informal, quando a empresa que terceiriza deixa de produzir certos itens e passa a comprá-los de fornecedores; a terceirização de atividades de apoio, de serviços de apoio à produção, via contratação de empresas que fornecem esse serviço; a sublocação de mão-de-obra para ser empregada na atividade produtiva por uma empresa “agenciadora” que



aloca trabalhadores em atividades diretas com a contratante, mas com vínculo com a contratada. Também nesta parte da pesquisa foram levantados questionamentos sobre a precarização do trabalho, as formas de ocupações autogestionárias, o trabalho domiciliar, a qualificação profissional e a configuração dos novos postos de trabalho sob a ótica do modelo de acumulação flexível.

c) parte 2: relativo às contribuições das políticas públicas implementadas na região; que representam um conjunto de medidas direcionadas ao aumento de postos de trabalho, que visam à expansão de atividades econômicas mais dinâmicas, políticas relacionadas à redução da carga fiscal, à elevação do crédito, ao aumento de gasto público nos ramos da atividade econômica que inserem mais pessoas no mercado de trabalho, ao direcionamento do orçamento público para melhorias no ensino e capacitação dos trabalhadores, à subvenção no custo do trabalho e produção, à abertura de cooperativas de trabalho, ao estímulo à exportação e à contenção das importações, ao aumento do emprego público (gastos sociais), às frentes de trabalho urbano e rural, às pré-aposentadorias e às ações para segmentos específicos no mercado de trabalho (deficientes, jovens, mulheres), entre outras; direcionando questões para as políticas de crédito popular e de autogestão, práticas de associativismo, cooperativismo e demais ações voltadas para a criação de fontes de renda e novas ocupações para a população economicamente ativa regional.

d) parte 3: a temática do desenvolvimento local foi discutida na última parte, a fim de conhecer as práticas sociais no contexto de políticas que visem à equidade na distribuição de renda e às condições satisfatórias de uma vida digna à população, por meio de projetos direcionados à política de inserção de trabalhadores, garantia de renda básica de sobrevivência, ampliação da idade mínima para o jovem se empregar e acompanhamento de estágios para o melhor preparo desses jovens, diminuição dos limites de aposentadoria, adicionais para o ato de rompimento do contrato de trabalho, restrição à mobilidade ocupacional regional, ampliação de programas sociais, complementação de renda, melhor distribuição da renda e redistribuição da propriedade fundiária.

### 3.10 PROTOCOLO DAS ENTREVISTAS

As pessoas selecionadas foram abordadas por meio de contato telefônico e pessoal. A identificação do entrevistador era como mestrando em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, cujo trabalho em questão era a dissertação de mestrado. O entrevistador relatava os objetivos da pesquisa para esclarecer ao entrevistado a importância da participação dele na pesquisa.

As entrevistas foram marcadas em local e horário definidos pelo entrevistado. A duração do encontro variava de vinte a trinta minutos, exceto na Setrede, onde a duração foi de duas horas e trinta minutos, por se tratar de um grupo de pessoas entrevistadas no mesmo local e horário, conforme esclarecido no item 3.8.

Dos contatos, dois não concederam entrevistas, o Prefeito de Brusque e o Presidente do Sindicato Patronal das Indústrias Têxteis de Blumenau.

A dinâmica da pesquisa era uma conversa prévia sobre o perfil da pessoa selecionada como, por exemplo, formação escolar, profissão, função que exerce na instituição e tempo de trabalho. Após esses esclarecimentos, a entrevista era norteada pelo roteiro; entretanto, surgiam questões não pré-selecionadas que se faziam presentes na ocasião pela necessidade de indagar sobre o que foi levantado pelo entrevistador. Isso foi muito frequente na parte das políticas públicas de emprego.

As entrevistas foram gravadas, com exceção de dois entrevistados que ficaram mais solícitos e dispostos a conversar sem a presença do gravador, fazendo-se então o uso de anotações. As que foram gravadas foram transcritas na sua integridade e, posteriormente, levantados seus pontos principais para a análise.

Os entrevistados estavam cientes de que a pesquisa era de importância, sobretudo, para a região. O entrevistador comprometeu-se, ao término do trabalho, a apresentar-lhes o resultado da pesquisa. A relação dos entrevistados encontra-se no Anexo 1.

O próximo tópico trata dos métodos utilizados para analisar os comportamentos do emprego e dos setores desenvolvidos nos municípios, classificando-os por nível de crescimento, e também utilizados para mensurar o grau de especialização das indústrias.

### 3.11 CRITÉRIOS PARA ANÁLISE EMPÍRICA

Esse modelo de análise visa a estudar os efeitos sobre o crescimento da indústria nos municípios de Blumenau e Brusque, a partir da desagregação das taxas de crescimento dos setores industriais por meio dos efeitos locacional e competitivo, formalizados nos tópicos seguintes.

Esses setores também foram categorizados por estágios de crescimento, incluindo as demais atividades econômicas, utilizando a metodologia aplicada pelo IPS, detalhada no próximo tópico.

#### 3.11.1 Classificação dos subsetores da atividade econômica

Essa classificação é utilizada para visualizar-se a evolução do emprego em dado período, que nesta pesquisa foi considerado de cinco anos, correspondente a 1995 a 2001. Os setores são agrupados em:

- a) Setores em Elevado Crescimento (EC);
- b) Setores em Crescimento ou expansão (C);
- c) Setores Estagnados (E);
- d) Setores em Queda (Q).

A tipologia do comportamento setorial é determinada pela taxa de variação do emprego dos subperíodos selecionados, de 1991 a 1995 e de 1995 a 2001, a partir do banco de dados da RAIS.

Os percentuais encontrados identificam o grupo a que pertence o setor de atividade. Quando o resultado é um valor negativo, indica queda do crescimento industrial; quando positivo, ocorre um aumento da atividade industrial. Para melhor definição dos grupos foram criados os parâmetros de classificação, que são:

- a) acima de 5%, os setores com elevado crescimento;
- b) entre 1% e 5%, as atividades de moderado crescimento ou em expansão;
- c) entre 1% negativo e 1% positivo, os setores estagnados;
- d) taxas abaixo de menos 1% correspondem aos setores em queda.

As fases de crescimento nos possibilitam classificar os setores mais dinâmicos da economia local, oportunizando a atenção empresarial para o investimento nessas atividades e para visualizar as vantagens locacionais que os centros urbanos têm de atrair novas

indústrias. Nesse aspecto, tem-se a proposta de verificar a harmonia entre as políticas de emprego locais e esses setores mais dinâmicos, a fim de identificar se as ações governamentais estão coerentes nas suas propostas de criar oportunidades de trabalho à população.

### 3.11.2 Efeito locacional

O Quociente Locacional (QL) é empregado como indicador para relacionar a indústria ao mercado, bem como o fator de especialização em que se encontram os subsetores industriais.

A formalização é igual a:

$$QL = \left( \frac{A_i / A_t}{N_i / N_t} \right)$$

Onde:

$A_i$  = emprego do setor  $i$ ;

$A_t$  = emprego municipal  $j$ ;

$N_i$  = emprego nacional do setor  $i$ ;

$N_t$  = emprego total do País.

O grau de especialização industrial para as localidades escolhidas pode ser visualizado pelo Quociente Locacional através dos índices encontrados, enquadrados em três hipóteses:  $QL = 1$ , a indústria  $i$  é tão especializada no nível urbano quanto no nacional, e a produção é suficiente para atender ao consumo local;  $QL < 1$  significa que o setor  $i$  é menos importante para a cidade do que para o País, ou melhor, que o nível de especialização local é menor do que a nacional; e  $QL > 1$  indica que a cidade possui trabalhadores produzindo para excedente de exportação, com a existência de setores mais especializados nesses centros urbanos que em termos de País<sup>12</sup> (BRITO, 2000).

### 3.11.3 Estratégia de utilização dos meios

---

<sup>12</sup> Para a validade dessas análises se parte do princípio de que o consumo per capita da cidade é igual ao consumo médio nacional; entretanto, se houver diferenças nos níveis de renda, padrões de preços relativos e de gosto, elas podem comprometer as suposições mediante os índices apresentados.

Fez-se uma adaptação da estratégia de utilização dos meios, que resulta da estratégia para o novo ambiente, direcionada para a empresa, visando à análise dos ambientes externos, no que diz respeito às oportunidades, às ameaças e aos fatores internos (pontos fortes e fracos).

Por meio do mix estratégico, Casarotto (1999, p. 26) define seis estratégias, consideradas básicas para orientar a empresa em seus investimentos. As perguntas básicas são: em que atuar, como competir, como desenvolver, quanto investir, como negociar e como produzir. A partir dessas questões se definiram as seis estratégias: a) definição do negócio; b) estratégia competitiva; c) estratégia de produto no mercado; d) estratégia de utilização dos meios; e) políticas de negócios e de gestão; e f) estratégia de produção.

Dessas estratégias, selecionou-se a *estratégia de utilização dos meios*, em razão da proposta deste trabalho em analisar o comportamento do emprego e a base industrial, a fim de criar um mecanismo de avaliação para o direcionamento dos investimentos governamental e empresarial.

A análise de portfólio engloba todas as estratégias relacionadas acima, porém, neste trabalho, deter-se-á na fase de *quanto investir*. Adaptando-se os eixos do diagrama, temos o Quociente Locacional (eixo “x”) e a atratividade ou crescimento (eixo “y”) dos setores econômicos, conforme Figura 1.

Pela intersecção entre os dois eixos, define-se a estratégia para direcionar os investimentos, sejam eles públicos, sejam empresariais. As quatro estratégias definidas foram:

- a) *expandir*;
- b) *incentivar*;
- c) *manter*; e
- d) *observar*.

Decide-se expandir a atividade industrial quando o  $QL > 1$  e o setor tem um elevado crescimento (EC) do emprego formal, conforme a tipologia adotada no item 311.1. Caso o crescimento esteja estagnado ou apresente queda no número de empregos gerados, a opção é manter o empreendimento, para sobrevivência do negócio, e mantém-se o investimento.

Para os setores que apresentam o  $QL < 1$ , há duas opções, conforme a tipologia adotada, de crescimento (C) a elevado crescimento (EC); a estratégia é incentivar a atividade

industrial, e, se for o sentido contrário (queda), opta-se por abandonar os investimentos nestes setores.

A partir da constatação das estratégias, definem-se as políticas locais e a alocação dos recursos, com o objetivo de investir em atividades que contribuam para o desenvolvimento de setores dinâmicos. A preocupação é amenizar a exclusão de muitos trabalhadores do mercado de trabalho, a instabilidade da atividade industrial, priorizando a geração de renda e emprego na região.

Tais políticas precisam estar em harmonia com as ações macroeconômicas adotadas no País, para que o direcionamento dos investimentos não seja afetado por fatores externos ao ambiente (oportunidades e ameaças). Dessa maneira, a parte analítica está desenvolvida no capítulo seguinte, explicitando-se as estratégias e ações definidas no modelo.

## 4 ANÁLISE EMPÍRICA DO EMPREGO

A análise empírica do emprego propõe-se ao diagnóstico da dinâmica do setor industrial, estudando os estágios de crescimento dos setores e do grau de especialização de Blumenau e Brusque em nível nacional.

Para tanto, inicia-se este capítulo com a análise do comportamento do emprego no Brasil e em Santa Catarina, na Microrregião de Blumenau e nos municípios selecionados. Posteriormente, apresentam-se os resultados da tipologia setorial, os índices do quociente locacional e as estratégias adaptadas a partir do modelo BCG.

### 4.1 ANÁLISE DO EMPREGO NO BRASIL

Os encargos de uma economia globalizada são as difíceis articulações e estratégias para se adequar rapidamente à nova realidade do cenário mundial relacionada às transações comerciais, aos investimentos e à qualificação da População Economicamente Ativa (PEA)<sup>13</sup>.

A exigência do mercado de ser competitivo condiciona as empresas a modernizarem suas práticas gerenciais, os equipamentos e as máquinas de produção, a inovar seus produtos e o processo produtivo, objetivando maior qualidade dos bens e serviços ofertados e maior taxa de lucro dos seus negócios.

A crise econômica brasileira dos anos setenta prejudicou os efeitos positivos que a implantação do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) poderia surtir no País, resultando em um período de desarticulação da estrutura produtiva nacional, que continuou na década posterior.

Essa regressão industrial instalada no País simbolizou o desmonte da estratégia de desenvolvimento industrial, fundado, aproximadamente, nos anos 1930. A esse respeito, Oliveira (2000, p.10) assinala que no Brasil o emprego industrial deixou de firmar-se como tendência desde os anos setenta. Por outro lado, houve a emergência do setor de serviços, variando das atividades mais elaboradas até as de caráter pessoal.

---

<sup>13</sup> Compõe-se do conjunto de pessoas com idade a partir dos dez anos, classificadas como ocupadas e desempregadas.

Pochmann (1997, p. 39) confirma essa tendência quando esclarece que a participação relativa do setor terciário no total de ocupados representa um grande potencial na geração de empregos no País.

A estagnação da economia nos anos 1980, evidenciada pela recessão em meados de 1981 a 1983 e nos três últimos anos da década, foi ocasionada, principalmente, pela alta das taxas de juros no mercado financeiro internacional, conjuntamente com a elevação do preço do petróleo no mundo.

As altas taxas inflacionárias e o crescimento débil do PIB assolaram as tentativas de se ter um ambiente favorável aos fluxos de financiamentos externos e um saldo representativo na balança comercial.

A política econômica, na década de 1990, foi marcada por mudanças estruturais representadas pela abertura dos mercados, resultado da forte pressão da política neoliberal e suas conseqüências nos países emergentes.

A aceleração da inflação no final dos anos oitenta agravou a desigualdade de renda das pessoas, e as ocupadas em atividades não agrícolas, sobretudo as que estavam na indústria, gradativamente, foram absorvidas pelos setores do comércio e serviços para realizarem, em grande parte, atividades com vínculos informais. Isso gerou uma desvalorização do trabalho assalariado, bem como o enfraquecimento do movimento organizacional da classe operária.

Para se ter uma idéia da crise no mercado de trabalho e de seus efeitos na concentração de renda no Brasil, a renda média dos 50% mais pobres diminuiu quase 20% entre os anos de 1989 e 1981, enquanto a renda média dos 5% mais ricos aumentou 29% (DIEESE, 1999).

Oliveira (2000, p.12) diz que houve um “intenso movimento de informalização das relações de trabalho, uma tendência mundial que se mostra de maneira mais grave, certamente, na periferia”. Isso pode ser representado pelo decréscimo do número de empregos formais na indústria nos anos noventa.

O nível global de empregos em alguns países selecionados por Castells, citado por Pochmann (2001), mostrou que o Brasil, em comparação com os outros países centrais, foi menos representativo na absorção de pessoas para o mercado de trabalho, comparando dois períodos de tempo, 1970 e 1990 (ver Gráfico 3).

A evolução do emprego nos anos 1970, na indústria de transformação, em sete países selecionados foi mais representativa na Alemanha, com 39% dos empregos gerados.

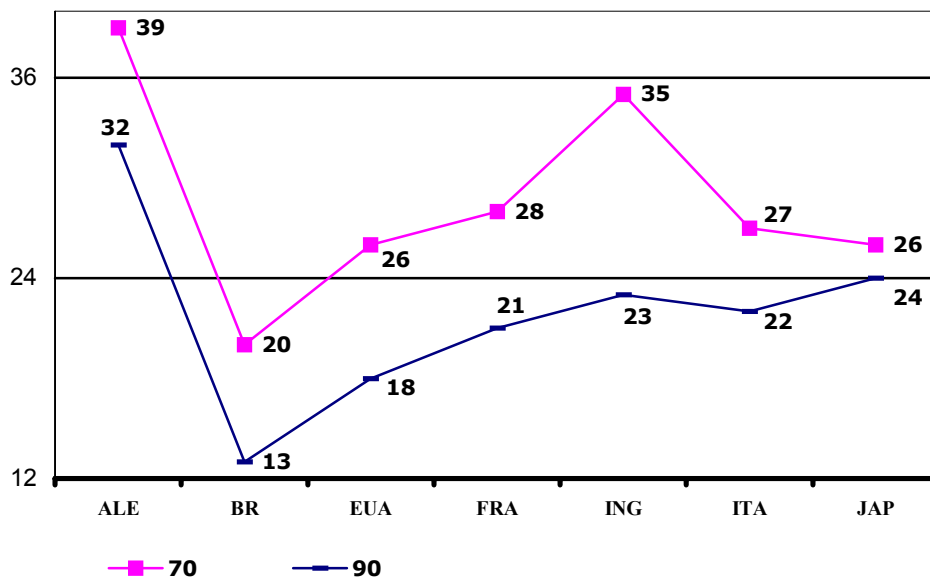


Próximo a esse crescimento também se encontrou a Inglaterra, ao passo que os demais países oscilaram entre 20% e 28%.

Na década de 1990, as taxas de emprego foram decrescentes; entretanto, a Alemanha continuou liderando. Analisando-se os países destacados, vê-se que os Estados Unidos passaram de 26% para 18%, e a Inglaterra passou de 35% para 23%. Isso reflete a desaceleração da economia mundial.

### GRÁFICO 3

Evolução do emprego na indústria de transformação,  
total das ocupações em alguns países, nos anos de 1970 e 1990,  
em %



FONTE: Castells & Aoyama, 1994; FIGE; Pochmann, 2001

Uma nova fase de recessão, presente desde os anos 1980, segue no período entre 1990 e 1992. Comparando-se esses dois anos, constata-se que houve uma redução de 925.813 empregos no País. Os postos de trabalho foram fechados em todos os setores econômicos, exceto na agropecuária. As quedas mais significativas do número de empregos ocorreram na indústria de transformação, extração mineral e comércio, respectivamente, de 13,75%, 11,79% e 11,23% (MTE, 1999).

O declínio da produção industrial em 1991 e 1992 foi de 15% acima da taxa de desemprego encontrada no início dos anos oitenta, quando analisados os empregos formais de 1980 e 1983. Essa queda sinaliza as mudanças na política comercial do País, iniciada no final do governo Sarney e mais determinantes no governo Collor.

A recuperação da produção industrial ocorreu no início de 1993 para todas as categorias de bens, sendo mais significativa a retomada dos bens de consumo duráveis (68,9%) entre os anos de 1993 e 1995. Por outro lado, com a mudança da política comercial que estimulou as importações, principalmente dos bens intermediários, em meados dos anos de 1990, em razão da valorização da moeda nacional, houve uma queda de 0,80%.

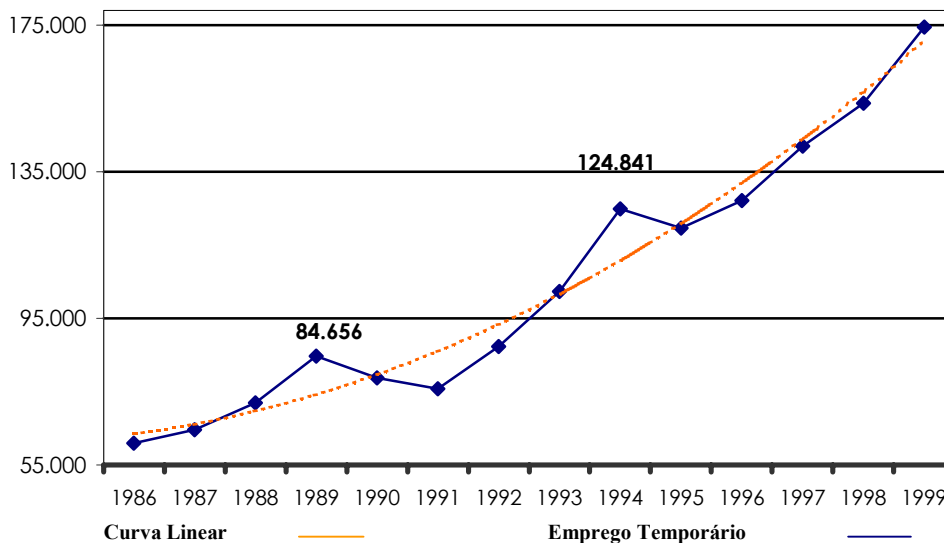
A difícil retomada do crescimento industrial para a absorção de mão-de-obra foi devido à crise do padrão de desenvolvimento implementado nos anos 90, que resultou em taxas negativas ao longo da década.

Diante desse cenário as políticas macroeconômicas mostram-se mais eficazes em desacelerar a economia e em diminuir a geração de novas ocupações, ou melhor, em eliminar as que antes absorviam, estreitando a possibilidade de aumentar o número de pessoas com direito às condições formais e estáveis de emprego e renda.

O número de trabalhadores temporários aumentou no início do Plano Collor, quando foram implementadas medidas para estimular e disciplinar as empresas domésticas, visando a melhorias na demanda, na qualidade e no preço dos seus produtos, por meio da abertura de mercado. Entre 1990 e 1993, o número de trabalhadores temporários cresceu 30,04%, ao passo que o número dos trabalhadores celetistas caiu 7,06%. O Gráfico 4 mostra a evolução do primeiro tipo de vínculo no período de 1986 a 1999.

#### GRÁFICO 4

Evolução do trabalho temporário, Brasil, 1986-1999



Fonte: MTE, RAIS, 1986-1999

Esses valores mostram a rotatividade e a instabilidade dos empregos, provocando a insegurança nos trabalhadores e sindicatos, sobretudo em relação às conquistas e garantias dos direitos trabalhistas.

A população ocupada com vínculo na CLT e dispensada na indústria foi absorvida pela categoria de trabalhador temporário na administração pública, correspondendo a um acréscimo de 296,91%. Esse tipo de absorção revela o novo caráter do Estado, em que os cadastros formais de trabalho foram reduzidos, e as relações trabalhistas tornaram-se mais instáveis (Tabela 1).

**TABELA 1**

Percentual de empregos no total e setores selecionados, segundo o tipo de vínculo, nos anos de 1990 e 1993, em %

<b>TIPO DE VÍNCULO</b>	<b>TODOS OS SETORES</b>	<b>IND. TRANSFORMAÇÃO</b>	<b>ADM. PÚBLICA</b>
CLT	-7,06	-12,18	-45,66
Estatutário	48,30	-16,46	20,67
Trab. avulso	-2,41	-15,49	-64,70
Trab. temporário	30,04	16,26	296,91

FONTE: MTE, RAIS

Elaboração: DIEESE

\*Não foi considerado o número de empregos ignorados

A estagnação da economia brasileira é visível no final da década de 1990 pela movimentação dos empregos formais nos anos de 1997 a 2000. Houve recessão nos três primeiros anos do período, principalmente em 1998, quando um total de 581.745 ocupações foram extintas, recuperadas em 2000, com 657.596 novos postos de trabalho criados (Tabela 2).

As quedas nos anos especificados foram resultados de setores que reduziram sua força de trabalho, como o extrativo mineral (-5,03%), a indústria de transformação (-2,12%), os de serviços industriais de utilidade pública (-6,65%) e o da construção civil (-9,82%). Este último apresentou maior queda em razão do decréscimo na demanda de obras públicas e da crise no Sistema de Habitação.

**TABELA 2**

Movimentação do número de admitidos e demitidos no Brasil,  
nos anos de 1997 a 2000

<b>ANOS</b>	<b>ADMITIDOS</b>	<b>DEMITIDOS</b>	<b>SALDO</b>
1997	8.421.987	8.457.722	-35.735
1998	8.067.389	8.649.134	-581.745
1999	8.181.425	8.377.426	-196.001
2000	9.668.132	9.010.536	657.596

FONTE: MTE, CAGED

Elaboração: DIEESE/SC

A movimentação do emprego, em 1998, através da análise do perfil da força de trabalho empregada segundo a idade do trabalhador, mostrou que houve uma expansão do número de empregos para jovens de até 24 anos, sendo criados cerca de 306 mil novos empregos e uma retração de postos para as pessoas com 30 a 49 anos, totalizando 542.848 empregos. Isso reflete o fato de a população em idade ativa<sup>14</sup> estar preenchendo a faixa mais expressiva na oferta de mão-de-obra, apesar de as pessoas que ocupam a faixa de 30 a 39 anos possuírem maior participação nos empregos com carteira assinada (RAIS, 1998).

A ocupação de trabalhadores em atividades não agrícolas aumentou de 30,3 milhões, em 1990, para 45,7 milhões, em 1999. Esse aumento de pessoas ocorreu, especialmente, nos setores do comércio e de serviços, resultado das atividades decorrentes da comercialização de produtos industriais, entre outras. Por outro lado, ocorreram a proliferação de oportunidades de baixa remuneração e o aumento do número de trabalhadores que atuam no mercado informal.

O tímido aumento na participação dos empregados com mais tempo de serviço está relacionado com a mudança no perfil de escolaridade do trabalhador formal. Houve um aumento de pessoas ocupadas com o segundo grau completo de 19,8%, no final da década de 1980, para 22,60%, em 1999. Isso é consequência de um aumento da escolaridade do conjunto da população brasileira no período, embora possa ter havido uma exigência por parte das empresas na contratação de trabalhadores com maior grau de instrução, repercutindo em uma seletividade da força de trabalho empregada.

<sup>14</sup> Inclui todas as pessoas aptas para o trabalho quanto à condição etária, fixando-se o limite inferior em dez anos e sem delimitação do limite superior.

As perspectivas de aumento da renda da população dependem de um conjunto de fatores que envolvem, entre outros, os setores econômicos, as iniciativas de políticas públicas e organizações não-governamentais, com práticas de absorver a população em idade ativa e sustentar os empregos da população ocupada nas estruturas de trabalho que estejam protegidas por lei.

#### 4.2 EMPREGO FORMAL EM SANTA CATARINA

As análises sobre o emprego em Santa Catarina, no contexto geral, estão relacionadas a algumas variáveis, tais como o grau de instrução, a renda, a faixa etária, o tamanho das empresas e os principais setores desenvolvidos nas diferentes regiões, segundo consulta nas bases de dados RAIS e Caged.

Em Santa Catarina houve o acréscimo de 30.000 empregos em 2000, que, apesar de modesto, rompeu com um ciclo longo de perdas de postos de trabalho com carteira assinada, contínuo em quase toda a década de 1990.

Apesar dos incrementos positivos na força de trabalho empregada, com a participação dos setores da indústria, comércio, serviços e extrativa mineral, houve reduções na construção civil e nos serviços de utilidade pública. Neste último setor, entre os anos de 1995 e 1997, a queda foi maior (15,54%).

O grupo de idade que apresenta maior participação na ocupação é de 30 a 39 anos, com 724.711 trabalhadores, na sua maioria concentrados na indústria de transformação. Ele está aumentando progressivamente juntamente com o grupo de jovens de 18 a 24 anos, os quais estão ingressando no mercado de trabalho com grau de instrução superior ao que era exigido nos anos de 1980. Esse aumento representou, nesta última faixa etária, 12,34% (1995 e 1999) de jovens ocupados na indústria.

Ao analisar dois momentos da economia catarinense para verificar a escolaridade das pessoas que estão no mercado de trabalho, percebe-se uma melhoria no aspecto da formação escolar. Em 1989, os trabalhadores com até quatro anos de estudo eram em número maior, isto é, tinham baixa escolaridade, com apenas a 4ª. série completa e exercendo atividades, na sua maioria, ligadas à extrativa mineral, à indústria e à construção civil.

Em 2001, esse cenário mudou, 37,42% das pessoas têm o primeiro grau completo ou estão em vias de concluí-lo, e os que cursam o 2º Grau ou já o concluíram

participam com 32,24%. Isso mostra que houve melhora no nível de instrução dos trabalhadores. Por outro lado, pode ser o reflexo das exigências atribuídas pelas empresas em contratar pessoas com escolaridade mais elevada (Tabela 3).

**TABELA 3**

Percentual da força de trabalho, segundo os anos de estudo, por setor de atividade, 1989 e 2001 (%)

Subsetores	1989				
	Anos de estudos				
	Analfabeto	Até 4	5-8	9-11	Mais de 11
Extrativa Mineral	1,20	54,62	33,04	8,11	3,03
Indústria de Transformação	1,70	45,88	37,06	11,87	3,49
Serviço Industrial de Utilidade Pública	8,00	35,33	17,94	22,74	16,00
Construção Civil	2,05	56,13	29,85	8,49	3,49
Comércio	1,11	19,99	47,65	27,59	3,66
Serviços	1,79	27,40	32,31	25,91	12,58
Administração Pública	2,35	21,68	20,19	29,38	26,41
Agropecuária, Extrat. Vegetal, Caça e Pesca	3,05	57,43	22,66	11,31	5,55
<b>Total</b>	<b>1,88</b>	<b>34,68</b>	<b>33,90</b>	<b>20,07</b>	<b>9,46</b>
Subsetores	2001				
	Anos de estudos				
	Analfabeto	Até 4	5-8	9-11	Mais de 11
Extrativa Mineral	0,55	25,61	43,41	24,20	6,23
Indústria de Transformação	0,65	19,66	45,85	28,73	5,12
Serviço Industrial de Utilidade Pública	0,88	19,35	22,99	35,15	21,64
Construção Civil	1,12	26,66	49,94	18,39	3,89
Comércio	0,60	8,24	41,08	44,50	5,58
Serviços	0,77	13,15	34,83	33,35	17,90
Administração Pública	1,26	14,05	15,74	31,51	37,45
Agropecuária, Extrat. Vegetal, Caça e Pesca	1,73	43,51	38,00	11,63	5,13
<b>Total</b>	<b>0,81</b>	<b>16,14</b>	<b>37,42</b>	<b>32,24</b>	<b>13,39</b>

Fonte: RAIS, 1989-2001

As empresas brasileiras inseridas na forma de organização toyotista estão investindo em práticas de qualidade e inovações tecnológicas. Segundo Drucker (1962, p.103), existem duas espécies de inovação em cada negócio: as que modificam o produto e o serviço, e as que modificam as diferentes habilidades e atividades necessárias para supri-los.

Drucker (1973, p. 70) ainda afirma que a tecnologia se tornou baseada na ciência, uma vez que esta última requeria sua própria tecnologia, havendo interesse por parte dos cientistas na aplicação de suas descobertas, como foi o caso de Justus Liebig, que desenvolveu o fertilizante sintético, e de William Perkin, que fez o primeiro corante de

anilina. “O método utilizado atualmente é a pesquisa sistemática. O que era antes invenção hoje é inovação”.

A pesquisa tecnológica não conduz apenas a uma metodologia diferente da invenção. Conduz a um enfoque diferente, conhecido como inovação, ou à tentativa intencional de criar, de atribuir mudança no modo de vida do homem e em seu meio ambiente (DRUCKER, 1973).

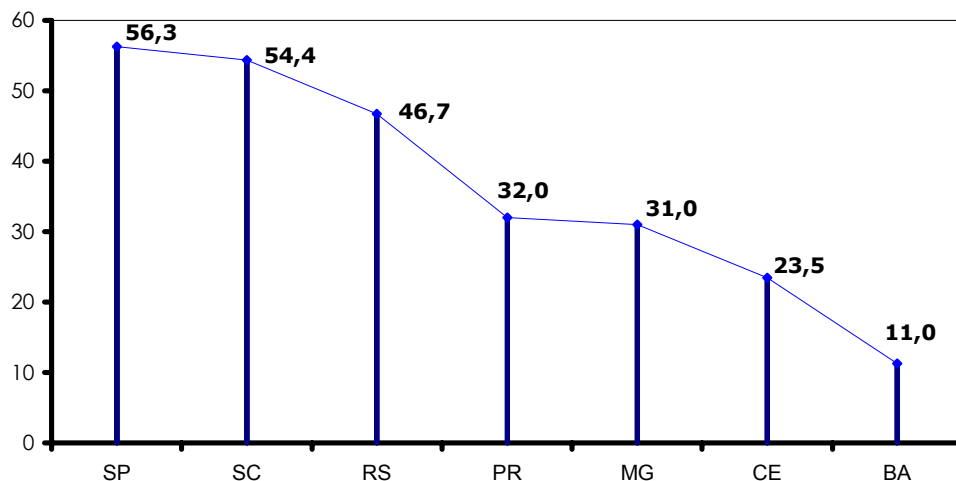
Nesse aspecto, Santa Catarina, em comparação com outros Estados brasileiros, possui a segunda maior taxa de inovação na indústria de transformação (54,4%), favorecida por um forte pólo de informática, desenvolvido, principalmente, no município de Florianópolis.

São Paulo apresentou a maior taxa de inovação em relação aos demais Estados (56,3%) por concentrar grande parte dos empregos formais na indústria de transformação e serviços. A Bahia, com a menor taxa (11,30%), possui uma economia com ramos de atividades diversas, entretanto se destaca no potencial turístico e no setor metal-mecânico (Gráfico 5).

O mercado de trabalho tornou-se mais exigente com as práticas de qualidade total, ferramentas para o controle e a organização da produção, flexibilizando as condições de trabalho para atividades que exijam maior participação da mão-de-obra especializada.

### GRÁFICO 5

Taxa de inovação da indústria de transformação em estados selecionados, jun/ 2001(%)



FONTE: Ministério de Ciência e Tecnologia, jun/2001.

\*Participação percentual do número de empresas industriais com 100 e mais empregados, com sede no Estado, que realizaram inovação de produto e/ou processo sobre o total de empresas industriais com as mesmas características.

De modo geral, a instabilidade do vínculo empregatício apresentou-se com maior clareza a partir de 1990. Em 1993, o vínculo de trabalho de até seis meses correspondia a 16,23%; entre os anos de 1997 e 1999, houve um aumento de 24,58%. Apesar de o percentual de estatutários ter crescido em todos os setores, exceto em serviços (89,11%), os trabalhadores regidos pela CLT diminuíram em proporção maior no setor de serviços industriais de utilidade pública (12,70%), e no total a queda foi de 3,68% (MTE, 1999).

Os baixos salários e a instabilidade no trabalho são efeitos da crise das principais atividades industriais, reflexos de políticas como a abertura comercial e mudanças nas taxas de juros e câmbio.

Em 1990, 41,49% da PEA recebia de um e meio a três salários mínimos (SMs), aumentando essa participação, em 1993, para 50,27%. A proporção de pessoas que tinham renda acima de três salários mínimos diminuiu, havendo uma pequena recuperação nos dois anos seguintes para salários mais altos. Destacou-se a administração pública para a remuneração acima de 20 salários mínimos (MTE, 1999).

Ao longo da década, os salários concentraram-se no rendimento de até três SMs. Isso identifica os baixos níveis salariais, se considerarmos uma família de quatro pessoas, que precisa ter um poder de compra adequado para consumir os bens e serviços básicos.

Ao compararmos o salário mínimo da época com o salário mínimo necessário<sup>15</sup>, calculado pelo Dieese, em janeiro de 1990, seriam precisos 6,9 SMs para se ter o mínimo de produtos básicos condizentes a uma família composta por quatro pessoas. No mês de junho do mesmo ano, seriam necessários 10 SMs para que o padrão de vida se mantivesse, identificando a desproporção relativa da capacidade de absorção dos trabalhadores e de sua família.

Os trabalhadores dispensados na indústria são direcionados para as atividades autônomas, informais, de subemprego e, na sua maioria, não dispõem das condições mínimas necessárias para gerar seu próprio negócio, ou ficam sujeitos a contratos não formais que quebram com os direitos trabalhistas e o movimento sindical.

Atualmente, é preocupação das regiões de economia industrial o investimento de recursos em outros setores, principalmente em serviços e comércio. Desenvolvem-se

---

<sup>15</sup> Salário mínimo de acordo com o preceito constitucional, nacionalmente unificado, capaz de atender às necessidades vitais básicas individuais e familiares, reajustado periodicamente, vedada sua vinculação para qualquer fim (Constituição da República Federativa do Brasil, capítulo II – Dos Direitos Sociais, artigo 7º, inciso IV).



políticas locais para a geração de empregos por meio do turismo, aproveitando o porte atrativo da região em cultura, ecologia e bem-estar, apoiado em uma infra-estrutura segura e que atenda à coletividade.

O próximo tópico analisa o comportamento do emprego na Microrregião de Blumenau, composta por 15 municípios, entre os quais, Blumenau e Brusque estão inseridos.

#### 4.3 COMPORTAMENTO DO EMPREGO NA MICRORREGIÃO DE BLUMENAU

A economia da Microrregião de Blumenau<sup>16</sup> concentra-se na atividade industrial, especialmente nos municípios de Blumenau, Brusque, Gaspar e Indaial, onde estão concentradas as maiores empresas do setor têxtil e do vestuário. Embora essa atividade esteja se recuperando da crise dos anos 1990, ainda emprega 46,5 mil trabalhadores dos 76,4 empregos gerados na microrregião.

Foi evidente a expansão para outros setores, com destaque para o complexo metal-mecânico, material de transporte e química, com a derrocada da indústria têxtil-vestuarista, comprometida com a concorrência dos produtos asiáticos, sobretudo em relação à variável preço.

Como consequência da reestruturação industrial houve o deslocamento de pessoas para setores do comércio e serviços, propiciando o surgimento de ocupações precárias e/ou (des)regulamentadas na microrregião.

Houve o assalariamento de profissionais liberais como, por exemplo, administrador, professor, médico, odontólogo, advogados, que passaram a ser trabalhadores assalariados, atuando em consultórios particulares e públicos, devido ao desmantelamento da renda e do emprego, principalmente nas últimas décadas, anteriores a 2000.

Oliveira (2000, p. 14) expõe dois movimentos de extensão do assalariamento, o primeiro é o assalariamento de profissionais liberais, e o segundo ocorre pela incorporação das categorias formadas, em geral, de executivos, que recebiam pela percentagem das vendas, o que causava a ilusão de participação do “lucro” da empresa. Hoje, a participação é de forma assalariada, com acréscimos no salário, caso haja bom desempenho do funcionário.

---

<sup>16</sup> A Microrregião de Blumenau é composta por 15 municípios: Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Luiz Alves, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó.

Um segmento que está obtendo espaço na microrregião é o do turismo. Ele tem sido uma das alternativas empreendidas pelos agentes econômicos no intuito de mudar a estrutura econômica regional, especialmente em Blumenau e Brusque, que se especializaram e se direcionaram para um único setor.

Os subprodutos (bares, restaurantes, lojas de conveniências, entre outros) que o turismo gera são serviços que empregam, na sua maioria, indivíduos com baixa escolaridade e que não conseguem vender sua força de trabalho<sup>17</sup> na indústria.

Essa realidade está presente no setor de serviços e comércio; neste último, em situações precárias, estão os vendedores ambulantes que se avolumam nos centros urbanos, para garantir, na maioria dos casos, a única alternativa de renda. Deter-se-á nos centros urbanos de Blumenau e Brusque, nos tópicos seguintes, para explicar a proporção dos empregos que foram excluídos com a regressão industrial, estabelecida desde 1980.

#### 4.4 EMPREGO EM BLUMENAU E BRUSQUE

Pelas razões comentadas anteriormente, Blumenau e Brusque são consideradas cidades-pólo da microrregião. Esses municípios possuem setores econômicos desenvolvidos, sobretudo a indústria, que é preocupação primeira desta pesquisa que se propõe a avaliar o processo de desenvolvimento industrial, no aspecto de exclusão e criação de postos de trabalho.

Destaca-se, neste tópico, o movimento ocupacional dos setores econômicos no número total de empregos gerados, fechados e excluídos do mercado de trabalho. Nessa perspectiva se utiliza a classificação de setores em crescimento, estagnado e em queda.

A taxa de variação do emprego é o indicador que norteia a classificação e o período analisado é de 1995-2001.

##### 4.4.1 Emprego formal em Blumenau

O tamanho da informalidade na área em estudo não é conhecido em termos quantitativos, em razão da falta de uma pesquisa mais direcionada. Entretanto, é possível

---

<sup>17</sup> Energia física e mental, segundo a concepção de Karl Marx.

conhecer, através do número de autônomos que se cadastram na prefeitura, as atividades por conta própria registradas pelo cadastro técnico, que autoriza o funcionamento legal do negócio.

Além do mercado informal, a terceirização foi amplamente exercida, principalmente como uma estratégia adotada pelos empresários da localidade, sobretudo os do setor têxtil, resultado da abertura comercial e da desvalorização cambial. Essa estratégia trouxe mudanças no mercado de trabalho, com o surgimento de facções de costureiras, principalmente as que passaram a prestar serviços para médias e grandes empresas, com tarefas específicas de costura.

A justificativa dos empresários para a redução dos postos de trabalho no período de crise da atividade têxtil foi a oportunidade dada aos trabalhadores de atuarem como autônomos, ao terceirizarem alguns estágios produtivos. Nessa perspectiva, Schiochet (entrevista concedida em 04 de junho de 2001) esclarece que “a terceirização faz parte das estratégias de redução dos custos, tanto é que os empresários nunca aceitaram a estratégia de redução do nível de emprego na cidade, alegando que estavam favorecendo outras oportunidades de trabalho em micro e pequenas empresas”.

No setor de vestuário a formação de facções de microempresas foi mais forte, nas quais as costureiras domésticas prestam serviços para médias e grandes empresas. Esse comportamento é fruto de trabalhadores que criaram seu próprio negócio, dispensados da indústria e que possuem vínculo com o antigo patrão por intermédio da subcontratação.

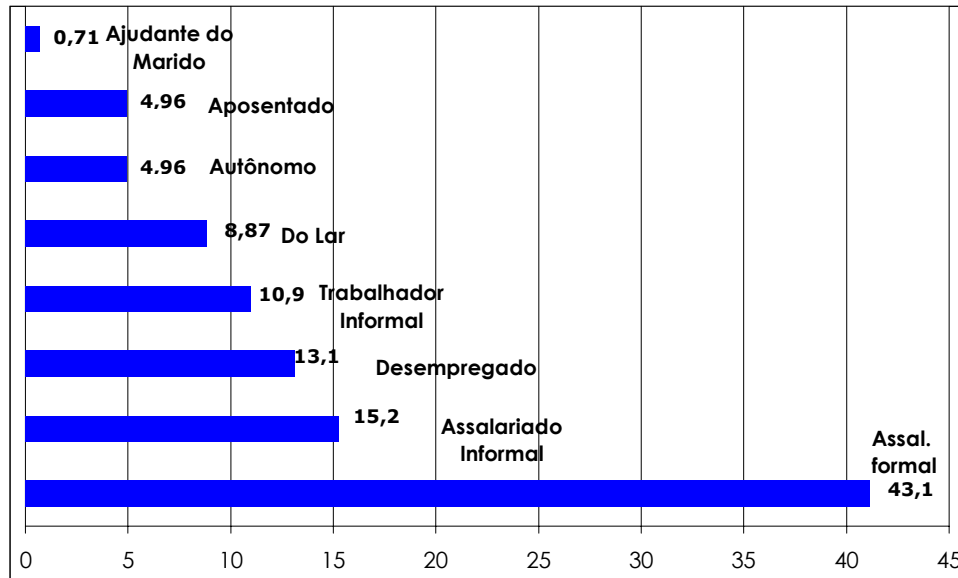
O Gráfico 6 mostra as ocupações e as condições em que se encontravam os trabalhadores desempregados das indústrias têxteis de Blumenau, no período de julho de 1995 a julho de 1996<sup>18</sup>. A maior parte da força de trabalho dispensada, após o período da pesquisa, encontrava-se em situação de trabalho formal, outra parcela dos entrevistados (13,12%) encontrava-se desempregada, 10,99% estava ocupada no mercado informal, e 4,96% estava na condição de autônomo (SIMÃO, 2000).

---

<sup>18</sup> O espaço amostral da pesquisa era de 10% do universo de 9.004 demissões. Entretanto, foram efetivamente pesquisados 3,13%, correspondendo a 283 desempregados e 900 contatos. A pesquisa foi feita em dois tempos, em julho de 1995 e julho de 1996.

### GRÁFICO 6

Alternativas de ocupações dos trabalhadores dispensados da indústria têxtil de Blumenau, no período de julho de 1995 a julho de 1996  
em %



FONTE: SIMÃO, Vilma. *Desemprego e sobrevivência*, 2000.

As pessoas desligadas que tinham contrato formal encontraram alternativas diferentes de trabalho, na sua maioria, precárias e sem a seguridade trabalhista, uma vez que o número de desempregados cresceu em proporção geométrica, enquanto o nível de emprego, em proporção aritmética.

A reestruturação produtiva modificou, sobretudo, o modo de produção das indústrias, resultando no desaparecimento de algumas funções, bem como na introdução de máquinas e equipamentos mais sofisticados que substituíram o trabalho humano, como por exemplo, as funções de embaladora e tinturaria.

Grande parte das costureiras demitidas “perceberam que só sabiam montar uma parte do todo na confecção das roupas. Devido a isto, nem mesmo como costureiras podiam desenvolver um trabalho informal” (SIMÃO, 2000, p.59).

Isso demonstra que a ilusão do domínio de uma tarefa não é o suficiente para atuar no mercado de trabalho formal, principalmente na estrutura de exigência imposta pelas empresas, que preferem trabalhadores com grau de instrução elevado e com múltiplos conhecimentos.

O antigo modelo de acumulação taylorista/fordista não estava preocupado em ter funcionários que exercessem sua criatividade, pensassem na execução de suas tarefas e tomassem decisões sobre o processo produtivo.

Diferenciando-se do anterior, o modelo toyotista, desenvolvido pelos controles de qualidade e práticas de gestão, exige que o trabalhador seja polivalente e multidisciplinar.

Tal contexto nos faz refletir sobre a condição do trabalhador que passou pela reestruturação produtiva, com baixa escolaridade e alienado do processo produtivo, reconhecendo mais tarde o domínio limitado da sua função, retratando o êxito ou não dos empreendimentos de iniciativas autônomas dos ex-empregados da indústria têxtil de Blumenau.

As grandes empresas ligadas ao setor têxtil em Blumenau demitiram grande parte da mão-de-obra formal devido à crise no setor e à reestruturação produtiva. Os trabalhadores eram conhecedores de parte do processo industrial, causando frustração nas iniciativas autônomas de ocupação, principalmente para os que tinham baixa instrução (Tabela 4).

Muitos dos desempregados alegaram que seu desligamento esteve relacionado com a redução do quadro de funcionários e o desaparecimento de funções, que, somados, representam 34,05% dos entrevistados. Outras justificativas também relevantes foram a terceirização do setor (8,16%) e a formação do próprio negócio (26,24%) por iniciativas de antigos trabalhadores da indústria têxtil (SIMÃO, 2000).

Esses dados são indicadores da flexibilização da produção que horizontaliza suas relações produtivas, transfere parte do processo produtivo para outras unidades fabris, reduz o quadro de funcionários e investe em tecnologia.

**TABELA 4**

As ocupações dos trabalhadores demitidos das indústrias têxteis de Blumenau, julho de 1995 a julho de 1996, em %

<b>OCUPAÇÕES</b>	<b>%</b>
<b>Processo Produtivo</b>	<b>68,96</b>
Costureira	33,94
Revisora	8,39
Tinturaria	5,11
Manual	3,65
Tecelão	3,28
Corte/Talhadeira	3,28
Estampador	2,92
Mecânicos de Manutenção	8,39
<b>Administração</b>	<b>9,86</b>
Supervisão	2,55
Almoxarifado	2,19
Auxiliar Administrativo	1,82
Gerente	1,82
Fiador	1,46
<b>Engenharia</b>	<b>2,19</b>
Projetista	2,19
<b>Serviços Gerais</b>	<b>5,11</b>
Motorista	1,46
Faxineira	1,46
Embaladeira	2,19
Outros	13,91
Total	100,00

FONTE: OLIVEIRA, Solange R. *Políticas públicas e desenvolvimento local na região metropolitana do Vale do Itajaí: perspectivas para o emprego e renda*, CNPq/DIEESE; SIMÃO, 2000.

Uma tendência que pode ser evidenciada na região, como mencionado anteriormente, foi a estratégia das grandes empresas de terceirizarem parte do estágio produtivo, devido ao processo de flexibilização da produção, recontratando a força de trabalho por salários mais baixos. Segundo Mello (2000), houve a desconcentração da indústria têxtil, para outras pequenas unidades produtivas, em que muitos trabalhadores dispensados no setor prestam serviços terceirizados para as empresas em que eram empregados formais. Por exemplo, a Cia. Hering demitiu 22,34% dos trabalhadores, a Artex, 13,83%, e a Teka demitiu 13,48% dos seus funcionários em 1995. Uma parcela dos trabalhadores desligados das indústrias (4,96%) montou seu próprio negócio. Do total, 40% vendem seus produtos diretamente ao consumidor local, em comunidades próximas (bairro onde mora e municípios vizinhos), e 60% foram subcontratados por grandes empresas (SIMÃO, 2000, p. 49-50).

#### 4.4.2 Emprego formal em Brusque

A indústria representa 61,8% da participação setorial (2001); a indústria têxtil-vestuário absorve 43,6% dos empregos gerados, indicando a especialização desse subsetor na economia da região. Essa participação era maior em 1995 (45,5%), mas com a sobrevalorização da moeda nacional, a abertura comercial e o conjunto de privatizações articuladas pelo Plano Real, muitas das atividades industriais, sobretudo aquelas que têm seu mercado voltado para o comércio exterior, vivenciaram um período de desajuste industrial, e declínio da economia brasileira e das regiões que se especializaram nesses setores industriais de bens de consumo.

O comércio cresceu em 2001 (19,3%) comparado à participação que tinha em 1995 (14,8%). O crescimento ocorreu principalmente no varejista, por possuir uma variedade de produtos, uma localização e uma organização de pequenas empresas do ramo de vestuário e de outros utensílios de uso. A compra desses artigos por residentes de municípios vizinhos e por visitantes de outros Estados aumentou consideravelmente. Esse dinamismo comercial construído em Brusque favorece o investimento de atividades turísticas, a arrecadação municipal, a renda e as ocupações para os residentes locais.

Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Brusque, 1.465 empresas foram cadastradas na prefeitura, e 220 empresas receberam incentivos fiscais e econômicos proporcionando a abertura de mais 2.500 empregos na região. Além disso, 40 empresas de outros Estados consultaram os fatores locacionais no município para futuros investimentos. Esses números mostram as vantagens locacionais que Brusque possui para atrair novas empresas.

Para exemplificar a importância que é dada ao mercado local desse município, a indústria Cicarelli, que produz juntas de motores, sediada na Argentina, tem projetos visando à instalação de uma base nessa região; o faturamento mensal dessa empresa é de US\$ 6 milhões. Outras empresas como, o banco espanhol BilbaoViscaya, ex-Excel Econômico e a Glaube do Brasil, do ramo químico, também instalaram filiais em Brusque (JORNAL DE SANTA CATARINA, 1999, p. 2-4).

O crescimento populacional de Brusque (3,30%) foi superior ao de Blumenau (3,14%), comparados os Censos de 1996 e 2000. Esse aumento é um indicador que auxilia na análise do número de pessoas que migram para outras cidades-pólo com a perspectiva de se empregar e/ou melhorar seus níveis de renda. O crescimento demográfico nos dois municípios

foi superior ao da microrregião (2,28%). Essa taxa menor foi influenciada pela queda na taxa populacional de Botuverá (IBGE, 2000).

Dos municípios que compõem a microrregião, Botuverá foi o único que apresentou taxa negativa na densidade demográfica. Essa perda populacional ocorre quando os indivíduos são atraídos para as áreas em que as atividades socioeconômicas são mais desenvolvidas. A população migra impulsionada por melhores perspectivas no padrão de vida. Essa evasão pode provocar mudanças no local de origem, dependendo do fluxo intenso ou não dessa migração<sup>19</sup>.

A região receptora desse fluxo de pessoas pode enfrentar problemas de difícil solução em curto prazo, caso não haja a absorção satisfatória da mão-de-obra. Esses problemas estão relacionados à elevada densidade demográfica, ao desemprego, ao subemprego e à alta concentração de pessoas em idade produtiva nos setores do comércio e serviços, quando não empregados na indústria. Isso pode ser explicado pelo indicador de crescimento na taxa de participação do comércio em cinco anos de 13, 2% para 15,7%, e serviços de 24,6% para 26,7% (IPS, 2001).

Para tanto, analisa-se a tipologia setorial desses municípios, objetos de estudo deste trabalho, a fim de visualizar os grupos de setores que estão em expansão, categorizados como mais dinâmicos na economia local. É feito o recorte de cinco anos para a classificação desses setores. Por meio da evolução do emprego, acompanhada desde 1995, poder-se-ão visualizar as taxas anuais e o nível geral dos empregos gerados e extintos nas áreas em estudo, para se ter um parâmetro das quedas relativas de empregos e a importância da participação dos municípios no total de trabalhos criados ou fechados na Microrregião de Blumenau.

#### 4.5 TIPOLOGIA DO COMPORTAMENTO SETORIAL

A tipologia do comportamento setorial é encontrada a partir da evolução do emprego formal na microrregião e nos municípios selecionados, já destacados nos capítulos anteriores.

Neste tópico, são apresentados os setores categorizados de acordo com o estágio de crescimento em que se encontram, correspondente ao período de análise de cinco anos (1995-2000). Os parâmetros de classificação seguiram a orientação da metodologia

---

<sup>19</sup> Deixar uma cidade para estabelecer-se em outra.



adotada pelo Instituto de Estudos Sociais da FURB, conforme descrição metodológica no terceiro capítulo deste trabalho.

Foram atualizados os valores de 1999 e 2000 pela base de dados da RAIS, o que resultou em valores diferentes de variação em relação aos apresentados pelo IPS, o qual disponibilizou a informação até junho deste último ano.

#### **4.5.1 Comportamento setorial na Microrregião de Blumenau**

A Microrregião de Blumenau apresentou setores da indústria, comércio e serviços com tipologia de elevado crescimento. As atividades que tiveram percentuais negativos para a evolução do emprego estão relacionadas, principalmente, às do setor primário, como a Agropecuária e a Extrativa Mineral, mas alguns subsetores da indústria (Indústria de Minerais Não-Metálicos, Papel e Gráfica, Alimentos e Bebidas, Indústria Mecânica e Têxtil) participaram com variações negativas, sobretudo no subperíodo de 1995-1998.

Nesse período, a microrregião foi prejudicada também pela estratégia das grandes empresas de buscar saída pela guerra fiscal, transferindo investimentos para o Nordeste e outras áreas do País, por encontrar nessas localidades salários mais baixos e incentivos mais elevados. Por outro lado, o empresário local também desmembrou e terceirizou parte da produção, por meio da formação de cooperativas de costureiras, cujas localizações se fazem, a maioria, em municípios de microrregiões circunvizinhas (IPS, 2001, p. 3-6).

A indústria de calçados e o serviço de administração técnica profissional (administração de imóveis, valores mobiliários) apresentaram um crescimento superior a 100% (2000); considerando a análise de cinco anos, respectivamente, foram de 294,6% e 101,3% as variações dos empregos criados.

Quando se desmembra a indústria de calçados, é possível visualizar as atividades que estão proporcionando essa elevada expansão no número de ocupações criadas, o tratamento de calçados (270%) e o tratamento de produtos de couro (137%). Porém, o acréscimo de postos de trabalho gerados representa 76 empregos, isto é, dadas as proporções de tamanho dessas empresas, pode-se afirmar que não são determinantes no volume de empregos gerados, mas que podem ser um ramo de atividade em ascensão que não deve ser

ignorado, no sentido de se investir na alocação de recursos que viabilizem o crescimento desses empreendimentos.

As atividades ligadas ao turismo e aos serviços técnicos estão ganhando espaço no ramo de serviços especializados, por exemplo, as empresas de software têm apresentado um certo destaque, viabilizadas por projetos de incubadores e incentivos públicos.

As indústrias têxtil e de vestuário, concentradas na sua maioria em Blumenau e Brusque, estão migrando para outros mercados vizinhos. Esse processo é o resultado de perdas nos lucros do empresariado local que se desloca para outras regiões a fim de obter uma margem de lucro maior. Essa preocupação foi despertada desde a crise dessas atividades, principalmente relacionada às perdas de crescimento industrial em Blumenau, por englobar a maior parte das indústrias têxteis.

Para uma análise mais detalhada do comportamento do emprego nos dois municípios de considerada importância na microrregião, analisam-se as tipologias encontradas em Blumenau e Brusque nos tópicos seguintes, por duas razões:

a) pela base industrial de Blumenau (80,8 mil empregados) e Brusque (26,6 mil empregados) e por comporem as maiores estruturas do pólo industrial têxtil e de vestuário;

b) pela diversidade dos setores localizados nesses municípios, com expressão nas atividades industriais, comerciais e de serviços.

Esses dois municípios possuem diferenças de tamanho do parque industrial e no campo de ação que um e outro têm para tornar dinâmicos seus setores, visualizado pelos números de empregos excluídos no período de crise do setor têxtil e vestuário, nos subperíodos de 1995/1998 e 1995/2000.

TABELA 5

Taxa de variação do emprego, tipologia e participação setorial, segundo os setores econômicos na Microrregião de Blumenau, 1995-2000

Setores/ Subsetores	Taxa de variação do emprego (%)						Tipologia comport <sup>o</sup> . setorial	Part. setorial 2000 (%)
	1996/ 1995	1997/ 1996	1998/ 1997	1999/ 1998	2000/ 1999	2000/ 1995		
<b>EXTR MINERAL</b>	-17	18,0	35,5	8,2	3,6	49,6	EC	0,26
<b>IND TRANSF</b>	-8	-4,5	0,4	4,6	8,2	0,3	E	52,06
MIN NAO MET	4	-34,7	37,8	-3,9	-11,0	-20,2	Q	
IND METAL	-7	8,1	28,9	-2,2	14,2	43,9	EC	
IND MECANICA	-9	-7,0	-8,3	-1,7	18,7	-9,2	Q	
ELET E COMUN	20	10,6	10,6	-9,7	-4,6	26,1	EC	
MAT TRANSP	-5	-0,9	-0,3	0,7	16,3	9,4	EC	
MAD E MOBIL	8	5,9	-4,1	5,3	5,5	22,2	EC	
PAPEL E GRAF	-6	-0,5	-0,7	0,7	4,6	-2,3	Q	
BOR FUM COUR	-12	-14,0	-1,5	31,2	9,8	8,1	EC	
IND QUIMICA	-6	16,7	0,4	8,9	12,3	34,9	EC	
IND TEXTIL	-9	-6,6	-3,3	7,0	8,4	-5,0	Q	
IND CALCADOS	13	-3,2	37,7	154,8	3,3	294,6	EC	
ALIM E BEB	-19	-3,3	0,7	-6,0	6,5	-20,7	Q	
<b>SERV IND UP</b>	-13	19,1	25,6	-18,0	-0,8	5,8	EC	0,69
<b>CONSTR CIVIL</b>	-7	-5,7	-10,8	-1,7	-3,1	-25,5	Q	2,51
<b>COMERCIO</b>	0	11,0	0,3	3,3	11,3	27,6	EC	15,33
COM VAREJ	0	8,9	-1,2	5,0	10,8	25,3	EC	
COM ATACAD	-2	20,8	6,3	-3,5	13,3	38,0	EC	
<b>SERVICOS</b>	8	4,9	1,8	4,2	11,1	34,0	EC	22,22
INST FINANC	-5	-3,7	-5,7	2,6	5,4	-6,7	Q	
ADM TEC PROF	44	6,0	10,0	16,1	3,6	101,3	EC	
TRAN E COMUN	-2	5,4	2,8	-3,5	3,5	5,7	EC	
ALOJ COMUNIC	-1	6,2	1,6	-2,0	33,1	39,5	EC	
MED ODON VET	8	9,3	-4,4	-0,8	5,0	17,9	EC	
ENSINO	7	1,1	-4,8	11,2	5,1	20,5	EC	
<b>ADM PUBLICA</b>	-1	-10,4	-11,7	20,0	9,9	3,0	C	5,78
<b>AGROPECUARIA</b>	-31	-4,7	-3,4	-0,9	1,1	-36,2	Q	0,37
<b>TOTAL</b>	-4	-0,8	-0,2	4,9	9,6	9,8	EC	100,00

Fonte: MTE, RAIS; IPS/FURB

LEGENDA: Q: setores em queda = Abaixo de -1%; E: setores estagnados = Entre -1% e 1%; C: setores com crescimento moderado = Entre mais de 1% e 5%; EC: setores com elevado crescimento = acima de 5%.

#### 4.5.2 Comportamento setorial em Blumenau

A atividade têxtil, de maior peso na constituição dos empregos formados, está em queda, com 32,50% da força de trabalho desempregada, resultando em um decréscimo de 17,31% na indústria de transformação, sendo essa a maior taxa de emprego negativa em cinco anos (1995-2000).

A extrativa mineral e a construção civil também apresentaram taxas negativas de emprego, respectivas, de 16,00% e 15,68%. Essa queda seguiu desde 1995 em anos posteriores, com uma pequena recuperação em 2000.

Semelhante ao comportamento positivo na microrregião, Blumenau teve elevado crescimento no comércio, nos serviços e em alguns subsetores da indústria, como a indústria química, a eletrônica e a de comunicação, a de madeira e mobiliário, e a de calçados.

As colunas “A” e “C” (Tabela 6) para o setor do comércio apresentaram quedas principalmente na venda de tecidos e artigos de vestuário, produtos de mesa e banho, o que é explicado pelo período de recessão e pelos efeitos das políticas macroeconômicas implementadas no Plano Real, detalhadas anteriormente no referencial teórico.

As instituições de crédito, seguro e capitalização acompanham uma tendência de declínio no fornecimento desses serviços pelos indicadores negativos apresentados em sucessivos anos, indicando a tipologia do comportamento do emprego de um setor em queda, conforme Tabela 6.

Somente o serviço de transporte e comunicação enquadrou-se no grupo dos setores estagnados, com a variação negativa de 0,53%, que oscilou nos anos posteriores em taxas negativas de 2 a 3% dos empregos formais.

O comportamento do emprego (Q) na indústria têxtil resultou da redução de 12,93% dos empregos gerados. Isso prejudicou sobremaneira os serviços que estão envolvidos com esse setor, como o de transporte e o de comunicações, devido à queda na proporção de produtos exportados, implicando a redução desse serviço, além da diminuição de empréstimos feitos pelas instituições financeiras.

Outras indústrias apresentaram a classificação (Q): a metalúrgica, a de alimentos e bebidas, a de minerais não metálicos, e a indústria de borracha e fumo. Essas indústrias passaram por duas recessões de anos seguidos (variações A e B da Tabela 6), não recuperando em 2000 a quantidade de pessoas que estavam empregadas no início de 1995.

A indústria de calçados foi a que mais elevou seu número de empregados ao longo do período (1995-2000), com uma variação de 227,78% de empregos gerados. A participação (0,06%) desse subsetor é pequena; entretanto, está ocorrendo um elevado crescimento do emprego, e a probabilidade de investimentos está maior em razão de as políticas locais incentivarem a formação de cooperativas e associações, bem como as práticas de microcrédito para formar pequenos empreendimentos na região.

TABELA 6

Taxa de variação do emprego, tipologia e participação setorial, segundo os setores econômicos em Blumenau, 1995-2000

Setores/ Subsetores	Taxa de Emprego (%)						Tipologia comport <sup>o</sup> . setorial	Part. Setorial 2000 (%)
	1996/ 1995 (A)	1997/ 1996 (B)	1998/ 1997 (C)	1999/ 1998 (D)	2000/ 1999 (E)	2000/ 1995 (F)		
<b>EXTR MINERAL</b>	-25,33	-3,57	-3,70	17,31	3,28	-16,00	Q	0,08
<b>IND TRANSF</b>	-9,40	-13,50	0,70	3,43	10,57	-9,75	Q	38,36
IND TEXTIL	-8,84	-17,23	-8,93	5,17	20,49	-12,93	Q	23,93
IND METAL	-14,95	12,04	80,40	-1,62	-44,46	-6,08	Q	4,01
PAPEL E GRAF	-5,13	-4,72	-3,04	-1,05	20,04	4,10	C	2,09
IND QUIMICA	-32,29	71,87	-1,23	16,90	6,52	43,14	EC	1,83
ALIM E BEB	-7,28	-10,97	4,08	-0,78	-2,45	-16,85	Q	1,64
MIN NAO MET	-1,39	-61,66	85,08	-8,38	-1,14	-36,63	Q	1,14
BOR FUM COUR	-18,33	-15,08	-2,96	16,34	1,69	-20,38	Q	0,69
IND MECANICA	-21,16	-11,83	-1,15	20,53	22,66	1,59	C	0,94
ELET E COMUN	-2,73	12,89	13,51	-18,20	6,20	8,29	EC	1,21
MAD E MOBIL	10,75	-6,02	-6,61	3,54	21,79	22,58	EC	0,61
MAT TRANSP	-23,23	20,17	2,80	8,84	0,00	3,23	C	0,21
IND CALCADOS	38,89	8,00	40,74	23,68	25,53	227,78	EC	0,06
<b>SERV IND UP</b>	-4,05	31,42	35,86	-27,15	3,38	29,01	EC	1,00
<b>CONSTR CIVIL</b>	-8,55	-9,35	-16,32	-16,03	44,76	-15,68	Q	2,29
<b>COMERCIO</b>	-2,76	6,91	-6,19	6,88	13,14	17,93	EC	15,33
COM VAREJ	-1,56	8,42	-7,76	7,77	12,18	19,02	EC	12,88
COM ATACAD	-8,45	-0,77	2,56	2,39	18,20	12,75	EC	2,45
<b>SERVICOS</b>	7,90	4,43	0,85	6,96	2,75	24,88	EC	28,59
ALOJ COMUNIC	0,73	7,35	-0,25	0,44	-2,85	5,26	EC	6,74
ADM TEC PROF	36,71	4,84	8,72	22,77	5,52	101,88	EC	8,70
TRAN E COMUN	-2,11	5,50	1,84	-2,13	-3,36	-0,53	E	5,06
MED ODON VET	8,97	9,12	-1,60	-1,87	6,62	22,42	EC	3,06
ENSINO	4,55	-0,66	-6,14	10,09	9,03	17,00	EC	2,82
INST FINANC	-4,31	-6,10	-8,81	6,13	9,52	-4,77	Q	2,22
<b>ADM PUBLICA</b>	-3,86	8,85	-12,08	3,28	15,31	9,58	EC	5,43
<b>AGROPECUARIA</b>	9,82	-13,97	5,84	-19,02	-3,03	-21,47	Q	0,17
<b>TOTAL</b>	-3,79	-3,63	-1,54	3,93	9,58	3,97	C	100,00

Fonte: MTE; IPS/FURB, atualizado pela RAIS, 1999 e 2000

Exclusive Outros e Ignorados

LEGENDA: Q: setores em queda = Abaixo de -1%; E: setores estagnados = Entre -1% e 1%; C: setores com crescimento moderado = Entre mais de 1% e 5%; EC: setores com elevado crescimento = acima de 5%.

#### 4.5.3 Comportamento setorial em Brusque

Ao contrário do que se poderia inferir sobre o possível desgaste da comparação entre Blumenau e Brusque, devido à similaridade entre os dois municípios com relação à

atividade setorial e por fazerem parte do pólo industrial catarinense no setor têxtil e do vestuário, o comportamento do emprego em Brusque foi muito diferente do que foi apresentado no município anterior. A administração pública, por exemplo, apresentou a tipologia (E) com a variação de 0,54%, visualizada com maior nitidez na variação da coluna “C” pela taxa negativa de 14,85%. As atividades burocráticas são mais atuantes em Blumenau, pois esse município tem um centro urbano maior, e a atuação das instituições públicas e privadas, como universidades, secretarias e bancos, é mais desenvolvida na oferta de seus serviços.

Dos setores industriais, os que estão estagnados são a indústria mecânica, a de madeira e a de transporte. A indústria metalúrgica foi a que apresentou maior taxa negativa (35,17%) na indústria de transformação, e o setor agropecuário, com queda de 94,40%, superou todos os outros setores, cuja taxa negativa se fazia presente desde 1995. Muitos dos agricultores que estavam ocupados na zona rural foram atraídos para os centros urbanos maiores, para empregarem-se nas indústrias (ver Tabela 7).

A partir da queda da atividade industrial, muitos dos desempregados que haviam vendido suas terras foram obrigados a permanecer na cidade sem perspectivas de emprego, formando a rede de desempregados com baixa instrução e experiência em uma única parte do processo produtivo, sem o conhecimento do todo.

Com a recuperação industrial, muitos serviços foram-se aperfeiçoando, havendo uma procura pelos serviços odontológicos, médicos e de ensino, em razão das facilidades e do custo desses serviços, através dos planos de saúde e das escolas privadas, que aumentaram a oferta de vagas. Por outro lado, a exigência por serviços de melhor qualidade aumentou, fazendo com que muitos profissionais na área da saúde se empregassem nos hospitais e/ou atuassem em suas próprias clínicas, em razão da procura por esses serviços.

Um fator interessante para analisar é que, no período de crise do setor têxtil, Brusque não apresentou um decréscimo nas atividades do comércio, sobretudo atacadista, apresentando uma taxa de emprego de 83,93%, ao contrário de Blumenau que, apesar do crescimento de 12,75%, apresentou quedas sucessivas de 8,45% e 0,77% nas variações das colunas “A” e “B”(ver Tabela 6). Nessa mesma perspectiva, a indústria química, a de borracha e fumo, e a de calçados apresentaram as maiores taxas de emprego. Essas atividades são categorizadas como setores dinâmicos da microrregião, ainda que o número de empregos que geram é pouco representativo se comparado ao setor têxtil.

O próximo tópico trata da especialização dos setores, atribuindo atenção especial para a atividade industrial, uma vez que é preocupação deste trabalho avaliar o emprego formal industrial nos dois municípios analisados.

**TABELA 7**

Taxa de variação do emprego, tipologia e participação setorial, segundo os setores econômicos em Brusque, 1995-2000

Setores/ Subsetores	Taxa de Emprego (%)						Tipologia comport <sup>o</sup> : setorial	Part. Setorial 2000 (%)
	1996/ 1995	1997/ 1996	1998/ 1997	1999/ 1998	2000/ 1999	2000/ 1995		
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)		
<b>EXTR MINERAL</b>	-25,00	44,44	0,00	-15,38	9,09	0,00	E	0,05
<b>IND TRANSF</b>	-8,53	0,37	-6,32	17,97	6,21	7,78	EC	56,82
IND TEXTIL	-12,90	-1,41	-7,63	22,04	5,69	2,31	C	41,79
IND MECANICA	14,31	1,04	-10,97	-2,32	-0,59	-0,15	E	2,88
MAT TRANSP	-2,86	-5,15	-2,79	1,44	10,85	0,71	E	3,03
ALIM E BEB	15,24	15,70	-4,05	3,23	10,34	45,71	EC	1,97
ELET E COMUN	-13,48	13,77	-1,91	11,04	6,14	13,79	EC	1,56
IND METAL	-45,25	-2,08	-1,06	3,94	17,59	-35,17	Q	1,46
MAD E MOBIL	-0,76	-12,21	-0,87	9,65	5,20	-0,38	E	1,13
IND QUIMICA	8,08	108,41	-9,87	-1,99	6,60	112,12	EC	0,90
MIN NAO MET	14,49	16,46	15,22	6,60	16,81	91,30	EC	0,57
PAPEL E GRAF	-4,30	3,37	27,17	1,71	0,84	29,03	EC	0,52
BOR FUM COUR	22,73	-3,70	38,46	97,22	33,80	331,82	EC	0,41
IND CALCADOS	14,29	-25,00	250,00	580,95	0,00	1942,86	EC	0,61
<b>SERV IND UP</b>	12,35	-9,89	17,07	20,83	9,48	56,79	EC	0,55
<b>CONSTR CIVIL</b>	-9,66	17,40	-0,71	21,94	-1,33	26,70	EC	2,87
<b>COMERCIO</b>	12,96	2,06	15,47	4,36	4,53	45,21	EC	19,33
COM VAREJ	10,79	-1,98	15,79	0,77	5,22	33,33	EC	13,59
COM ATACAD	20,05	14,19	14,63	13,72	2,92	83,93	EC	5,75
<b>SERVICOS</b>	3,96	5,91	-0,37	2,22	2,04	14,42	EC	15,50
ALOJ COMUNIC	-2,54	8,72	4,90	4,07	4,58	20,97	EC	4,71
ADM TEC PROF	19,34	-4,31	-2,16	0,55	1,47	13,99	EC	2,38
TRAN E COMUN	-1,78	3,33	-4,10	0,61	-3,49	-5,50	Q	2,73
MED ODON VET	3,99	14,75	-4,40	6,08	4,86	26,89	EC	2,59
ENSINO	16,40	9,77	1,04	3,69	0,99	35,19	EC	2,19
INST FINANC	-6,36	1,81	0,00	-9,78	2,96	-11,44	Q	0,90
<b>ADM PUBLICA</b>	1,71	-3,99	-14,85	0,65	20,13	0,54	E	4,79
<b>AGROPECUARIA</b>	-80,67	-34,78	-42,22	7,69	-28,57	-94,40	Q	0,09
<b>TOTAL</b>	-4,01	1,44	-1,77	143,29	-51,57	12,70	EC	100,00

Fonte: MTE, RAIS; IPS/FURB.

LEGENDA: Q: setores em queda = Abaixo de -1%; E: setores estagnados = Entre -1% e 1%; C: setores com crescimento moderado = Entre mais de 1% e 5%; EC: setores com elevado crescimento = acima de 5%.

#### 4.6 ESPECIALIZAÇÃO INDUSTRIAL

Para identificar as vantagens locacionais dos municípios, fez-se uma comparação dos setores das indústrias nacional, estadual e microrregional. Além dos municípios já selecionados, o pólo industrial de Joinville também foi escolhido para comparação dos coeficientes.

Santa Catarina destacou-se nas atividades industriais têxteis, com especialização nesses setores superior à esfera nacional, proporcionada pelas cidades-pólo de Blumenau e Brusque, as quais apresentaram Quocientes Locacionais respectivos de 11,23 e 16,29 (Gráfico 7). Elas indicam a existência de *clusters* industriais “verticais” para a fabricação de produtos têxteis.

Os *clusters* industriais verticais baseiam-se na interação existente entre uma indústria produtora de bens de consumo, como a indústria têxtil, com uma indústria produtora de máquinas e equipamentos, que fornece os bens intermediários para a indústria de bens de consumo.

Na mesma perspectiva, comparando Blumenau e Brusque (Região Sul) com Americana e Guarulhos (Região Sudeste), esses últimos compõem a rede de aglomerados na produção têxtil com QL igual 26,08 (Americana) e 15,51 (Guarulhos) em 1997. Em outro setor industrial, Joinville (Santa Catarina) e dois municípios de São Paulo, São Bernardo do Campo e Santo André, destacam-se na fabricação de produtos de metal (exclusivamente máquinas e equipamentos) e metalurgia básica, identificando aglomerados industriais (BRITO, 2000, p.34).

Em comparação ao que é produzido no País, Brusque apresentou especialização superior à média nacional, nas indústrias de transporte, material elétrico e mecânica. Guardadas as proporções dessas indústrias, os índices foram superiores aos apresentados por Blumenau, apesar de este último empregar mais mão-de-obra nos setores destacados, com exceção da indústria de material de transporte, que participa com 0,21%, e Brusque participa com 3,03% dos empregos gerados.

Na indústria de calçados, o QL foi inferior a um em todas as regiões destacadas, com maior valor em Brusque, o que reforça a evolução do emprego de 580,95% no período de 1998-1999, com a atuação de micro e pequenas empresas. Isso mostra que o Estado catarinense não é especializado nessa atividade, apesar de apresentar algumas regiões que estão investindo na produção desse bem de consumo.



As indústrias metalúrgica (5,9) e mecânica (10,0) obtiveram um quociente elevado em Joinville, indicando o alto nível técnico e especializado nessas atividades. Da mesma forma, as indústrias de transporte, química e têxtil apresentaram resultados positivos e maiores que um, mostrando uma especialização acima da média nacional (ver Tabela 8).

**TABELA 8**

Os Quocientes Locacionais de Blumenau, Brusque, Joinville, Microrregião de Blumenau e Santa Catarina, segundo os subsetores selecionados – 2001

Setores/Subsetores	Quociente Locacional				
	Blumenau	Brusque	Joinville	Microrregião	SC
<b>EXTR MINERAL</b>	0,172	0,138	0,279	0,487	1,065
<b>IND TRANSF</b>	2,308	3,112	2,386	2,920	1,829
MIN NAO MET	1,125	0,520	0,437	1,585	1,978
IND METAL	1,245	0,692	5,908	1,661	1,370
IND MECANICA	1,227	2,318	10,048	1,794	1,996
ELET E COMUN	2,141	3,009	0,599	1,842	1,479
MAT TRANSP	0,139	2,729	3,145	0,719	0,727
MAD E MOBIL	0,453	0,706	0,702	2,115	3,884
PAPEL E GRAF	1,988	0,491	0,821	1,456	1,476
BOR FUM COUR	0,845	0,546	1,440	0,779	0,805
IND QUIMICA	0,867	0,699	3,295	1,169	1,248
IND TEXTIL	11,237	16,286	2,760	13,644	3,686
IND CALCADOS	0,016	0,190	0,058	0,054	0,371
ALIM E BEB	0,400	0,509	0,264	0,494	1,276
<b>SER UTIL PUB</b>	0,899	0,551	0,746	0,628	1,065
<b>CONSTR CIVIL</b>	0,741	0,665	0,722	0,669	0,877
<b>COMERCIO</b>	1,058	1,177	0,957	0,955	1,042
COM VAREJ	1,044	1,068	0,945	0,933	1,053
COM ATACAD	1,131	1,743	1,019	1,069	0,985
<b>SERVIÇOS</b>	0,921	0,474	0,925	0,650	0,824
INST FINANC	1,073	0,453	0,652	0,731	0,753
ADM TEC PROF	0,982	0,252	1,034	0,650	0,801
TRAN COMUNIC	0,943	0,498	0,934	0,658	0,845
ALOJ COMUNIT	0,803	0,543	0,884	0,607	0,918
MED ODON VET	0,903	0,704	0,827	0,678	0,647
ENSINO	0,946	0,643	0,990	0,672	0,840
<b>ADM PUBLICA</b>	0,263	0,196	0,271	0,238	0,620
<b>AGRICULTURA</b>	0,043	0,036	0,069	0,105	0,740

Fonte: MTE, RAIS, 2001 – Elaboração própria.

O pólo industrial têxtil e de vestuário está localizado na região do Vale do Itajaí, indicado pelo alto índice locacional, na Microrregião, e nos municípios selecionados, Blumenau e Brusque. Em Joinville, ainda que o QL seja superior a um, não se destaca nesse

tipo de indústria, contudo sua produção é superior à média nacional, na mesma lógica para o Estado, que se destaca na produção têxtil, de madeira e mobiliário.

A elaboração dos índices QL auxiliou para localizar os pólos industriais, mesmo que já definidos por outros estudos levantados. Entretanto, pelos quocientes é possível visualizar outras atividades que estão se destacando nessas localidades. Ainda que limitado, esse cálculo é uma ferramenta para pontuar os *clusters* que se formaram ou estão se formando no Estado.

Os indicadores com  $QL < 1$  produzem abaixo da esfera nacional. Apesar de alguns apresentarem elevado crescimento, ainda não são especializados, mas são setores que se tornaram dinâmicos, sobretudo nas regiões em que suas indústrias tradicionais decresceram, após um período de crise relativamente longo, como em Blumenau e Brusque.

A estratégia dos meios adaptada à proposta desta pesquisa auxiliará para identificar os setores mais dinâmicos que devem ser difundidos, sofrer mudanças, investimentos e políticas de fomento, através da interpolação da tipologia do comportamento do emprego com o quociente locacional, conforme será esclarecido no item seguinte.

#### 4.7 ESTRATÉGIA DA UTILIZAÇÃO DOS MEIOS

A estratégia de utilização dos meios faz parte das etapas da análise de portfólio, correspondendo à pergunta de *quanto investir*. Fez-se uma adaptação do modelo, considerando o cruzamento entre o quociente locacional e a atratividade ou crescimento (estágios) dos setores econômicos, conforme Figura 1.

Os setores que apresentam o  $QL > 1$  e estágios de crescimento estagnados e em queda devem direcionar os investimentos para manter o nicho de mercado e fazer pequenos ajustes para impulsionar o crescimento com incentivos governamentais, e articulação de parcerias com os fornecedores para ter vantagens nos preços de insumos e/ou outros materiais relacionados à produção.

Os setores que não são especializados ( $QL < 1$ ) e que têm apresentado, no período de análise (cinco anos), um declínio do número de empregos devem ser isolados e estudados sobre as ações que podem ser articuladas em curto prazo, pois a não inserção de recursos para essas atividades deve ser abandonada numa perspectiva de longo prazo, uma vez que a sua participação em relação à renda que geram na região e no número de ocupações que acrescentam não é determinante. Ao contrário das atividades que possuem um  $QL > 1$  e

um estágio de crescimento elevado, devem ter a atenção das políticas públicas locais no sentido de criar instrumentos de impulsão e consolidação desses setores dinâmicos.

As políticas de incentivos (isenções ou diminuição de impostos e taxas), subsídios, facilidades ao crédito para ampliação e/ou consolidação da empresa, avaliação das deficiências e vantagens regionais são ferramentas para estimular a atividade privada em sustentar seu negócio mediante a exigência do mercado na busca pela inserção de técnicas de qualidade, tecnologia e insumos.

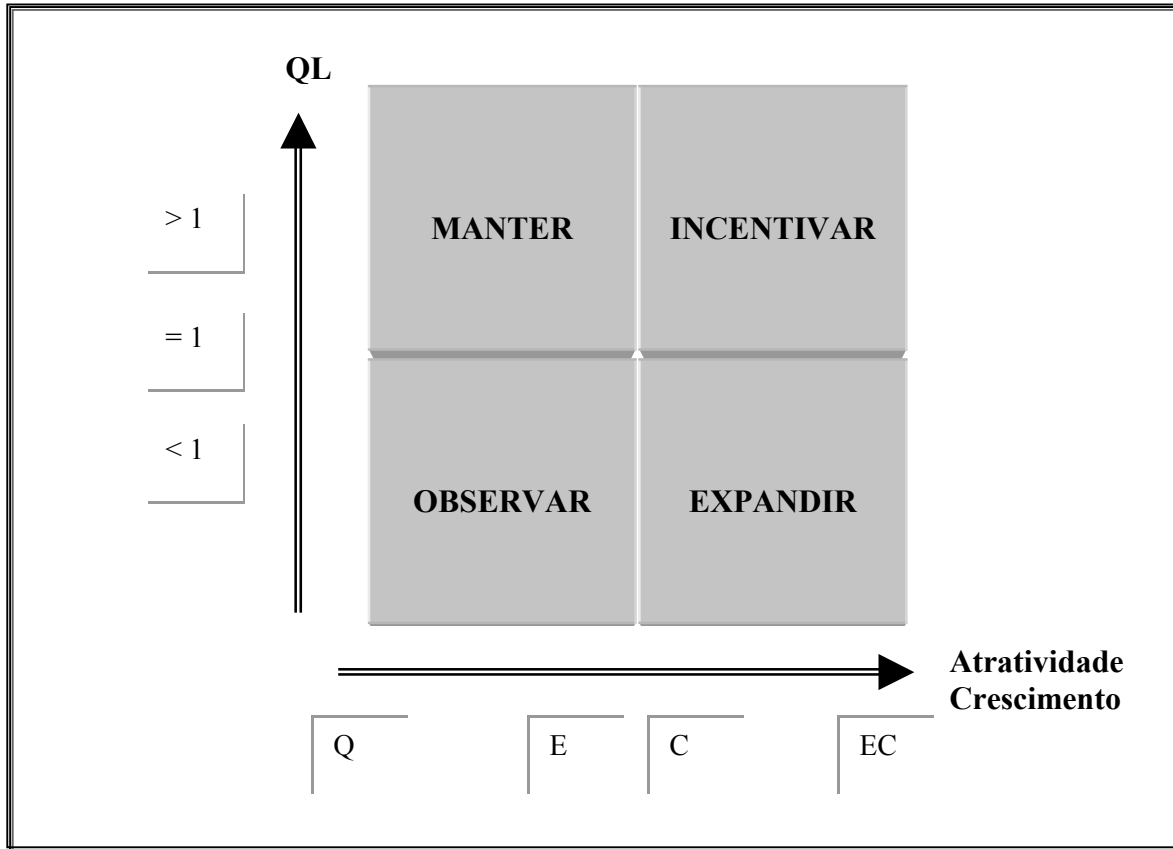
Kon (1994, p. 159) assinala que a localização industrial é determinante para a implantação, o crescimento e a consolidação do setor. O papel da intervenção governamental para a macrolocalização empresarial é definido por razões de caráter social (geração de emprego regional) e por posições político-estratégicas (ocupações de regiões de fronteiras ou de vazios demográficos). Essa intervenção pode ser concretizada através do estabelecimento de indústrias estatais ou por meio de incentivos ou subsídios específicos, que possibilitem vantagens para a empresa privada.

A proposta é contribuir com alternativas da intermediação e interação das políticas públicas já existentes, uma vez que há várias iniciativas e experiências de ações preocupadas em gerar novas formas de ocupações na região e nos municípios delimitados.

Para tanto, tornou-se uma alternativa viável para a região em questão a preocupação em amenizar o desemprego e o declínio do consumo por meio da formação de cursos básicos que possibilitem um ofício para a população, bem como a formação profissional em áreas que demandam uma mão-de-obra mais qualificada, como é o caso do setor de informática desenvolvido em Blumenau. Isso torna a região mais atraente para o investimento de novas empresas e um favorável suporte para as já existentes. Esse assunto será explorado no capítulo seguinte.

FIGURA 1

Diagrama da Estratégia dos Meios, adaptado da Análise de Portifólio



Fonte: Elaboração própria, colaboração Casarotto, 2000.

Cada estratégia destacada no diagrama responde por uma série de ações que são direcionadas para os setores da indústria de transformação. Esses setores industriais estão plotados no diagrama para os municípios de Blumenau e Brusque.

A estratégia *manter* diz respeito a ações de controle dos investimentos direcionados a gastos em máquinas e equipamentos nas indústrias que mantêm um comportamento positivo do número de empregos que são gerados e/ou que não foram fechados de forma crescente nos anos de 1995 a 2000. A estratégia *incentivar* está relacionada a setores que tiveram um bom desempenho na criação de postos de trabalho e que não estão enquadrados no rol dos setores tradicionais, merecendo atenção por se constituírem recentemente na região. O empresário local que investir no ramo de negócios de setores industriais dinâmicos deve ter apoio do governo estadual e municipal, em relação aos incentivos fiscais e tributários, para não sobrecarregar o custo do empreendimento e

possibilitar a atração de outros investidores nesses ramos mais dinâmicos, como os setores de alimentação, calçados e mobiliário.

A outra ação é a de *observar*. Para essa estratégia o cuidado é de ponderar em altos investimentos nos setores que apresentaram quedas seguidas de emprego nos subperíodos de 1995-1998 e 1998-2000. Devido ao decréscimo significativo na variação do número de empregos, como o ocorrido nas indústrias da construção civil, borracha, fumo e couro, demanda-se uma análise detalhada do mercado, das vantagens locacionais para essas atividades e das políticas industriais do governo favoráveis ou não para esses setores.

Para se *expandir*, sendo a última estratégia, as ações devem estar voltadas para as práticas institucionais e governamentais de incentivos e políticas fiscais que atinjam diretamente esses setores industriais, a fim de conciliar benefícios, interesses e políticas que criem caminhos facilitadores ao surgimento de novas empresas e à atenção da atividade empresarial, como alternativa de uma evolução do emprego por esses setores, uma vez que eles estão apresentando rápido crescimento, mesmo que em pequenas proporções se comparados aos setores tradicionais.

Os resultados da interpolação das matrizes do estágio de crescimento dos setores e o nível de especialização pelo cálculo do quociente locacional estão expostos no Quadro 1.

A partir da análise de portfólio, os setores e subsetores econômicos, segundo a classificação do IBGE, são indicados pela distribuição categórica de se investir ou não e em que condições deve ser feito o direcionamento desses recursos financeiros e econômicos, pela classificação das quatro possibilidades: Expandir, Incentivar, Manter e Abandonar.

A interpolação dos dados foi feita para os 26 subsetores de Blumenau e Brusque; entretanto, a preocupação maior é identificar os setores da indústria de transformação para delimitar os critérios adequados para criar políticas públicas locais voltadas à atividade industrial (ver Quadro 1).

As vantagens e desvantagens locacionais devem ser consideradas numa perspectiva do custo/benefício dos investimentos por meio da análise de macro e microlocalização.

### QUADRO 1

Resultados da interpolação da tipologia setorial e o Quociente Locacional de Blumenau e Brusque, segundo os setores/subsetores econômicos

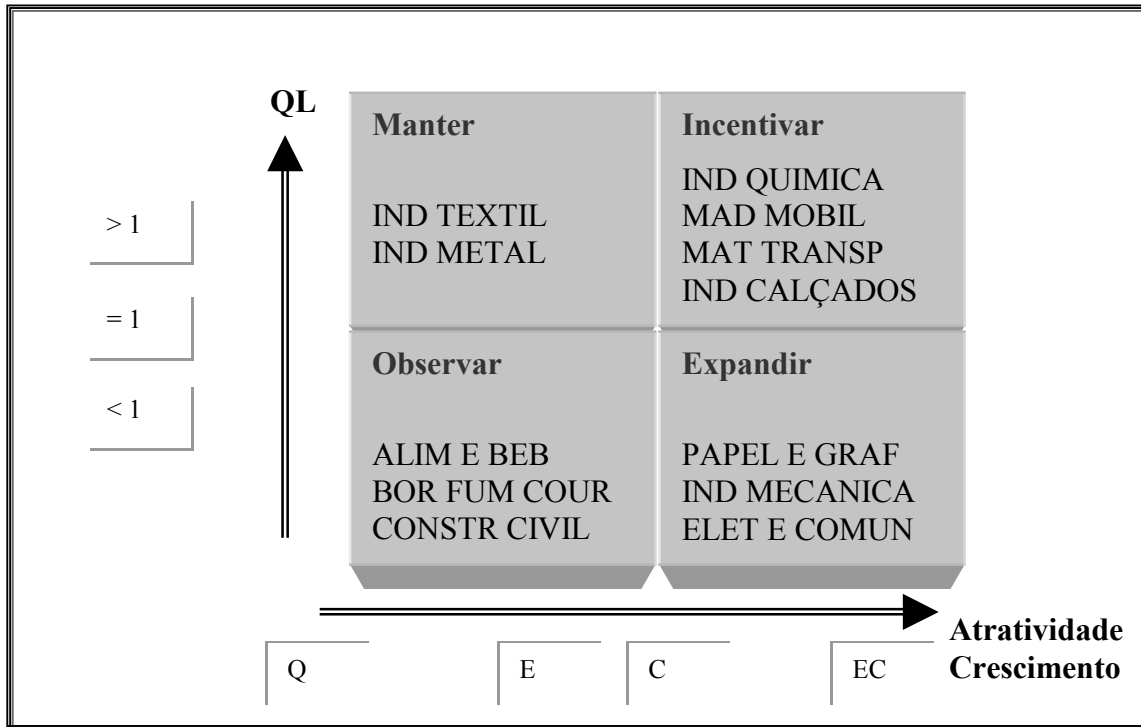
SETORES/ SUBSETORES	BLUMENAU			BRUSQUE		
	Tipologia dos Setores	QL (2001)	Análise de Portifólio	Tipologia dos Setores	QL (2001)	Análise de Portifólio
<b>EXTR MINERAL</b>	Q	0,172	Abandonar	E	0,138	Abandonar
<b>IND TRANSF</b>	Q	2,308	Manter	EC	3,112	Expandir
IND TEXTIL	Q	11,237	Manter	C	16,286	Expandir
IND METAL	Q	1,245	Manter	E	2,318	Manter
PAPEL E GRAF	C	1,988	Expandir	E	2,729	Manter
IND QUIMICA	EC	0,867	Incentivar	EC	0,509	Incentivar
ALIM E BEB	Q	0,400	Abandonar	EC	3,009	Expandir
MIN NAO MET	Q	1,125	Manter	Q	0,692	Abandonar
BOR FUM COUR	Q	0,845	Abandonar	E	0,706	Abandonar
IND MECANICA	C	1,227	Expandir	EC	0,699	Incentivar
ELET E COMUN	EC	2,141	Expandir	EC	0,520	Incentivar
MAD E MOBIL	EC	0,453	Incentivar	EC	0,491	Incentivar
MAT TRANSP	C	0,139	Incentivar	EC	0,546	Incentivar
IND CALCADOS	EC	0,016	Incentivar	EC	0,190	Incentivar
<b>SERV IND UP</b>	EC	0,899	Incentivar	EC	0,551	Incentivar
<b>CONSTR CIVIL</b>	Q	0,741	Abandonar	EC	0,665	Incentivar
<b>COMERCIO</b>	EC	1,058	Expandir	EC	1,177	Expandir
COM VAREJ	EC	1,044	Expandir	EC	1,068	Expandir
COM ATACAD	EC	1,131	Expandir	EC	1,743	Expandir
<b>SERVICOS</b>	EC	0,921	Incentivar	EC	0,474	Incentivar
ALOJ COMUNIC	EC	0,803	Incentivar	EC	0,543	Incentivar
ADM TEC PROF	EC	0,982	Incentivar	EC	0,252	Incentivar
TRAN E COMUN	E	0,943	Abandonar	Q	0,498	Abandonar
MED ODON VET	EC	0,903	Incentivar	EC	0,704	Incentivar
ENSINO	EC	0,946	Incentivar	EC	0,643	Incentivar
INST FINANC	Q	1,073	Manter	Q	0,453	Abandonar
<b>ADM PUBLICA</b>	EC	0,263	Incentivar	E	0,196	Abandonar
<b>AGROPECUARIA</b>	Q	0,043	Abandonar	Q	0,036	Abandonar

Fonte: MTE, RAIS, 2001 – Elaboração própria.

Fez-se a plotagem dos setores nos Municípios de Blumenau e Brusque, identificando-os nas estratégias manter, incentivar, observar e expandir.

FIGURA 2

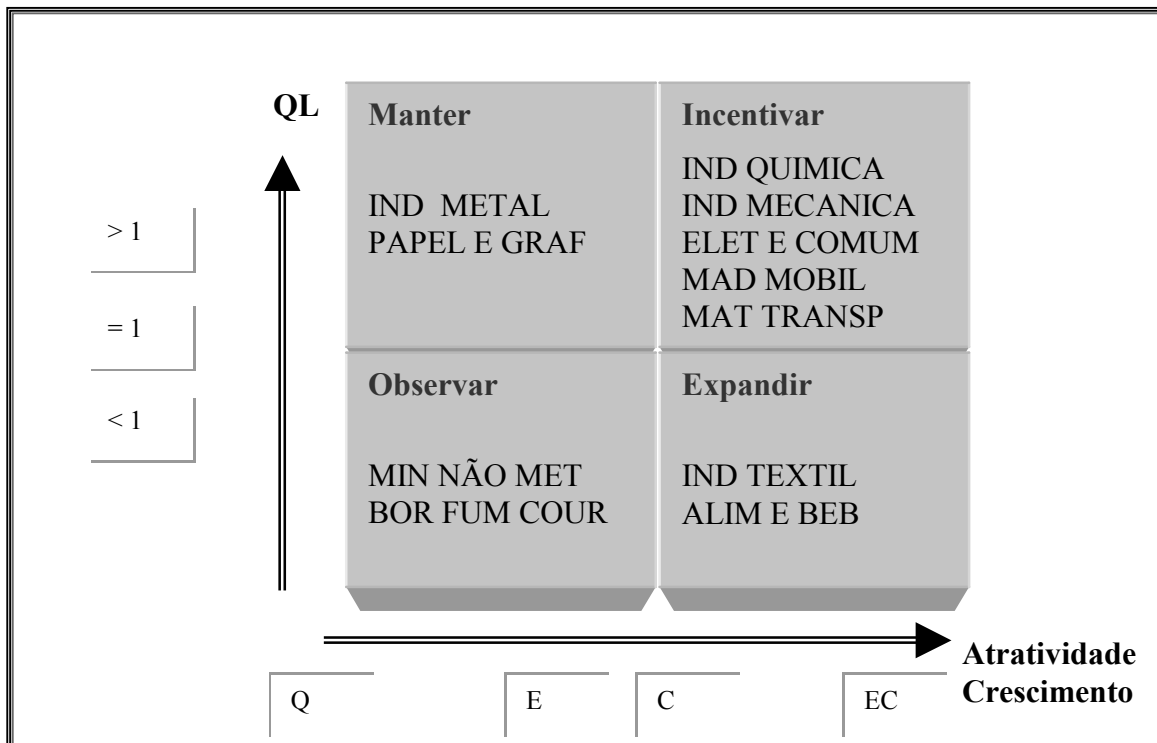
Plotagem dos setores da indústria de transformação - BLUMENAU



Fonte: MTE, RAIS, 2001 – Elaboração própria.

FIGURA 3

Plotagem dos setores da indústria de transformação – BRUSQUE



Fonte: MTE, RAIS, 2001 – Elaboração própria.

Nessa perspectiva, a partir de estudos e levantamentos de políticas públicas que foram desenvolvidas com sucesso em algumas regiões do País, foram elaboradas alternativas para implementar o crescimento econômico e a oferta de emprego na Microrregião e nos municípios selecionados. Vários elementos devem ser considerados pensando nos setores que mais geram renda para o município, traçam-se algumas proposições preliminares para as indústrias categorizadas nas estratégias de **expansão** e de **incentivo**:

a) incentivar as pequenas e médias empresas, por gerarem mais postos de trabalho do que as grandes unidades produtivas, por meio de políticas de crédito e tecnológicas;

b) incentivar a formação e a organização da economia solidária de auto-gestão dos trabalhadores, articulados em cooperativas e instituições de crédito comunitário;

c) capacitar a atividade empresarial, seja com incentivos para a compra de bens e serviços de inovação, seja para continuidade das atividades desenvolvidas;

d) atrair novas empresas para a localidade com incentivos fiscais e tributários, bem como aumentar a produtividade das empresas existentes, apoiando com P&D, gestão e planejamento, principalmente pequenas unidades produtivas;

e) formar Fóruns e Agências de Desenvolvimento, para integrar os municípios e sensibilizá-los para o contexto regional, a fim de potencializar suas vantagens comparativas;

f) capacitar a força de trabalho local para as novas tecnologias, novas técnicas de atuação na empresa, englobando a mão-de-obra desempregada para que esta tenha acesso ao mercado de trabalho;

g) integrar as políticas existentes com os agentes externos, como pessoas ligadas ao setor privado, instituições não-governamentais, universidades, projetos de pesquisa, para monitorar melhor o processo;

h) mensurar o custo/benefício de um programa no contexto socioeconômico da região. Analisar os modelos realizados em outras localidades de sucesso, respeitando as especificidades da região para implementar um modelo específico.

Nesse sentido, o próximo capítulo trata das políticas de emprego nos municípios estudados, a fim de analisar a comunicação entre a administração pública com a iniciativa privada em criar objetivos na perspectiva de gerar emprego e renda, depois de um período de recessão da economia nacional e local.



## 5 POLÍTICAS PÚBLICAS LOCAIS

Este capítulo trata das ações públicas sobre o investimento para a geração de empregos, por meio de programas e projetos locais e também procura estudar as políticas que visam ao desenvolvimento da região com a preocupação de melhorar as condições socioeconômicas da população.

A preocupação maior das instituições públicas pesquisadas em Blumenau e Brusque é implementar políticas fundamentadas numa filosofia de tornar a região auto-sustentável. Parte dos recursos públicos, em curto prazo, são direcionados para financiar projetos que resultam em práticas de associativismo e cooperativismo.

A Secretaria de Trabalho, Renda e Desenvolvimento Econômico (Setrede) foi a principal fonte de pesquisa para identificar os programas e projetos voltados para políticas de emprego. A Secretaria divide-se em áreas da economia rural/urbana, setor formal/informal e desenvolvimento local e regional.

As políticas desenvolvidas para a área urbana partiram de estudos sobre a reestruturação produtiva na região, especialmente em Blumenau. Na área rural estudaram as necessidades, a visualização das potencialidades e as limitações das atividades primárias.

Os efeitos identificados do novo cenário econômico foram o aumento de pessoas desempregadas, a ampliação da economia informal, o incremento da situação de risco do trabalhador e a proliferação de micro e pequenas empresas que atuam em regime de subcontratação.

Os esforços dos agentes econômicos estão concentrados em políticas que visam a novas perspectivas para o emprego, investindo em crédito às pequenas e médias empresas, qualificação e intermediação dos trabalhadores.

Os programas e projetos na divisão da economia formal e informal visam ao apoio às formas associativas, cooperativas e familiares na geração de renda, bem como o acompanhamento e a assessoria aos trabalhadores autônomos.

A divisão que engloba o desenvolvimento local e regional surgiu da necessidade de planejar e atuar com uma visão não apenas municipal, mas regional. Com a regulamentação das Regiões Metropolitanas (Vale do Itajaí, Norte-Nordeste e Florianópolis) houve a preocupação de estudar os Distritos Industriais, organizando-se feiras e espaços de comercialização entre os diferentes municípios de Santa Catarina e Estados vizinhos, mobilizando a formação da Agência Regional de Desenvolvimento.

Um dos resultados das parcerias entre empresas, instituições públicas e a Prefeitura Municipal foi a criação da Cooperblu, cooperativa formada em 1997, ligada aos setores de limpeza, venda e construção civil. Outras, a partir desta experiência, foram criadas, como a Coopercristal, o Grupo de Costureiras no Morro da Dona Edite, os projetos de Reciclagem do Lixo e o Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger).

O Departamento de Agricultura (Deagri) comporta um quadro funcional de 60 pessoas e um orçamento médio anual de R\$ 1.000.000,00, o qual objetiva a capacitação dos trabalhadores na agricultura por meio de cursos e treinamentos. Com a criação do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural expandiu-se o Programa de Verticalização da Produção Familiar Rural (Prove). Em 1999, este programa atingiu R\$ 72.000,00 com a comercialização de carnes, conservas, doces, laticínios, massas, ovos e panificados.

Muitas famílias ligadas somente à agricultura estão se especializando em produtos agroindustriais, por meio de assistência técnica e apoio institucional de máquinas e insumos.

Uma preocupação da administração em parceria com o governo do Estado é ofertar à população local uma profissão que favoreça a inserção destas pessoas no mercado de trabalho. O propósito principal desta iniciativa é pensar e atuar no aspecto regional (focalizar outros municípios), conservando a autonomia de cada município. Outra preocupação é o setor de habitação, em razão do êxodo rural e a desordem habitacional urbana que houve com a construção de casas em locais não apropriados. Com relação à primeira, preza-se a permanência das pessoas no campo para a produção da cultura do arroz, beneficiamento do mel, do leite e seus derivados. A outra medida é a não permissão da moradia em locais de risco, e os locais que já estão nestas condições serão transferidos para outros que estejam em condições favoráveis e seguras aos seus moradores.

Outra ação pública que está sendo traçada para o desenvolvimento em Blumenau e Brusque é o turismo, segundo propostas de investir em locais de potencial turístico, incentivando os próprios moradores e a população de outras localidades para o potencial histórico e cultural da região, em razão das colonizações alemã e italiana.

Os cursos profissionalizantes atuantes na localidade estão voltados para atender ao perfil de demanda para o setor industrial, apoiados pelo Programa de Capacitação Profissional (PCP). O programa visa à ampliação da oferta dos cursos, à qualificação e à capacitação técnica e de gestão da força de trabalho. São ofertados também minicursos de atividades que gerem o auto-emprego, como costura, pintura, artesanato, entre outros que

possam oferecer às pessoas ofícios que resultem numa complementação de renda ou a própria fonte de remuneração do trabalhador.

Não existe na região uma pesquisa de emprego e desemprego, embora tendo sido levantada a preocupação por parte da Setrede. O Dieese e o IBGE foram contactados para criar a pesquisa, mas, por ser um estudo que demanda um custo alto e a parte operacional complexa, não foi possível de ser efetivada (SCHIOCHET, 2001).

Nesta perspectiva, as relações de trabalho estão cada vez mais precárias, e o trabalhador vive em um cenário de inseguranças. Isto faz com que muitos se insiram na informalidade e realizem atividades em condições de subemprego (Apêndice 2, 2001):

Se o desemprego significa insegurança e incertezas para a população, as supostas vagas criadas no mercado informal (autônomos, assalariados sem carteira) não são diferentes, pois vêm acompanhadas de baixas remunerações, intensas jornadas de trabalho, ausência de contribuições tributárias e previdenciárias que evidenciam relações de trabalho intensamente precárias. A opção que o trabalhador tem de buscar uma nova atividade de subsistência é pela informalidade. A atividade de facção no Município de Blumenau tem-se caracterizado como subemprego e já se observa a quarteirização dessa atividade, quando a matéria-prima é distribuída nas residências dos operários onde a produção ocorre de forma irregular e totalmente na informalidade. São costureiras e trabalhadores autônomos demitidos da Indústria Têxtil local, que possuem noções de organização produtiva, faltando-lhes a capacitação de gerenciar o negócio e que não possuem qualquer garantia de rendimento, encontrando-se portanto, em situação de risco social (Entrevista concedida pelo Prefeito Décio Lima, 2001).

## 5.1 POLÍTICAS DE MICROCRÉDITO

O aparecimento de programas de microcrédito popular surgiu na América Latina na década de 70, e experiências mais expressivas surgiram na Bolívia e na Colômbia. Estas experiências estão possibilitando ocupações de atividades secundárias, exemplificada pelo Banco Mentor's International, que financia micronegócios de crédito em países como México, Filipinas e Bangladesh, criado pelo professor da Universidade de Michigan Werner Wodworth.

Existem muitas práticas de bancos que funcionam com a finalidade de financiar os recursos para o trabalhador atuar em micro e pequenas empresas, bem como desenvolver seu próprio negócio, com autonomia para gerir e sustentar os custos e as receitas realizadas no empreendimento.

O governador do Estado de Santa Catarina, em abril de 2001, promoveu a implantação do Crédito de Confiança, controlado por 18 entidades que repassam os recursos. Cada entidade fica responsável por 15 municípios.

O Crédito de Confiança implementou um projeto, executado pelo Sebrae e por agentes do banco, de abordar, via municípios, o interesse pelo financiamento. Esta experiência, já realizada pelo Banco do Nordeste (BNB), mobiliza as comunidades locais para a criação de novas alternativas de crédito e atividades de auto-emprego.

Gelinski<sup>20</sup> (2001, p. 3) destaca dois problemas que dificultam a prática do microcrédito no Brasil, a saber: a) grande parte das microempresas informais não têm de fato acesso aos empréstimos; b) a promoção de estudos sobre a sustentabilidade de longo prazo do programa, como é feita pelos bancos internacionais (Banco Grameen de Bangladesh e o Banco Sol da Bolívia), abrange serviços de poupança, seguros e crédito para consumo, possibilitando sustentar e consolidar o financiamento dos negócios de micro empreendedores.

O município de Tubarão operacionalizou uma Casa de Microcrédito, de responsabilidade do Badesc, com o perfil de atender micro e pequenos empresários e trabalhadores informais. O objetivo principal da Casa é emprestar os recursos financeiros a juros e condições conforme a realidade do cliente, a fim gerar renda na comunidade.

Alencastro Filho, gerente da ONG de Tubarão, esclarece que o crédito “é para a compra de matéria-prima, equipamentos e geração de produção”; logo, qualquer pessoa – mesmo que atue no mercado informal – tem acesso ao empréstimo, exceto aqueles com o nome no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC). A atuação no mercado deve ser de no mínimo seis meses, e o cliente tem que residir há pelo menos dois anos na cidade. O patamar mínimo de financiamento é R\$ 200,00, e máximo de R\$ 10 mil; para o capital de giro, R\$ 6 mil. Os pagamentos são feitos no prazo de um ano, em até 12 parcelas fixas, exceto para compra de equipamentos, cujo prazo se estende, sendo de 24 meses (GAZETA MERCANTIL, 4/7/2001, p. 2).

O BNDES financia a maior parte dos recursos cedidos no País para atender micro-empresas. No caso do Blusol, foram liberados R\$ 1,5 milhão e R\$ 600 mil a fundo perdido de um convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Este contrato de R\$ 600 mil foi cedido para mais três instituições de crédito, que foram escolhidas por serem as melhores das 50 entidades existentes no Brasil. Além do Blusol, receberam a Portosol (RS), a Vivacred (RJ) e a Visão Mundial (BH).

---

<sup>20</sup> Professora do Departamento de Economia da UFSC/SC.

O Presidente do Conselho do Blusol, João Krein, explicou que a distribuição dos valores repassados pelo BID será destinada ao capital do banco (R\$ 450 mil), e R\$ 150 mil serão direcionados para a manutenção da instituição com o desenvolvimento de trabalhos interativos com os clientes.

A Instituição de Crédito Comunitário (ICC) concretizou-se pela criação do Blusol (Banco do Povo), implantado no final de 1997. O crédito é para micro e pequenos negócios que atuam no mínimo há seis meses no mercado. Esta instituição de microcrédito é uma organização sem fins lucrativos que possui várias parcerias, entre elas a Prefeitura Municipal, o BESC, a FURB, a ACIB e a Câmara Municipal de Vereadores.

Krein esclarece que o Blusol opera com o montante de R\$ 3 milhões, dos quais R\$ 1 milhão é da Prefeitura de Blumenau, e o restante, do BNDES, que, somados aos valores liberados, passa a ter o capital de R\$ 3,5 milhões. A matriz do Banco do Povo situa-se em Blumenau, e as demais agências estão divididas em Brusque, Rio do Sul e Indaial; esta última unidade atende os municípios de Timbó, Ascurra, Apiúna, Pomerode e Rio dos Cedros (GAZETA MERCANTIL, 1º/7/2001, p. 2).

Os procedimentos adotados para obter o recurso financeiro são: cadastro, visita ao local, decisão de crédito feita pelo Comitê do Banco e acompanhamento do financiamento.

Em 1999, o total de processos gerados foi de 1.139 documentos; 95% foram aprovados e 5% negados; o valor médio emprestado foi de R\$ 3.000,00 por micro e pequena empresa, totalizando R\$ 1.375.400,00. Destes recursos gerados, 21% foram direcionados para a produção, 39% para serviços e 40% para o comércio, de acordo com dados extraídos do documento municipal da Setrede.

O ICC-Blusol foi formado a partir da experiência do ICC-PortoSol de Porto Alegre, resultando em similaridades na organização e em metodologias de aplicação dos créditos.

O ICC-PortoSol, criado em 1996, apresenta baixo índice de inadimplência (3,3%) e o maior número de créditos concedidos (10.504), com valor médio dos contratos de R\$ 1.237,00.

Há diferenças entre o ICC-Blusol e o ICC-PortoSol em relação à distribuição do crédito. O primeiro direciona a maior parcela do crédito para o setor formal (71,11%), ao passo que o segundo destina 64% para o setor informal. Essa diferença proporcional se deve a que as pessoas que solicitam empréstimo no Blusol devem ter no mínimo seis meses de atuação no mercado, e na maioria dos casos, a garantia exigida para o empréstimo é

econômica (75,9%), avaliada em bens ou renda do solicitante, limitando o acesso para as pessoas que querem iniciar um negócio.

Observa-se uma desarticulação das políticas públicas, em razão da não comunicação entre as ações do cooperativismo com as práticas do microcrédito (formalizado pelo Blusol), por três razões:

a) o microcrédito não atende a cooperativas, somente microempresas e trabalho autônomo;

b) a minoria dos empréstimos é feita por aval solidário (prática que se dá entre um grupo de financiados, em que cada grupo formado assume o risco pelas operações individuais dos seus membros, no caso específico isto é de 4,24%), sendo um fator de impedimento para a população mais pobre ou que faz parte de uma associação ou cooperativa ter acesso ao crédito popular;

c) o microcrédito atende principalmente aos empreendimentos já existentes, objetivando sua manutenção ou ampliação, não focalizado, portanto, para os novos negócios.

Todavia, as práticas de microfinanças na região são um passo valioso para priorizar a camada da população que se encontra na pobreza ou abaixo dela. A implicação maior é verificar o público-alvo que se quer atender, diagnosticando suas principais necessidades, acompanhando os empréstimos por meio de instrumentos de capacitação dos negócios e avaliando o procedimento dos empréstimos, a fim de ser o mais abrangente possível.

## 5.2 INICIATIVAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Neste tópico se discutem as iniciativas da economia solidária em Blumenau, por haver uma representatividade maior de experiências autogestionárias, em função das políticas adotadas.

O termo economia solidária é ainda discutível, não há um consenso sobre o seu significado. Singer (1998, p.139) define:

“Economia solidária como um projeto de organização socioeconômica por princípios opostos ao do *laissez-faire*: em lugar da concorrência, a cooperação; em lugar da seleção darwiniana pelos mecanismos do mercado, a limitação – mas não eliminação! – destes mecanismos pela estruturação das relações econômicas solidárias entre produtos e consumidores”.

A organização em redes tornou-se um imperativo para o sucesso dos empreendimentos. É notória a formação de redes de empresas para consumo, produção e comercialização dos bens e serviços no mercado. As redes de colaboração solidária visam a fazer a prática de redes de negócios diferente da maioria realizada no sistema capitalista; estas redes permitem:

- a) aglutinar diversos atores sociais em um movimento solidário;
- b) atender à demanda por emprego e consumo da comunidade organizada;
- c) manter uma conduta ética sobre exploração do trabalho, expropriação do consumo, dominação política e cultural;
- d) implementar uma nova forma pós-capitalista de produzir, consumir e organizar coletivamente.

A economia solidária tem por objetivo a geração de trabalho e renda, em sistema de rede, aos desempregados ou marginalizados da sociedade. Para Tauile (2001, p. 10), “a vontade de empreender é coletiva. Não se busca o retorno sobre o investimento individual, tais iniciativas se perenizam combinando fontes de recursos mercantis, não-mercantis e não-monetários”.

Aos cooperados solidários, o padrão de renda melhora e a instabilidade do emprego é sanada, se a rede for forte nos seus objetivos e integrada com instituições e movimentos, como as associações dos moradores, sindicatos, movimentos populares e culturais, combatendo o preconceito e a discriminação nas relações entre os indivíduos.

Os produtos gerados são identificados pela marca da rede solidária, criando um círculo benéfico de consumo e produção entre os cooperados, evitando transações comerciais com o mercado capitalista.

Os cooperados se propõem a comprar produtos e serviços da própria rede, a fim de garantir o trabalho e a renda, bem como exercer um comportamento de preocupação e preservação do meio ambiente, refletidos nos produtos.

A dinâmica do empreendimento é reinvestir parte do excedente gerado na própria rede, a fim de agregar novas cooperativas, microempresas, fortalecendo a organização solidária, que são chamadas de células de consumo e produção.

O processo de construção da rede se dá pela identificação dos bens e serviços necessários para que o organismo seja auto-sustentável, diminuindo a dependência de itens gerados no mercado capitalista. Por exemplo, numa produção em rede de doces artesanais

parte do excedente gerado pode ser reinvestido na construção dos recipientes, e a outra parcela, para a fabricação do rótulo.

As inovações tecnológicas que forem surgindo com a expansão da rede são incorporadas de maneira contínua e sistemática aos cooperados, com a ressalva de proteger o emprego, com a redução da jornada de trabalho, principalmente nos setores que mais necessitem de equipamentos e máquinas para uma maior produtividade.

A economia solidária reúne várias ações: a participação coletiva, a autogestão, a democracia, a cooperação, a promoção do desenvolvimento humano e o equilíbrio do ecossistema no cerne da sociedade contemporânea.

Os princípios e objetivos de uma economia solidária estão sendo criados e desenvolvidos por instituições privadas e secretarias públicas, como é o caso da Setrede em Blumenau, que criou a Superintendência de Economia Solidária, a fim de implementar projetos direcionados para a nova cultura econômica, e a experiência em Brusque da produção socializada de cordas, chamada Bruscor.

As associações e cooperativas formadas sob a ótica de uma economia solidária, ainda que caminhando para a filosofia solidária, tiveram o apoio principalmente da Setrede, com incentivos de assistência técnica na formação e a parte de consultoria no início do negócio.

Uma característica marcante é que a região está buscando recursos e iniciativas de produzir em grupo, pela formação das associações. Antes era predominante o modo de produzir fabril, desenvolvido por grandes empresas têxteis, atualmente o cenário é de se expandirem outras atividades em empreendimentos menores.

### **5.2.1 Associativismo e Cooperativismo**

As políticas macroeconômicas desenvolvidas no País refletiram de forma determinante no rumo das empresas, sobretudo industriais, que ficaram comprometidas com a abertura comercial indiscriminada.

O cenário atual em Blumenau e Brusque é a formação de alternativas de ocupações, surgida de iniciativas dos trabalhadores e de políticas públicas locais, em função do número crescente de cooperativas.



Neste particular, são retratadas as cooperativas e associações formadas nesses municípios, em razão da representatividade socioeconômica e consolidação dessas iniciativas de organização em parceria.

As primeiras cooperativas e associações criadas em Blumenau e Brusque foram a Cooperativa de Trabalhadores por Ofícios de Blumenau (Cooperblu), a Cooperativa de Turismo de Blumenau (Cooperviagem), o Sábado-Feira, a Associação de Costureiras Estrela Azul, e a Cooperativa de Costura Industrial e Artesanal Ltda. (Coopvest).

A Cooperblu surgiu da iniciativa de trabalhadores que queriam formar um grupo de pessoas para fazer serviços gerais. São vários serviços realizados pela cooperativa, na área de limpeza, locação, vigilância, vendas e mecânica. Esta cooperativa se consolidou em 1997 com o apoio da Setrede.

A Cooperviagem foi criada em novembro de 1998, com a proposta de atuar no atendimento de viagens e no turismo municipal, segundo os trâmites legais para sua efetivação. Uma vantagem importante é a interligação desta cooperativa com a Associação dos Permissionários do Transporte Escolar de Blumenau (Aptebtu).

Os procedimentos para se associar à cooperativa são por meio de indicação de um dos sócios já cadastrados e pelo pagamento de, no mínimo, seis cotas, custando, cada, R\$ 30,00. Estão integradas 36 pessoas e compostas 24 cotas (PEDRINI, 2000).

A Associação das Costureiras Estrela Azul foi uma importante iniciativa do Grupo das Mulheres, associação localizada no Bairro da Velha, que teve seu início em 1995. Algumas mulheres deste grupo se reuniram para confeccionar roupas e aperfeiçoar este ofício. Entretanto, a atuação no mercado exigiu uma capacitação em máquinas e conhecimento técnico para atender aos parâmetros de qualidade dos produtos ofertados, para evitar perda de competitividade.

Houve o apoio de algumas entidades para a consolidação do empreendimento, como da Setrede, Secretaria da Assistência Social (Semas), Centro dos Direitos Humanos de Blumenau (CDDH) e da Fundação Maurício Sirotski Sobrinho, que contribuíram com instalações físicas, compra de equipamentos, insumos e assistência técnica de corte e costura.

A dinâmica deste apoio municipal, especificamente da Setrede, era a visita às grandes empresas, inicialmente ligadas ao setor têxtil, para saber o interesse em terceirizar determinada tarefa ligada ao setor. A partir da demanda, a prefeitura mobilizava as comunidades, apoiando com infra-estrutura e assessoria jurídica. Após estas ações, formava-se a cooperativa, que iria terceirizar atividades para as grandes empresas.

O Sábado-Feira, outra cooperativa formada por trabalhadores no ramo da agricultura, tem a proposta de trabalhar com produtos ecológicos, buscando uma alternativa de renda e uma produção que se preocupa com o consumidor e o meio ambiente. Esta cooperativa trabalha com produtos in natura, como flores, folhagem, frutas, verduras e produtos agroindustriais, com a produção do queijo, salame, geléia, mel, doces e panificados. Na parte de produção animal tem-se fabricação do marreco recheado. Outra atividade desenvolvida é a artesanal, representada pela venda de artesanatos em madeira, porcelana, cristal, tecido e papel. Cada feirante contribui com R\$ 2,00 mensais para custos com a manutenção da associação.

A Coopercristal é outra cooperativa que iniciou suas atividades em março de 1997 e está relacionada com a produção de cristais em Blumenau. Foi resultado de uma estratégia para continuar em funcionamento a atividade de cristais em razão da crise que provocou o atraso no pagamento de quatro meses dos salários e na compra de insumos.

Atualmente a cooperativa reúne 36 associados, e a inserção de novos cooperados se dá pela admissão e realização de um estágio probatório. Sua remuneração varia entre R\$ 300,00 e R\$ 560, 00, aprovada em assembléia pelos trabalhadores.

### 5.3 FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O Fórum Catarinense de Desenvolvimento (FCD) foi criado para implementar na região a capacidade de ser sustentável, desenvolvida, com equidade social, por meio de parcerias e realização de Fóruns regionais. Teve início em dezembro de 1996 e hoje é coordenado pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), pelo Banco Regional de Desenvolvimento (BRDE) e pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE).

O FCD, em 1997, havia criado cinco Fóruns Regionais, nos Municípios de Chapecó, Maravilha, Criciúma, Lages e Tubarão; quatro comitês e seis reuniões de sensibilização inicial. Em 1998 foi criada a figura jurídica do fórum, chamada de Forumcat, em parceria com a Associação de Agências de Desenvolvimento Européias (Eurada). Implementaram cursos técnicos para capacitação de Agentes de Desenvolvimento, para atuarem em todo o Estado, possibilitando que no ano 2000 fossem criados quinze fóruns e seis comitês regionais.

Segundo Casarotto (1999, p. 21), o fórum tem que interagir com os mecanismos de articulação, como as associações de pequenas e médias empresas, os consórcios, as cooperativas de garantia de crédito e os observatórios econômicos. Esses mecanismos estabelecem suporte ao desenvolvimento econômico da região.

Dentre os fóruns criados destaca-se o Fórum de Desenvolvimento Regional do Médio Vale do Itajaí (FDRMVI), em razão da delimitação da pesquisa. É um órgão não-governamental que visa à integração das ações deliberadas para o desenvolvimento sustentável regional, contendo características específicas: o caráter voluntário, a participação de todos de maneira espontânea, a permanência (evita a participação de curto prazo), a cooperação, para o desenvolvimento conjunto e o caráter não-governamental, abrangendo organismos de natureza privada e pública.

O fórum foi criado em dezembro de 1997. A FURB assumiu o processo inicial e atualmente continua coordenando. A Diretoria é formada pela Associação de Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI), o Banco de Desenvolvimento de Santa Catarina (Badesc), a Caixa Econômica Federal (CEF), a Associação Comercial e Industrial (ACI), a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) e a Associação das Micro e Pequenas Empresas (AMPE), por um Conselho Executivo e por Câmaras Setoriais.

Primeiramente, foi criado um Comitê Provisório, formado por quatorze entidades, sendo realizada sua primeira reunião em 13 de abril de 1998 na FURB. Este encontro resultou na criação de dez Câmaras Setoriais.

O FDRMVI abrange 14 municípios da Região Metropolitana do Vale do Itajaí, núcleo e área de expansão, totalizando uma área territorial de 4.383 km<sup>2</sup> e uma população de 355.011 mil habitantes (IBGE, 1999).

Os projetos já realizados pelo fórum são o AGRO 2000 e o curso de pós-graduação da FURB, relacionados ao setor agroindustrial do Vale do Itajaí, coordenados pela Câmara Setorial da Agroindústria e pela Câmara Setorial de P&D. Esses projetos têm o objetivo de capacitar pessoas e estimular novas formas de atuação dos agentes para o desenvolvimento regional. Foi criado o Parque Tecnológico Regional para estimular a produção científica e tecnológica na região, a fim de atrair os negócios de base tecnológicos, proporcionar a expansão de empresas já instaladas e o surgimento de outras empresas com a implantação de incubadoras e laboratórios de pesquisa. Em fase de viabilização está o projeto do Hospital Regional Universitário, coordenado pela Câmara de vereadores de Blumenau e pelo Centro de Ciências da Saúde (CCS). Esse projeto tem por objetivo suprir a demanda de

atendimentos hospitalares e atuar como parceiro laboratorial para o Curso de Medicina da FURB.

Tais projetos criam condições favoráveis de trabalho e renda para a comunidade inserida nos programas do Fórum catarinense, contribuindo para uma nova postura do Estado, ao promover o bem-estar, construindo o desenvolvimento de uma região sustentável.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Os setores da indústria de transformação que apresentaram crescimento, estagnação ou queda do número de empregos nos dois municípios selecionados foram identificados por meio da metodologia aplicada pelo Instituto de Pesquisas Sociais da FURB, possibilitando a formação de grupos de setores que estão capacitados ou não para exercerem suas atividades consoantes às políticas governamentais de ordem fiscal e tributária, e também às políticas internacionais do comércio.

Os setores como as indústrias têxtil, metal-mecânica, de alimentos e bebidas atendem ao comércio nacional e alguns mercados internacionais, cuja demanda pelos produtos que essas indústrias geram promove políticas de incentivos por parte do governo local que mobilizam a iniciativa privada a expandir seus negócios e a formar outras atividades relacionadas ao comércio, às atividades de serviços e ao turismo, favorecendo a criação de novos postos de trabalho, não somente na indústria, mas em outros setores econômicos.

Para tanto foram coletadas informações sobre as políticas locais de emprego com a preocupação de identificar a relação entre a fase de evolução dos setores com as ações de incentivos e consolidação de atividades que estejam diretamente relacionadas com a criação de novos postos de trabalho.

A análise empírica da pesquisa, desenvolvida no capítulo quarto, relaciona o grau de especialização dos setores em relação à média nacional para ter a dimensão do processo de consolidação de tais setores na microrregião e nos municípios de Blumenau e Brusque.

Neste sentido, o objetivo de avaliar comparativamente a atividade industrial nesses municípios foi favorecido pela riqueza de dados dos empregos formais por meio da base de dados do Ministério do Trabalho e Emprego. Ainda que limitada pela coleta de informações que abrange apenas os trabalhadores que estão inseridos no mercado formal de trabalho, é uma fonte segura e que nos possibilita a construção de uma série de indicadores, explorados neste trabalho.

Avaliar comparativamente o comportamento do emprego formal dos municípios do Vale do Itajaí, Blumenau e Brusque, foi um desafio, pelo fato de ambos terem um processo histórico de formação dos setores parecido, em razão da geografia, da colonização e da concentração de povos que dominavam os mesmos ofícios. Isso fez com que a atividade industrial fosse mais bem explorada em alguns ramos da economia que são

consideradas tradicionais, como a indústria têxtil e do vestuário, que predominam em relação aos demais setores do Vale do Itajaí.

Ao analisar o processo de industrialização desses municípios nos anos de 1995 a 2000 foi possível a proposição de estratégias para a aplicação de políticas que favoreçam o desenvolvimento regional.

Para ter uma dimensão da estrutura política que envolve a indústria, o levantamento de indicadores econômicos (número de empregos gerados e PIB) e as entrevistas com pessoas que estavam diretamente relacionadas com a administração e criação de projetos/programas de emprego contribuíram para conhecer os incentivos gerados a alguns segmentos da indústria.

As políticas públicas de emprego adotadas nos municípios selecionados visam especialmente a garantir ocupações, pela oferta de cursos profissionalizantes e básicos (cabeleireiro, corte e costura, tricô, crochê, entre outros), que atendam à parcela da população em idade ativa, especialmente a proporção de desempregados que já possuem um ofício.

Nesse sentido, a ação de criar cursos básicos e de capacitação profissional é uma atenção dada pelo governo local aos municípios estudados; todavia, essa medida está desarticulada com a formação de trabalhadores que possam ser incorporados na atividade industrial desses municípios por dois motivos:

a) o direcionamento é para criação de ocupações, mas as atividades são de baixo retorno econômico, não subsistindo às necessidades individuais e coletivas como os cursos de manicure, pedicure, corte, costura, bordado, etc., ainda que esses possam gerar em curto prazo uma renda;

b) o curso de capacitação profissional está articulado com atividades de nível médio de mecânica, eletrônica, metalurgia e outros direcionados para atender à demanda do setor têxtil, não havendo cursos para os setores dinâmicos como a indústria elétrica e de comunicações, a de calçados, e a de alimentos e bebidas. Mais recentemente, está-se investindo em cursos de programação; entretanto, esses cursos estão voltados para os estudantes de 2º Grau e superior, a fim de suprir os postos de trabalho no setor de informática como a produção de software, englobando uma parcela da população que não assume necessariamente a renda familiar.

Ambos são muito importantes para formar trabalhadores mais qualificados, entretanto ainda não incluem, até onde foi possível perceber, os desempregados da indústria têxtil. A força de trabalho que estava empregada na indústria têxtil-vestuarista já tem um

ofício. São pessoas com atividades específicas do processo produtivo, especializadas em uma parte da produção.

Esses trabalhadores, na sua maioria de baixa escolaridade, não estão preparados para se inserirem rapidamente no mercado de trabalho e assumirem uma função ou desenvolverem uma atividade que não esteja, em parte, relacionada com a antiga função.

A preocupação é atender, além dos desempregados, os trabalhadores analfabetos que realizam atividades no mercado informal, ou que se encontram sem um contrato formal, subempregados.

Um programa de capacitação profissional que atenda a essa parcela populacional, os trabalhadores que foram demitidos do mercado formal e os que foram excluídos antes mesmo de terem a oportunidade de vender sua força de trabalho, será duplamente favorável:

a) poderá atingir os que estão precariamente inseridos no mercado de trabalho;

b) favorecerá condições básicas para a criação de metas de desenvolvimento.

Essas medidas poderão contribuir para a formação de atividades sociais, de assistência médico-hospitalar, ensino fundamental e médio, práticas ecológicas para o equilíbrio ambiental e ações planejadas para uma região sustentável.

Por outro lado, a recuperação das indústrias de transformação e construção civil depende de políticas de impulsão e expansão, implementadas pelos agentes econômicos no sentido de incentivar a atração de novas empresas para a região do Vale do Itajaí, sobretudo aquelas indústrias que apresentam afinidade com as vantagens locais da área em estudo.

A economia da Microrregião de Blumenau, onde se localiza o pólo têxtil-vestuarista, ficou fragilizada, pois sua principal atividade centralizava-se em um único setor. O desarranjo foi de tal ordem que mesmo com as políticas adotadas ainda não foi possível preencher o número de postos de trabalho que foram fechados no período de 1995 a 1996.

Outras medidas para a geração de emprego e renda são as experiências de associativismo e cooperativismo em Blumenau. Algumas dessas iniciativas estão fundamentadas na filosofia da economia solidária. Essas práticas criaram ocupações, mas sua importância maior foi a de organizar as várias atividades que estavam desarticuladas do mínimo necessário para se desenvolver o ofício.

Os programas e projetos realizados em Blumenau e Brusque de práticas associativas pela economia solidária, instituições comunitárias de crédito, formações de incubadoras, formam um suporte importante para a gestão e o planejamento públicos. Todavia, essas ações só podem ser benéficas se as atribuições desses programas forem direcionadas aos mais carentes em trabalho e renda, atendendo às necessidades do trabalhador e de sua família em relação às condições básicas de sobrevivência, para a educação de uma comunidade mais fortalecida e menos marginalizada.

As políticas locais não vão sanar a precarização do emprego, a informalidade do mercado, uma vez que se vive num sistema capitalista, que sobrevive sobre bases desiguais de relações.

Entretanto, o problema do desemprego existe e é danoso para o País. Independente do novo papel do Estado na economia é necessário ser efetivada uma política de ajuste do mercado de trabalho.

É necessário fortalecer as bases produtivas dos setores que demandam grande parte da população regional, impulsionando o crescimento econômico e acelerando o mercado para a comercialização dos bens e serviços. Esses fatores conduzem a uma nova organização do mercado de trabalho, consolidando as relações formais.

A reestruturação produtiva do setor têxtil trouxe uma instabilidade na formação de empregos, e a flexibilidade da produção para outros parques fabris menores fez com que os trabalhadores assumissem o papel de gerentes do seu negócio. Em muitos casos a gestão foi uma experiência árdua para os trabalhadores que estavam acostumados a seguir regras e decisões impostas, executando uma parte do processo produtivo com visão restrita da empresa.

Ao assumir uma empresa, micro ou pequena, a atuação dos trabalhadores que anteriormente estavam em condição de operários, choca-se com uma postura de concentrar esforços para tomar decisões, planejar e gerir seu empreendimento, e mais, manter seu negócio, sem ter os benefícios e encargos sociais que outrora possuíam, quando na condição de empregados formais.

Devido a isso, quando implementada uma ação que crie novas ocupações no mercado de trabalho é importante ter a visão do público a que se está atendendo. Deste público fazem parte trabalhadores que têm baixa escolaridade, que conhecem apenas uma parte do processo produtivo da empresa, e, em se tratando de operários da indústria, desconhecem práticas básicas de administração para o funcionamento legal do negócio.



Diante do exposto, faz-se necessário que as políticas públicas incluam no seu planejamento e atuação o acompanhamento em longo prazo dos empreendimentos, não somente no início do negócio, como é feito em muitos casos, mas também que continuem prestando assessoria às empresas após o período de sua implantação.

As ações públicas para a geração de emprego e renda devem visar à estrutura socioeconômica, cultural, política e territorial da população, numa ótica coletiva e, no particular, focalizar o indivíduo que está precariamente inserido no mercado de trabalho, informalmente exercendo uma atividade e/ou totalmente desprovido de qualquer ocupação.

Ao contrário do que muitos empresários alegam, especialmente os empregadores das grandes indústrias têxteis de Blumenau, as demissões não ocorrem devido aos altos custos da mão-de-obra e à regulamentação excessiva das normas trabalhistas. O custo do trabalhador brasileiro é um dos mais baixos do mundo, sendo de US\$ 2,5/h. A Itália tem um custo superior a US\$ 19,0/h, os Estados Unidos e o Japão apresentam em média US\$ 16,0/h (DIEESE, 1997).

O Estado precisa assumir um novo papel em relação a projetos sociais, focalizar seus esforços em atividades que sofrem retração no mercado e implementar medidas de desconcentração da riqueza e renda.

Para futuros trabalhos recomenda-se a comparação entre diferentes pólos industriais como o têxtil-vestuarista, em Blumenau e Brusque, o metal-mecânico em Joinville e Jaraguá do Sul, utilizando a metodologia adotada neste trabalho, para fazer uma avaliação das indústrias tradicionais e dinâmicas, no sentido de dimensionar a atuação dos agentes econômicos para cada realidade estudada, já que esse aspecto não foi amplamente explorado nesta pesquisa.

Outra pesquisa pode ser feita no enfoque da cadeia produtiva, avaliando os setores desde a fase inicial da produção até o processo de distribuição do produto, considerando os outros indicadores como o PIB, valor adicionado ou o valor da transformação industrial e arrecadação de ICMS, para se ter outros diagnósticos que favoreçam o melhor planejamento das políticas públicas e/ou dos empresários.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, A. J. *O planejamento de pesquisas qualitativas em educação*. Cadernos de pesquisa. São Paulo, nº. 77, maio, 1991.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. Editora Cortez: Unicamp-SP. 5ª ed. 1998.
- ARRUDA, Edmundo, RAMOS, Alexandre. *Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho*. Curitiba: IBEJ. 1998.
- AUED, Bernadete. *Considerações a respeito da categoria desemprego*. Núcleo de Estudos Sobre as Transformações no Mundo do Trabalho, Florianópolis-SC, 2002 (Não publicado).
- BEAUD, Michel. *Arte da tese: como preparar e redigir uma tese de mestrado, uma monografia ou qualquer outro trabalho universitário*, tradução de Glória de Carvalho Lins – 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, 176p.
- BELUZZO, Luis G., TAVARES, M.C. *Desenvolvimento no Brasil: relembando um velho tema*. Rio de Janeiro, maio de 2001.
- BITTENCOURT, Gilson. *Cooperativismo de crédito solidário constituição e funcionamento*, setembro de 2000, p. 36-53; 134.
- BRITO, J, ALBUQUERQUE, M. *Estrutura e dinamismo de clusters industriais na economia brasileira: uma análise exploratória a partir de dados da Rais*, IPEA, 2000.
- CASAROTTO, Nelson. *Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana*. São Paulo: Atlas, 1999.
- DIEESE. *Os trabalhadores frente à terceirização*. São Paulo. Nº 7, Maio de 1993.
- \_\_\_\_\_. *Emprego e desenvolvimento tecnológico: processos de integração regional*. São Paulo, 1999.
- FRANÇA, Júlia Lessa. *Manual para normatização de publicações técnico-científicas*. 4ª ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

GELINSKI, Carmem R. *Microcrédito em Santa Catarina: O desafio*. Gazeta Mercantil. 03 de julho de 2001, p. 3.

GAZETA MERCANTIL. *Organização Não Governamental de Tubarão*. Alencastro Filho. 04 de julho de 2001, p. 2.

\_\_\_\_\_. *Instituição de Crédito Comunitário - Blusol*. João Krein. 01 de julho de 2001, p. 2.

IBGE. *Anuário estatístico*. Rio de Janeiro: FIBGE, 2000.

IANNI, Octavio. *A Sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A. 1992.

IEL. *Prospecção para o desenvolvimento tecnológico regional: região da AMMVI*. Florianópolis: IEL, 2001.

IPS-FURB. *Participação setorial dos empregos por subsetor em Blumenau e Brusque*. Dezembro, 1995, 1998 e 2001.

\_\_\_\_\_. *Diagóstico da demanda de educação profissional em Santa Catarina: Microrregião de Blumenau*, Outubro de 2001.

JORNAL DE SANTA CATARINA. *Cidade em constante crescimento*. Caderno suplemento especial, 2ª. seção, agosto de 1999, p. 2-4.

KON, Anita. *Economia industrial*. São Paulo: Nobel, 1994.

LAKATOS, Eva. *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1992.

MATTOSO, Jorge, et al. *O novo e inseguro mundo do trabalho nos países avançados*. Projeto MTB-PNUD: o Mundo do Trabalho. São Paulo: Scritta. 1994, p. 521-562.

\_\_\_\_\_. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Scritta. Julho de 1996.

MELLO, Isabella. *As formas singulares da reestruturação produtiva na indústria têxtil catarinense*. Junho, 2000.

MELLO, João Manuel. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

MUNHOZ, Dércio, G. *Economia aplicada: técnicas de pesquisa e análise econômica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1989, p.300.

OFFE, Claus. *Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. (Tradução de Gustavo Bayer). Volume I, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

\_\_\_\_\_. *Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. (Tradução de Gustavo Bayer). Volume II, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

OLIVEIRA, Francisco. *Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo*. Ed. Fundação Perseu Abramo. 2000. p7-20.

OLIVEIRA, J.; SCHMIDT, V. *Avaliação do potencial da indústria rural de pequeno porte em Santa Catarina*. Florianópolis: Cepagro, 2000.

OLIVEIRA, Solange R. *Políticas públicas e desenvolvimento local na região metropolitana do Vale do Itajaí: perspectivas para o emprego e renda*. Florianópolis: CNPq/DIEESE, 2001.

PEDRINI, Dalila M. Associativismo econômico: apenas uma resposta dos setores populares à crise do capital, ou mais que isto? *Novos olhares sobre Blumenau: contribuições críticas sobre seu desenvolvimento recente*. Blumenau: Edifurb, 2000, p. 85-106.

POCHMANN, Márcio. *Políticas de emprego, políticas de população de direitos sociais*. Orgs. Lúcia Bógus e Ana Yara Paulino. São Paulo: EDUC, 1997, p.12-21.

POCHMANN, Márcio. *O Emprego na globalização*. São Paulo: Boitempo, 2001.

PRADO, Antônio. *A controvérsia da crise do fordismo e a transação pós-fordista: algumas reflexões sobre o caso brasileiro*. In: *Emprego e Desenvolvimento Tecnológico: Processo de Integração Regional*, São Paulo: DIEESE, 1999.

QUIVY, Raymond. *Manual de investigação em crenças sociais: trajetos*. Lisboa: Gradiva, 1992.

RAMALHO, José R. *Trabalho, reestruturação produtiva e movimento sindical*. Caderno Técnico, nº 22. UFRJ. 1996.

RAMALHO, José R., et al. *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 1997. p.35-129.

REVISTA EXAME. *As 500 maiores empresas do Brasil*. São Paulo, 2000.

- RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1985. 287p.
- SCHIOCHET, Valmor. *Entrevista concedida na Escola Sul da CUT*, junho de 2001.
- SIMÃO, Vilma. *Desemprego e sobrevivência: alternativas de trabalho*, Blumenau: Edifurb, 2000.
- SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. 10<sup>a</sup> ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998.
- SIQUEIRA, Carlos (Org.). *Geração de emprego e renda no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- TAUILE, José R. *Do socialismo de mercado à economia solidária*. Rio de Janeiro, junho de 2001.
- THEIS, Ivo; TOMIO, Fabrício; MATTEDI, Marco. *Novos olhares sobre Blumenau: contribuições críticas sobre seu desenvolvimento recente*. Blumenau: Edifurb, 2000.
- TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

#### BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- BOLLENS, John C. SCHAMANDT, Henry J. *The metropolis: its people, politics and economic life*. New York, Harper and Row, 2<sup>nd</sup> edition, 1965, p. 6-22.
- BNDES. *Principais programas de fomento aos setores industriais: políticas operacionais*, 1998.
- CODESC. *Legislação da região metropolitana do Vale do Itajaí*. Santa Catarina. 2000.
- CORAGIO, José. *Economia urbana: la perspectiva popular méxico*: Fondo de Cultura Econômica, 1996.
- DE MASI, Domenico. *O Futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial*; (Tradução de Yadyr<sup>a</sup> Figueiredo). Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Ed da UnB, 1999.

DIEESE. *Emprego e Desemprego na Grande São Paulo: conceitos, metodologias e principais resultados*. São Paulo: Dieese, 1984.

\_\_\_\_\_. *Encargos sociais no Brasil: conceitos, magnitude e reflexos no emprego*. São Paulo: Dieese, 1997.

\_\_\_\_\_. *A situação do trabalho no Brasil*. São Paulo: Dieese, 2001.

DRUCKER, Peter. *Sociedade pós-capitalista*. Lisboa: Difusão Cultural, 1993.

DUNN, Edgard S. *A statistical and analytical technique for regional analysis*, in: Regional Science Association. 1960, p. 97-112.

ESPÍNDOLA, Célio G. *Crescimento urbano-industrial das cidades de Blumenau e Joinville* (Tese). Belo Horizonte, 1976.

FARRETTI, Celso (Org.). *Tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. 6ª. ed. , Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

FERNANDES, Reynaldo. *Informal labor contracts: na analysis of the brazilian experiense*. São Paulo: FEA/USP. 1999.

FDRMVI. *Atos constitutivos do fórum de desenvolvimento regional do Médio Vale do Itajaí*. Blumenau, 2000.

FERREIRA, M. S. *Rede de cidades em Minas Gerais a partir da realocação da indústria paulista*. Nova Economia, número especial, 1996, p. 9-69.

\_\_\_\_\_. *Relatório técnico do fórum de desenvolvimento*. Ano 1, nº 1, janeiro de 2000.

GRAU, Eros R. *Regiões metropolitanas: regime jurídico*. São Paulo. Ed. 1974, p. 21-23 (No prelo).

HILHORST, J.M. *Planejamento regional: enfoque sobre sistema*. Ed. Zahar. 1973, p. 63-69.

KON, Anita. *Impacts of globalization and economic stabilization policies on european and latin american labor structures*. São Paulo: EAESP. June, 2001.

LENZ, Cristiano Luis. *O modelo catarinense de desenvolvimento: uma idéia em mutação?* Blumenau, SC: Editora da FURB, 2000.

- LINS, Hoyêdo Nunes. *Reestruturação industrial em Santa Catarina: pequenas e médias empresas têxteis e vestuaristas catarinenses perante os desafios dos anos 90*. Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 2000.
- MARTINEZ, Joan. *De la economia ecológica al ecologis no popular*. Barcelona: Icaria, 1994.
- MCT. *Agronegócio brasileiro: ciência, tecnologia e competitividade*. Brasília: CNPq, 1998.
- OLIVEIRA, Francisco. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1989.
- ORSSATTO, Carlos Henrique. *A formulação das estratégias da empresa em um ambiente de aglomeração industrial*. Tese (Doutorado). UFSC, Florianópolis, 2002.
- RAUD, Cécile. *Indústria, território e meio ambiente no brasil: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.
- ROBINSON, Joan. *Introdução à teoria do emprego*. Rio de Janeiro: Ed. Forense-universitária, 1980, 135 p..
- SIEBERT, Cláudia (Org.). *Desenvolvimento regional em Santa Catarina: reflexões, tendências e perspectivas*. Blumenau: Editora da FURB, 2001.
- SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1985.
- SMITH, R., EHRENBERG, R. *A Moderna economia do trabalho: teoria e política pública*. Tradução de Sidney Stancatti. São Paulo: Makron Books, 2000.
- STALLIVIERI, Fábio. *Uma análise empírica do mercado de trabalho formal em Santa Catarina. 1986-1999: Um Estudo de Caso das Microrregiões de Blumenau e Itajaí*. 2002. CNM-UFSC.
- ZALESKI, João. *Formação e desenvolvimento de redes flexíveis no contexto do progresso regional*. Tese (Doutorado). UFSC, Florianópolis, 2000.

## BASES DE DADOS CONSULTADAS

FIESC. *Santa Catarina em dados*. Florianópolis, v 11, p 1-126, 2000.

IBGE. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios*. volume 21. 2000.

IBGE. *Dados municipais, 2000*. World Wide Web: <<http://www.ibge.org.br>.

IPS. *Participação setorial dos empregos das cidades- pólo*, 2001.

MTE. *Relação anual de informações sociais – RAIS*: Bases Estatísticas, 1990-2001.

\_\_\_\_\_. *Cadastro geral de empregados e desempregados – CAGED*: Bases Estatísticas, 2000-2001.



## APÊNDICES

Apêndice 1 – SCHIOCHET, Valmor. Entrevista concedida pelo Professor da Universidade Regional de Blumenau e Diretor do Instituto de Pesquisas Sociais, 04 de junho de 2001.

Apêndice 2 – LIMA, Décio. Entrevista concedida pelo Prefeito Municipal de Blumenau, 30 de agosto de 2001.

Apêndice 3 – ZIMERMANN, Osmar. Entrevista concedida pelo Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Blumenau, 11 de março de 2000.

Apêndice 4 – ESPÍNDOLA, Célio. Entrevista concedida pelo pesquisador do Instituto de Pesquisas Sociais, 18 de junho de 2002.

Apêndice 5 – FARFÁN, Patrício. Entrevista concedida pelo pesquisador do Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Blumenau, 19 de junho de 2002.

Apêndice 6 – SCHWANKE, Charles. Entrevista concedida pelo secretário da Secretaria de Trabalho, Renda e Desenvolvimento Econômico. Blumenau, 30 de setembro de 2001.

Apêndice 7 – MEIRA, Sérgio. Entrevista concedida pelo pesquisador da Secretaria de Trabalho, Renda e Desenvolvimento Econômico. Blumenau, 30 de setembro de 2001.

Apêndice 8 – ALÔNCIO. Entrevista concedida pelo pesquisador da Secretaria de Trabalho, Renda e Desenvolvimento Econômico. Blumenau, 30 de setembro de 2001.

## Apêndice 9 – Roteiro de entrevista

Nome:

Local:

Telefone:

E-mail:

Temas:

**Emprego e desemprego**

**Políticas públicas**

**Desenvolvimento local**

---

## 1.EMPREGO E DESEMPREGO

---

### **Nos municípios de Blumenau e Brusque**

1.1 Emprego formal e informal

1.2 Trabalho terceirizado, subcontratação, trabalho precário

1.3 Administração pública

1.4 Acompanhamento da evolução do emprego (fontes e instituições competentes)

1.5 A extinção de funções administrativas e produtivas

1.6 Organização dos sindicatos

1.7 Emprego na indústria de transformação (anos de 1995 a 2000)

1.8 Emprego no setor têxtil e do vestuário (crise e recuperação)

---

## 2.POLÍTICAS PÚBLICAS

---

### **Nos municípios de Blumenau e Brusque**

2.1 Política de qualificação e requalificação de trabalhadores

2.2 A profusão do associativismo/cooperativismo (efeito sobre o emprego, citação de casos existentes)

2.3 A criação da Superintendência da Economia Solidária

2.4 A formação da Instituição do Banco do Povo, Blusol (estímulos à crédito, estratégias adotadas, empréstimos, procedimentos, inadimplência e geração de novos empregos)

2.5 Outras políticas de incentivos às pequenas e médias empresas

2.6 Políticas públicas para a diversificação da atividade industrial (têxtil e do vestuário)

---

### 3. DESENVOLVIMENTO LOCAL

---

#### **Nos municípios de Blumenau e Brusque**

3.1 A incubação de empresas (surgimento, desenvolvimento e empregos formados)

3.2 Os projetos desenvolvidos nos municípios para a criação de emprego e renda (Objetivos, público-alvo e responsáveis)

3.3 Indicadores de desenvolvimento nos municípios estudados (instituições, fontes de informações)

3.4 Projetos que a universidade desenvolva junto a comunidade (capacitação de trabalhadores, política do primeiro emprego para os jovens, geração de cursos profissionalizantes, básicos)

3.5 Fatores de impulsão e retratação do desenvolvimento local (citação de projetos e programas)

3.6 Criação e desenvolvimento do Fórum de Desenvolvimento Catarinense (abrangência e projetos)

## ANEXO 1 – Evolução do emprego na Microrregião de Blumenau, 1995 a 2000

Setores/Subsetores	Número de trabalhadores						% Total ( para o ano de 2000)
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	
<b>EXTR MINERAL</b>							
EXTR MINERAL	266	222	262	355	384	398	
Total	266	222	262	355	384	398	0,26
<b>IND TRANSF</b>							
MIN NAO MET	2.446	2.540	1.658	2.284	2.194	1.952	
IND METAL	4.387	4.063	4.391	5.658	5.532	6.315	
IND MECANICA	3.391	3.092	2.877	2.639	2.594	3.080	
ELET E COMUN	1.392	1.665	1.842	2.037	1.840	1.756	
MAT TRANSP	1.135	1.074	1.064	1.061	1.068	1.242	
MAD E MOBIL	3.919	4.245	4.496	4.313	4.540	4.790	
PAPEL E GRAF	2.399	2.253	2.241	2.226	2.241	2.344	
BOR FUM COUR	867	767	660	650	853	937	
IND QUIMICA	2.774	2.612	3.048	3.060	3.332	3.743	
IND TEXTIL	52.005	47.149	44.048	42.616	45.598	49.413	
IND CALCADOS	56	63	61	84	214	221	
ALIM E BEB	3.797	3.086	2.984	3.005	2.826	3.010	
Total	78.568	72.609	69.370	69.633	72.832	78.803	52,06
<b>SERV IND UP</b>							
SER UTIL PUB	992	864	1.029	1.292	1.059	1.050	
Total	992	864	1.029	1.292	1.059	1.050	0,69
<b>CONSTR CIVIL</b>							
CONSTR CIVIL	5.098	4.735	4.465	3.985	3.918	3.798	
Total	5.098	4.735	4.465	3.985	3.918	3.798	2,51
<b>COMERCIO</b>							
COM VAREJ	14.897	14.910	16.243	16.053	16.854	18.673	
COM ATACAD	3.285	3.227	3.898	4.142	3.999	4.532	
Total	18.182	18.137	20.141	20.195	20.853	23.205	15,33
<b>SERVICOS</b>							
INST FINANC	2.597	2.465	2.375	2.240	2.298	2.422	
ADM TEC PROF	4.520	6.491	6.880	7.568	8.783	9.099	
TRAN E COMUN	5.309	5.188	5.466	5.617	5.418	5.609	
ALOJ COMUNIC	6.887	6.826	7.246	7.359	7.214	9.604	
MED ODON VET	3.084	3.343	3.654	3.493	3.464	3.637	
ENSINO	2.711	2.905	2.938	2.796	3.109	3.267	
Total	25.108	27.218	28.559	29.073	30.286	33.638	22,22
<b>ADM PUBLICA</b>							
ADM PUBLICA	8.484	8.373	7.500	6.626	7.953	8.741	
Total	8.484	8.373	7.500	6.626	7.953	8.741	5,78
<b>AGROPECUARIA</b>							
AGRICULTURA	882	611	582	562	557	563	
Total	882	611	582	562	557	563	0,37
<b>OUTR/IGN</b>							
OUTR/IGN	259	200	63	6	803	1.162	
Total	259	200	63	6	803	1.162	0,77
<b>TOTAL</b>	137.839	132.969	131.971	131.727	138.116	151.358	100,00

Fonte: MTE, RAIS - 1995 a 2000

## ANEXO 2 – Número de trabalhadores segundo os setores econômicos, Blumenau

Setores/Subsetores IBGE	Número de trabalhadores						%Total (para o ano de 2000)
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	
<b>EXTR MINERAL</b>	75	56	54	52	61	63	0,08
<b>IND TRANSF</b>							
IND TEXTIL	25.524	23.267	19.258	17.538	18.444	22.223	28,84
IND METAL	1.826	1.553	1.740	3.139	3.088	1.715	2,23
PAPEL E GRAF	1.853	1.758	1.675	1.624	1.607	1.929	2,50
IND QUIMICA	1.050	711	1.222	1.207	1.411	1.503	1,95
ALIM E BEB	1.484	1.376	1.225	1.275	1.265	1.234	1,60
MIN NAO MET	1.365	1.346	516	955	875	865	1,12
BOR FUM COUR	682	557	473	459	534	543	0,70
IND MECANICA	879	693	611	604	728	893	1,16
ELET E COMUN	917	892	1.007	1.143	935	993	1,29
MAD E MOBIL	465	515	484	452	468	570	0,74
MAT TRANSP	155	119	143	147	160	160	0,21
IND CALCADOS	18	25	27	38	47	59	0,08
Total	36.218	32.812	28.381	28.581	29.562	32.687	42,41
<b>SERV IND UP</b>							
SER UTIL PUB	617	592	778	1.057	770	796	1,03
Total	617	592	778	1.057	770	796	1,03
<b>CONSTR CIVIL</b>							
CONSTR CIVIL	3.030	2.771	2.512	2.102	1.765	2.555	3,32
Total	3.030	2.771	2.512	2.102	1.765	2.555	3,32
<b>COMERCIO</b>							
COM VAREJ	9.358	9.212	9.988	9.213	9.929	11.138	14,45
COM ATACAD	1.976	1.809	1.795	1.841	1.885	2.228	2,89
Total	11.334	11.021	11.783	11.054	11.814	13.366	17,34
<b>SERVICOS</b>							
ALOJ COMUNIC	4.794	4.829	5.184	5.171	5.194	5.046	6,55
ADM TEC PROF	3.503	4.789	5.021	5.459	6.702	7.072	9,18
TRAN E COMUN	3.789	3.709	3.913	3.985	3.900	3.769	4,89
MED ODON VET	2.052	2.236	2.440	2.401	2.356	2.512	3,26
ENSINO	2.023	2.115	2.101	1.972	2.171	2.367	3,07
INST FINANC	1.970	1.885	1.770	1.614	1.713	1.876	2,43
Total	18.131	19.563	20.429	20.602	22.036	22.642	29,38
<b>ADM PUBLICA</b>							
ADM PUBLICA	4.407	4.237	4.612	4.055	4.188	4.829	6,27
Total	4.407	4.237	4.612	4.055	4.188	4.829	6,27
<b>AGROPECUARIA</b>							
AGRICULTURA	163	179	154	163	132	128	0,17
Total	163	179	154	163	132	128	0,17
<b>TOTAL</b>	74.123	71.314	68.725	67.666	70.328	77.066	100,00

Fonte: MTE, RAIS, 1995 a 2000

## ANEXO 3 - Número de trabalhadores segundo os setores econômicos, Brusque

Setores/Subsetores IBGE	Número de trabalhadores						Participação Setorial 2000 (%)
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	
<b>EXTR MINERAL</b>							
EXTR MINERAL	12	9	13	13	11	12	0,05
Total	12	9	13	13	11	12	0,05
<b>IND TRANSF</b>							
IND TEXTIL	9.512	8.285	8.168	7.545	9.208	9.732	38,81
IND MECANICA	671	767	775	690	674	670	2,67
MAT TRANSP	700	680	645	627	636	705	2,81
ALIM E BEB	315	363	420	403	416	459	1,83
ELET E COMUN	319	276	314	308	342	363	1,45
IND METAL	526	288	282	279	290	341	1,36
MAD E MOBIL	264	262	230	228	250	263	1,05
IND QUIMICA	99	107	223	201	197	210	0,84
MIN NAO MET	69	79	92	106	113	132	0,53
PAPEL E GRAF	93	89	92	117	119	120	0,48
BOR FUM COUR	22	27	26	36	71	95	0,38
IND CALCADOS	7	8	6	21	143	143	0,57
Total	12.278	11.231	11.273	10.561	12.459	13.233	52,77
<b>SERV IND UP</b>							
SER UTIL PUB	81	91	82	96	116	127	0,51
Total	81	91	82	96	116	127	0,51
<b>CONSTR CIVIL</b>							
CONSTR CIVIL	528	477	560	556	678	669	2,67
Total	528	477	560	556	678	669	2,67
<b>COMERCIO</b>							
COM VAREJ	2.373	2.629	2.577	2.984	3.007	3.164	12,62
COM ATACAD	728	874	998	1.144	1.301	1.339	5,34
Total	3.101	3.503	3.575	4.128	4.308	4.503	17,96
<b>SERVICOS</b>							
ALOJ COMUNIC	906	883	960	1.007	1.048	1.096	4,37
ADM TEC PROF	486	580	555	543	546	554	2,21
TRAN E COMUN	673	661	683	655	659	636	2,54
MED ODON VET	476	495	568	543	576	604	2,41
ENSINO	378	440	483	488	506	511	2,04
INST FINANC	236	221	225	225	203	209	0,83
Total	3.155	3.280	3.474	3.461	3.538	3.610	14,40
<b>ADM PUBLICA</b>							
ADM PUBLICA	1.110	1.129	1.084	923	929	1.116	4,45
Total	1.110	1.129	1.084	923	929	1.116	4,45
<b>AGROPECUARIA</b>							
AGRICULTURA	357	69	45	26	28	20	0,08
Total	357	69	45	26	28	20	0,08
<b>TOTAL</b>	<b>20.666</b>	<b>19.838</b>	<b>20.124</b>	<b>19.768</b>	<b>24.052</b>	<b>25.078</b>	<b>100,00</b>

Fonte: MTE, RAIS, 1995-2000